



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ**

**DO IMPÉRIO DO BRASIL À NAÇÃO BRASILEIRA: O MEMORIAL  
ORGÂNICO DE VARNHAGEN E A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO  
CIVILIZADA NOS TRÓPICOS**

**PICOS, PI**

**2014**

ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ

**DO IMPÉRIO DO BRASIL À NAÇÃO BRASILEIRA: O MEMORIAL  
ORGÂNICO DE VARNHAGEN E A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO  
CIVILIZADA NOS TRÓPICOS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro

PICOS, PI

2014

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**S111i** Sá, Ana Priscila de Sousa.  
Do Império do Brasil à nação brasileira: o memorial orgânico de Varnhagen e a construção de uma nação civilizada nos trópicos / Ana Priscila de Sousa Sá. – 2013.  
CD-ROM : il; 4 ¼ pol. (149 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.

Orientador(A): Prof. MSc. Francisco Gleíson da C. Monteiro

1.Varnhagen. 2.Memorial Orgânico. 3.Território - Brasil.  
4. População. 5.Nação Compacta. I. Título.

**CDD 981.04**

ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ

**DO IMPÉRIO DO BRASIL À NAÇÃO BRASILEIRA: O MEMORIAL  
ORGÂNICO DE VARNHAGEN E A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO  
CIVILIZADA NOS TRÓPICOS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Aprovada em:     /     /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Orientador)  
Universidade Federal do Piauí

---

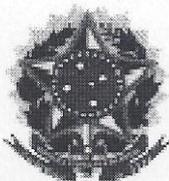
Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe (Examinador Interno)  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo (Examinador Externo)  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Ms. Raimundo Nonato Lima dos Santos (Suplente)  
Universidade Federal do Piauí



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros  
Coordenação do Curso de Licenciatura em História  
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí  
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: [coordenacao.historia@ufpi.br](mailto:coordenacao.historia@ufpi.br)

### ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos dezessete (17) dias do mês de março de 2014, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Ana Priscila de Sousa Sá** sob o título **Do Império do Brasil à Nação brasileira: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a construção de uma Nação civilizada nos trópicos.**

#### A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Examinador 1 : Prof. Dr. Johny Santana de Araújo  
Examinador 2: Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe

Deliberou pela aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 17 de março de 2014

Orientador (a): Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Examinador (a) 1: Agostinho Júnior Holanda Coe  
Examinador (a) 2: Johny Santana de Araújo

A História, “*magistra vitae*”. Aos presentes ausentes, cuja ausência se fez presença inspiradora. A minha família que me deu hoje a oportunidade de escrever essa humilde dedicatória.

## AGRADECIMENTOS

Certa vez o teólogo medieval Santo Agostinho disse que “Deus não espera que submetamos nossa fé a ele sem razão, mas os próprios limites da nossa razão tornam a fé uma necessidade”. Para realizarmos nossos intentos temos de lançar mão de ambas, possivelmente só uma delas seria insuficiente, e depois de alcançarmos temos de demonstrar nossa gratidão a todos aqueles que nos ajudaram a chegar onde queríamos. Desse modo:

Agradeço a toda minha família que, mesmo consciente das nossas dificuldades, se esforçou em possibilitar o meu ingresso e permanência na universidade.

A minha mãe, Girlêide, que desde que eu nasci também é meu pai, por sempre me lembrar que eu devo estudar para, como ela diz, “*ser alguém na vida*”. A minha irmãzinha Maria Luiza por sempre querer “*estudar mais maninha*”, mesmo que só riscando as apostilas; e que juntamente com Heitor, Yuri, Daniel e Ana Júlia, as crianças da minha vida, fazem dos finais de semana e das férias que passo em casa dias muito mais alegres e divertidos. Não poderia deixar de agradecer as minhas tias, Perciliana, Maria de Fátima, Ana Jucilene, Francisca Maria e Josefa, e os meus tios, Givaldo, Luís e Márcio Lucas, que cada um, e à sua maneira, ajudaram-me do jeito que puderam, até quando não podiam. Aos meus avós Maria e Lucas (*in memoriam*) que me criaram, e que onde quer que estejam agora estão olhando e torcendo por mim. Se hoje posso estar escrevendo essas palavras é mérito da ajuda de todos vocês.

Aos professores Johny e Gleison que, ao dividirem suas ações em me orientar, ajudaram a diminuir em muito as falhas deste trabalho. Obrigado por em diferentes momentos terem aceitado orientar meu TCC, e principalmente pela paciência em suportar meu peculiar comportamento.

A todos os professores que ao longo do curso nos mostraram que a História não é a verdade absoluta nem apenas uma versão amorfa do passado, mas um ponto de partida para se tentar compreender o presente e quem sabe uma possibilidade de futuro.

As melhores amigas que eu poderia encontrar na vida acadêmica: Lucimar Rocha, Miriam Veloso, Lívia Carvalho e Railani Gonçalves, que de colegas no primeiro dia de aula passaram, ao fim destes quase cinco anos, a amigas verdadeiras cuja amizade independe da proximidade ou da distância a que formos a partir daqui condicionadas. Agradeço o companheirismo, os momentos de brincadeiras, de estudo e de trabalho, mas principalmente a

amizade sincera que construímos e solidificamos nesses anos de curso e convivência. *We' ll be bff's!*

Aos meus colegas do PIBID/História - Mário Martins e Miguel Lidiano - em especial, Miriam Veloso, Bibiana Rocha, João Neto, Sibely Martins, Keliana Carvalho, Jaqueline, Laila, Aleisa Carvalho, Mariana Floracir, Renata, Walton, Ranyelle Rocha, Itamar Lima; os pibidianos mais loucos “inspirados” por Clio, pela amizade e conversas descontraídas nas reuniões nas escolas, salas e corredores da UFPI, nem sempre sobre trabalho..., afinal de contas falar bobagem também é cultura intelectual! (Ou não...)

Finalmente o meu sincero *thanks you!* a tudo e a todos que ajudaram a fazer desse curso uma etapa *very happy* de minha vida.

“Assim a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo da Monarchia, vai agora, bem que mui humildemente, representada entre a história das nações por uma história nacional.”

“Se da união nasce a força, da desunião somente fraqueza resulta; e o maior ascendente que em todos os países tem tido a civilização sobre a barbárie vem de que esta, composta de elementos dissolventes, não se une, ao passo que a nação civilizada, que com ela se põe em contacto, tem nas suas mesmas leis os laços de união.”

Francisco Adolfo de Varnhagen

## **RESUMO**

A pesquisa propõe trabalhar o Memorial Orgânico de Francisco Adolfo de Varnhagen. Redigido e publicado no contexto de consolidação do poder imperial no Segundo Reinado; o Memorial Orgânico pode ser descrito como um Projeto de Nação, ou, nas palavras de Arno Wehling, como “um diagnóstico e uma proposta de reorganização nacional a partir do Estado”. O documento, escrito em duas partes entre os anos de 1849 e 1850, consiste na proposição de seis medidas de cunho político-administrativo para organizar o território e a população, que deveriam, na opinião de Varnhagen, serem adotadas pelo governo imperial a fim de auxiliarem no processo de construção e civilização da jovem Nação brasileira. Para este trabalho usar-se-á a reedição que foi feita da edição de 1849 pela Guanabara – revista mensal, artística, científica e literária, do Rio de Janeiro, em 1851. Para ajudar a entender as propostas de Varnhagen contidas no Memorial discutiremos sobre aspectos importantes do contexto brasileiro do século XIX como a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e sua missão de escrever a História Nacional, e a política de centralização do poder sob a direção saquarema. Também buscaremos compreender as principais ideias defendidas pelo sujeito Francisco Adolfo de Varnhagen, que auxilia-nos a pensar esse intelectual enquanto um indivíduo que muito bem representou o pensamento de sua época. A partir disso tentar-se-á compreender qual o projeto de Nação vislumbrado por Varnhagen ao escrever o Memorial Orgânico, e a relação existente entre as medidas propostas no opúsculo, a política de centralização do Império do Brasil em meados do século XIX e a busca pela composição de uma Nação compacta e civilizada nos trópicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Varnhagen, Memorial Orgânico, Território, População, Nação compacta.

## **ABSTRACT**

The research work proposes the Organic Memorial Francisco Adolfo de Varnhagen. Drafted and published in the context of consolidation of imperial power in the Second Empire, the Organic Memorial can be described as a design nation, or in the words of Arno Wehling, as "a diagnosis and a proposal for a national reorganization from the state". The document, written in two parts between the years 1849 and 1850, consists in proposing six measures of political and administrative nature to organize the territory and population, which should, according to Varnhagen, be adopted by the imperial government in order to assist in construction and civilization of young Brazilian nation process. Monthly, artistic, scientific and literary, of Rio de Janeiro in 1851 - for this job reissue that was taken from the 1849 edition will Guanabara-use. To help you understand the proposals contained in Varnhagen Memorial will discuss important aspects of the Brazilian context of the nineteenth century as the creation of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) and its assignment to write a national history, and the centralization of political power under the saquarema direction. We also seek to understand the main ideas advocated by the subject Francisco Adolfo de Varnhagen, which helps us to think that intellectual as an individual who well represented the thinking of his time. From this it will be trying to understand what national project envisioned by Varnhagen in writing the Organic Memorial, and the relationship between the measures proposed in the booklet, the policy of centralization of the Empire of Brazil in the mid-nineteenth century and the search for composition a compact and civilized nation in the tropics.

**KEY WORDS:** Varnhagen, Organic Memorial, Territory, Population, compact Nation.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
Entre o ideal (“oficial”) e o real, ou vice-versa	
<b>1. Os “guardiões da História Oficial”: o IHGB e a consolidação da Nação</b> .....	15
1.1 Por que era preciso “inventar” a Nação brasileira? .....	15
1.2 “Como se deve escrever a História do Brasil”. O uso da História para a construção da nacionalidade e a civilização do Império .....	23
1.3 Juntas, as partes formam o todo... A narrativa nacional escrita pelo sujeito nacional, o brasileiro, face à heterogeneidade da Nação .....	29
1.4 Quem dirigia o Estado Nacional brasileiro e a quem interessava a construção da ideia de Nação na historiografia .....	34
<b>2. Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro: um diplomata a serviço do Império, um historiador a serviço da Nação</b> .....	44
2.1 Um “homem-monumento” .....	44
2.1.1 O etnógrafo, o diplomata .....	46
2.1.2 O polemista .....	50
2.1.3 O criticado .....	57
2.2 O ideal varnhageniano de “como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil” .....	60
2.3 Um Estado brasileiro, uma continuação da obra colonizadora portuguesa .....	67
2.4 “As ideias políticas de Varnhagen” .....	70
2.5 Memorial Orgânico: o diagnóstico e a proposta de solução dos problemas .....	74
<b>3. O Memorial Orgânico e a questão do território na constituição de um “poderoso Império”</b> .....	81
3.1 “Alguns enunciados”: breve introdução ao opúsculo varnhageniano .....	81
3.2 Território e soberania nacional no “ <i>secullo oscillatorio</i> ” .....	87
3.3 A “abóbada imperial” .....	92
3.4 “A questão da capital: marítima ou no interior?” .....	104
3.5 Para “parar o carro das revoluções”. “O Tempo Saquarema” onde “o Imperador reina, governa e administra” .....	109
<b>4. Um projeto de Nação civilizada num “Império de três mundos”: o Memorial Orgânico e a questão da população</b> .....	115
4.1 Brancos, índios, negros... e mestiços! .....	115
4.2 Fim da selvageria e da barbárie, em nome da civilização .....	121
4.3 Índios “bravios”, negros bárbaros e a idealização de uma população compacta, branca e europeia nos trópicos .....	128
4.4 A colonização europeia e a homogeneização da população: o homem branco brasileiro .....	136
<b>5. Entre o dito e o não dito</b> algumas <b>Considerações finais</b> .....	142
<b>6. Fontes e referencial bibliográfico</b> .....	145

## INTRODUÇÃO

Entre o ideal (“oficial”) e o real, ou vice-versa

*“Se tomarmos as providencias adequadas, cresceremos em forças, e chegaremos á virilidade para desempenharmos a missam de que Deus nos julgue dignos”. (Varnhagen. Memorial Orgânico, 1850)*

Era uma vez um lugar ao sul do Equador no Novo Mundo. Sua natureza exuberante e sua extensão continental prometiam riquezas e um futuro grandioso. Tinha um céu esplêndido repleto de estrelas brilhantes, e um Sol que cuidava tão bem desse infinito particular que juntamente com outros astros menos majestosos, mas de igual importância, desdobrava-se para garantir que o céu como um todo não fosse ofuscado pelo brilho de suas estrelas. Tudo deveria ir bem nesse paraíso celeste e tropical, mas parece que havia problemas, pois a unidade celestial estava ameaçada por constelações impositivas, verdadeiras estrelas caídas que não queriam coadjuvar na história delineada pelo astro-rei, o Sol, e seus outros companheiros astros. E havia ainda um outro planeta que veio de uma galáxia distante e que estava a pressionar e Sol e seus astros a minarem a matéria e energia que constituíam seu firmamento. O que deveria fazer o astro-rei e os outros astros para resolver esses problemas?

Caro leitor, tome nota: isso não é um conto sobre céu, estrelas ..., é só uma forma nada convencional de dizer que no Império do Brasil em meados do século XIX o projeto de transformar o Estado numa Nação compacta esbarrava no desejo das elites provinciais de obter maior prestígio e poder a nível nacional, o que punha em risco a unidade do todo, posto que a realização dos seus próprios intentos desviava as províncias, as partes, do objetivo geral do discurso do governo que era o trabalho de todos, juntos, para constituir a unidade da Nação. E ainda tinha a Inglaterra pressionando pelo fim do tráfico de escravos, negócio lucrativo que alimentava o sistema-base da economia do Império, a escravidão. Então, como lidar com isso?

No distante passado oitocentista encontra-se um projeto para um país que se pretendia transformar-se numa Nação compacta e civilizada. Não era uma preocupação incomum dentro da conjuntura do período. Pelo contrário, se constituía na grande, senão maior aspiração dos Estados nacionais em fase de consolidação do poder. Este Projeto de Nação foi idealizado e elaborado para um Império mergulhado em suas próprias contradições, sendo que a maior

delas era a permanência do sistema escravista. Postura destoante se considerarmos que as “Nações civilizadas”, conjunto do qual desejava ser integrante; já haviam abolido a escravidão em seus domínios, e sendo que a maior Nação da época, a Inglaterra, inclusive, estava a pressionar pelo fim do tráfico. Estamos falando do Memorial Orgânico de Varnhagen.

O objetivo de Varnhagen ao redigir o Memorial Orgânico era “despertar a atenção pública, especialmente a dos representantes da Nação, sobre algumas questões importantes para a nossa melhor organização”<sup>1</sup>; medidas relativas à organização do território e da população do Império do Brasil, que visavam garantir a integridade e a unidade territoriais dentro de uma Nação compacta, homogênea e civilizada. Para organizar o território propunha a abertura de uma rede de comunicações para integrar as diversas áreas do Império, a redivisão das províncias e a mudança da capital para o interior; na organização da população, a civilização dos índios pela tutela forçada, o fim do tráfico de escravos e a imigração europeia para o Brasil. Tomadas essas medidas Varnhagen acreditava ver em pouco tempo o Império constituído numa Nação compacta, civilizada e verdadeiramente independente.

A publicação do opúsculo se insere no contexto de centralização do Estado imperial em meados do século XIX, ou, na famosa denominação de Ilmar de Mattos, no “Tempo Saquarema”; um período cuja principal preocupação dos dirigentes era solidificar as bases sobre as quais se erigiria a Nação brasileira, sob a tutela do Estado. Uma característica marcante do século oitocentista onde, conforme explica Hobsbawm, “as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”<sup>2</sup>. O intento é o de procurar entender a conjuntura política, e por extensão social, na qual estava inserida o Império do Brasil em meados do século XIX, contexto para o qual foi pensado e escrito o Memorial Orgânico.

Nesse sentido, e conforme explica Nilo Odália, o Estado brasileiro tinha a missão transcendental de conduzir

[...] uma massa amorfa, de formação étnica diversa, a ser um povo e transformar numa unidade territorial e espiritual um país cujas dimensões continentais contra ela conspiravam”; já “ao intelectual

---

<sup>1</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil.** (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 3.

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 19.

cabia [...]; alertar quando os gestos dos homens podem ser perigosos para a ação do Estado.<sup>3</sup>

O papel do Estado era garantir a unidade do território e transformar a *massa amorfa* e etnicamente heterogênea que habitava o Brasil no povo brasileiro. Um papel importante do intelectual, e aí entra Varnhagen, era alertar a existência de elementos perigosos dentro da Nação, por isso a necessidade de controlá-los e civilizá-los. No caso de Varnhagen, nomeadamente negros e índios eram sujeitos perigosos para a manutenção da ordem no Estado.

Concebendo tal problemática como aspecto primordial para um melhor entendimento acerca da questão política nacional do período focado, estudá-la é a proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).<sup>4</sup>

Tínhamos um projeto ideal (que devia, portanto, ser o oficial) tentando criar uma sociedade real, ou antes, uma sociedade real a ser condicionada por tal projeto ideal. Uma questão de ponto de vista, talvez, ou simplesmente arranjos vocabulares que, se não são sinônimos, no mínimo, se complementam configurando um mesmo sentido. Ao longo da narrativa buscaremos mostrar como esse projeto previa a construção de uma Nação ideal, que não parecia corresponder ao estado real.

Quanto ao recorte temporal consideramos pertinente não delimitá-lo fechadamente. Contudo, para efeitos acadêmicos, transitaremos basicamente entre 1838, quando da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e 1851, ano da publicação, na revista Guanabara do Rio de Janeiro, da primeira parte do Memorial Orgânico. Assim, serão feitos recuos ou avanços no tempo quando necessários, concordando com Eric Hobsbawm quando lembra que nenhum período é fechado, e que por isso mesmo não pode ser separado do que vem antes ou depois<sup>5</sup>; mas sem pretensões, é claro, de se equiparar ao consagrado historiador das “Eras”. Por fim, neste apenas começo, o trabalho se encontra estruturado da seguinte forma.

No primeiro capítulo enfocaremos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e sua missão de escrever uma História Nacional, dentro de um projeto maior que era

<sup>3</sup> ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaio do pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 86.

<sup>4</sup> A escolha desse tema foi resultado de conversas com o professor Johny S. de Araújo ainda no VI período do curso, sobretudo a partir de temáticas estudadas na disciplina de História Contemporânea I.

<sup>5</sup> HOBBSAWM, Eric J. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **A Era do Capital** (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 13.

o de auxiliar no processo de construção e consolidação do Estado imperial; além de elucidar a relação direta da instituição com o “monarca ilustrado que o governa”, ou melhor, seu “protetor”, o Imperador D. Pedro II. Nesse meio, tentaremos mostrar como a ideia de Nação brasileira atendia a um determinado projeto que se estava estabelecendo no seio da política nacional.

“Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro: um diplomata a serviço do Império, um historiador a serviço da Nação”, será o título/objeto do segundo capítulo. Abordaremos nesta parte as ideias e concepções de Varnhagen ligadas a assuntos como o Estado Nacional e o seu papel na construção da Nação, e como deveria ser entendida, em sua opinião, a nacionalidade brasileira. Além disso, far-se-á também uma breve introdução sobre a estruturação do Memorial Orgânico, objeto dos capítulos seguintes.

O terceiro capítulo iniciará o foco direto no objeto central desta pesquisa, o Memorial Orgânico de Varnhagen. Nele discutiremos as medidas propostas pelo Visconde de Porto Seguro no Memorial, relacionadas à questão do território; buscando demonstrar a importância que os assuntos territoriais tinham dentro da dimensão política e administrativa imperial no contexto do século XIX.

Continuando a análise do Memorial Orgânico, tratando agora da questão da população, o quarto capítulo apresentará as propostas de Varnhagen para a formação do povo brasileiro. Entre índios “bravios” e negros “bárbaros”, intentaremos mostrar como Varnhagen desenvolve sua ideia de embranquecimento do povo brasileiro, a partir do estímulo à vinda de imigrantes europeus para o Brasil. Por meio da assimilação, a “superioridade” da raça branca europeia se sobressairia, promovendo, assim, a constituição de uma população nacional branca e compacta.

Se são as perguntas que dão a dinâmica de um trabalho aí vai mais uma: era o Brasil uma Nação em meados do século XIX?

Este trabalho não pretende ser o único, tampouco uma verdade. Seria apenas uma visão, uma modesta versão face às muitas outras possíveis acerca desse tempo cronologicamente distante; todavia espera-se que ele se constitua, no mínimo, em uma leitura agradável, para um possível leitor. Sem mais delongas vamos ao texto. Introduções são só introduções.

## CAPÍTULO 1

### Os “guardiões da História Oficial”: o IHGB e a consolidação da Nação

*“Nos vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da patria, e os nomes de seus melhores filhos [...], pela gloria nacional [...].”*

*(Januário da Cunha Barboza. Discurso de fundação do IHGB, RIHGB, 1839)*

No Brasil do século XIX a existência de uma História Nacional, cuja capacidade de amalgamar a todos, visava constituir, e mais que isso, construir uma identidade comum para a jovem Nação brasileira; era tida como *conditio sine qua non*<sup>6</sup> para a própria formação da Nação desejada pela elite governativa; e do sentimento de ser brasileiro. Uma História com atestado de veracidade total definido pela escrita, esta feita a partir de uma instituição idealizada e criada com o compromisso de escrever, forjar, se preciso, uma narrativa sobre um passado digno de orgulho; por e pela *gloria nacional* de que fala Januário da Cunha Barboza no trecho acima.

Dentro desse contexto, e ainda em meio às turbulências do período Regencial foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). “Debaixo da imediata proteção de S.M.I.”, o IHGB incumbiu-se de ser não apenas o “guardião da nossa História oficial”, mas também a “Casa da Memória Nacional”.

#### 1.1 Por que era preciso “inventar” a Nação brasileira?

*“Um grande agrupamento de homens, de espírito sadio e coração ardoroso, cria uma consciência moral que se chama de nação.”*  
*(Ernest Renan. Qu’est-ce qu’une nation?)*

“[...] colligir e methodisar os documentos historicos e geográficos interessantes à historia do Brazil”<sup>7</sup>, eis o objetivo da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nas palavras de dois de seus sócios-fundadores, o marechal Raimundo José da Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barboza. No entanto, não parece ser exagero dizer que

<sup>6</sup> Termo em latim que significa basicamente “condição indispensável”.

<sup>7</sup> BARBOZA, Januário da Cunha; MATTOS, Raimundo José da Cunha. Proposta de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aos Illmos Srs. do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. RIHGB, TOMO I, 1839. p. 6.

o ato de coligir e metodizar tais documentos, nesse período crucial da História do Brasil, poderia ser considerado mais um meio do que propriamente um fim. Menos ainda um fim em si mesmo. A elite política e intelectual <sup>8</sup> que se pôs à frente da criação do IHGB em 1838 tinha um grande compromisso: o de auxiliar na construção e consolidação da Nação brasileira.

Tal empreendimento não seria fácil, dada a própria configuração do Estado brasileiro no momento em questão. Quando figuras importantes do cenário nacional como Barboza e Cunha Mattos, ambos membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)<sup>9</sup>, propuseram a fundação de um Instituto Histórico, o Brasil ainda vivia sob a administração regencial e todas as suas dificuldades em manter a “ordem” e a unidade nacionais, num ambiente de revoltas provinciais, inclusive dotadas de caráter separatista. Algo impensável do ponto de vista político-administrativo que tanto prezava pela integridade territorial da Nação, marca indelével do século XIX brasileiro.

Como “laboratório da nação” a “era regencial”, nas expressões de Marcello Basile, constituiu um momento crucial no processo de edificação da Nação brasileira. As “guerras de opiniões”, os antagonismos doutrinários, em suma, as rivalidades existentes entre os diferentes projetos, defendidos pelos diferentes grupos políticos que se formaram, tinham um compromisso que suplantava os conflitos: o de construir a pátria. Este fator era, inclusive, a justificativa apresentada para a defesa dos seus projetos. <sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> No grupo dos 27 sócios que se reuniram para fundar o IHGB figuravam nomes aparentemente desvinculados do cenário político nacional como médicos, professores e funcionários públicos; mas também personalidades cuja trajetória política se confunde com a própria História do Império do Brasil. Entre eles: Cândido José de Araújo Vianna; Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho; Francisco Gê de Acaiaba Montezuma; José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo); além de Raimundo José da Cunha Mattos e Januário da Cunha Barboza.

<sup>9</sup> Antes de ter seu próprio prédio, inaugurado em 1849 no Paço da Cidade/RJ, o IHGB funcionou provisoriamente nas instalações cedidas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). A SAIN foi criada em 1827 com a proposta de incentivar o progresso e o desenvolvimento do Brasil. Como o IHGB, a SAIN objetivava integrar as regiões brasileiras de modo a construir a ideia de uma totalidade “Brasil”. Sobre esse assunto ver GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

<sup>10</sup> BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 97-98. Os referidos grupos políticos eram os liberais moderados e exaltados, e os caramurus. Entre outras medidas os “moderados” almejavam reformas que reduzissem os poderes do Imperador, conferir maior autonomia ao Judiciário e garantir o respeito aos direitos previstos na Constituição; os “exaltados” defendiam a instauração de uma República federativa e o fim gradual da escravidão; os “caramurus” se posicionavam contra reformas na Constituição de 1824 e defendiam uma monarquia centralizada. Mais tarde, os dissidentes desses grupos formariam os Partidos Conservador e Liberal, que dominariam a política no Segundo Reinado.

Nesse sentido o IHGB trouxe em seu bojo o que Nilo Odália classificou como o traço predominante do pensamento oitocentista brasileiro, a tarefa de “construir uma nação com o material que nos foi legado por um passado colonial que não pode ser esquecido nem abominado, pois dele resultam nossas condições de sobrevivência”<sup>11</sup>; o que elucida o fato de grande parte dos trabalhos produzidos pelo Instituto e publicados pela sua Revista Trimensal nos primeiros anos de atividades serem relativos à História Colonial. Se o Brasil iniciou sua História como Colônia nada mais “apropriado” que se fossem buscar suas raízes no período anterior à proclamação da Independência, no seio da “mãe-pátria”. As raízes brasileiras dentro da colonização portuguesa.

A incumbência de “inventar” a Nação brasileira, pelo menos discursivamente, se inscrevia num contexto de difusão de ideias inspiradas no Iluminismo europeu como ordem, progresso e civilização. Todas elas estavam condicionadas à existência de um Estado que assumisse o papel de uma espécie de tutor da sociedade, daí as elites dirigentes do final da primeira metade dos oitocentos se apresentarem tão preocupadas em efetivar uma política de centralização do poder administrativo para rechaçar o caos, segundo elas, provocado pela experiência descentralizadora levada a efeito pelo governo regencial. Civilizar significava, então, “estender o raio de ação da autoridade, [...] generalizar o princípio da ordem”<sup>12</sup>.

Para Arno Wehling a fundação do Instituto Histórico estava relacionada às condições políticas dominantes no período, marcado pela afirmação conservadora e pela defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo; pois tanto a ação da elite política “regressista” quanto a postura apresentada nos trabalhos do IHGB tenderam a reafirmar a autoridade central e a defender a monarquia constitucional e o sistema unitário como ideais para o Brasil, bem como importantes meios para a consolidação do ideal nacional.<sup>13</sup>

A historiografia perpetrada pelo IHGB encontrava-se intimamente ligada ao Estado e à questão nacional. Juntos, o Estado Imperial e os intelectuais do Instituto Histórico seriam capazes de escrever a História e também a Memória Nacionais, ajudar ou forjar a existência de uma consciência nacional e a partir daí construir a Nação brasileira. Neste aspecto,

---

<sup>11</sup> ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaio do pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 31.

<sup>12</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999. p. 129. Com o chamado Regresso Conservador ocorrido na primeira metade do século XIX, os políticos ligados ao Partido Conservador voltaram ao poder tomando a partir daí medidas que visavam a centralização do poder no Império brasileiro, tais como: a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), a Reforma do Código do Processo Criminal e a Lei de Restabelecimento do Conselho de Estado (1841).

<sup>13</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 35-36.

relacionado à formação de uma consciência/identidade nacional, o pensamento oitocentista brasileiro vai ao encontro da tese postulada por Eric Hobsbawm quando afirma que “[...] o nacionalismo vem antes das nações. As Nações não formam os Estados e o nacionalismo, mas sim o oposto”. A Nação brasileira seria, então, uma Nação verticalizada, criada através do mecanismo estatal, pois “para os governos, o item central na equação Estado = nação = povo era plenamente, o Estado”<sup>14</sup>.

Tais aspectos ratificam o que Eric Hobsbawm explicita quando coloca que:

[...] na era da construção de nações acreditava-se que isso implicava a lógica necessária assim como a desejada transformação de “nações” em Estados-nações soberanos, com um território coerente, definido pela área ocupada pelos membros da “nação”, que por sua vez era definida por sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, a língua.<sup>15</sup>

Na concepção do historiador a própria “Nação” é um fenômeno moderno que só adquire status de entidade social “quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação”, não fazendo sentido se “discutir nação e nacionalismo fora desta relação”<sup>16</sup>; o mesmo Estado-Nação que enquanto representação política “implica o fato de que as populações que constituem uma sociedade no mesmo território reconhecem-se como pertencentes essencialmente a um poder soberano que emana delas e que as expressa”<sup>17</sup>.

No centro dessa discussão Norberto Bobbio esclarece que o Estado Nacional gera o nacionalismo, a ideologia unificadora e elaborada intencionalmente para garantir a coesão dos indivíduos dentro do Estado; na medida em que suas estruturas de poder, tanto burocráticas quanto centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que objetiva fazer a fusão entre o Estado e a Nação, tornando a ideia de Nação uma imagem mítica que dá aos indivíduos a representação da ideia de que o Estado pertence ao povo. Desse modo

a Nação é a ideologia de um determinado tipo de Estado, visto ser justamente o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a ideia de Nação suscita e mantém. A função da ideia de Nação [...], é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado.<sup>18</sup>

<sup>14</sup> HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 19-35.

<sup>15</sup> HOBBSAWM, Eric. A construção das nações. In: \_\_\_\_\_. **A Era do Capital (1848-1875)**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 127-128.

<sup>16</sup> HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 19.

<sup>17</sup> CHÂTELET, François (et al). O Estado-Nação. In: \_\_\_\_\_. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. p. 85.

<sup>18</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Verbetes Nação e nacionalismo. In: **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 797-800.

Se a Nação é a ideologia de um tipo do Estado, no caso brasileiro em meados do século XIX seria de um Estado centralizado, e neste contexto Khaled Jr. ainda acrescenta que tudo partia de uma questão de prioridades, pois apesar do progresso ser muito cobiçado pelas elites oitocentistas, o Estado Nacional Brasileiro estava comprometido não só com a necessidade de manutenção do território, mas também com a manutenção do status quo no país. Em outras palavras, a construção da Nação passava pela ideia da construção da ordem, esta compreendida como respeito à hierarquização social, o que leva a entender que a Nação seria “inventada” conforme interesses políticos bem definidos.<sup>19</sup>

O propósito de se dar uma historiografia para o Brasil pode ser incluída como parte do que Hobsbawm classificou como sendo os critérios básicos para que um país fosse considerado uma Nação, desde que seu território fosse suficientemente grande; pelo menos no que se refere às décadas entre 1830 e 1880<sup>20</sup>. Primeiro a “associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável”<sup>21</sup>. Como não possuía um passado medieval, a *associação histórica* do Império do Cruzeiro do Sul se daria com o Estado Português, mais antigo e tido pelos letrados como irradiador da cultura da civilização no recém-independente país.

Não é de se admirar, por exemplo, que o principal pesquisador da História pátria oitocentista, Francisco Adolfo de Varnhagen, defendesse a constituição do Estado Nacional brasileiro como uma continuidade da obra colonizadora portuguesa; fazendo desta a base sobre a qual se assentava seu nacionalismo<sup>22</sup>. Varnhagen que, como seus colegas do IHGB, preocupava-se com a unidade da Monarquia brasileira em meio à fragmentação das Repúblicas vizinhas, e fazia parte da elite letrada comprometida com a consolidação do Brasil enquanto uma Nação.

O outro critério definido por Hobsbawm que pode ser aplicado ao projeto da elite intelectual brasileira que gravitava ao redor do IHGB na primeira metade do século XIX é o da “existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo

<sup>19</sup> KHALED JR., Salah H. **Horizontes identitários**: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 47.

<sup>20</sup> Os três critérios para E. Hobsbawm são: associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; a existência de uma elite cultural longamente estabelecida e uma provada capacidade para a conquista. No Brasil este terceiro critério ficará evidenciado na segunda metade do século XIX quando da eclosão da Guerra do Paraguai. Ver HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade.

<sup>21</sup> Ibid. p. 49.

<sup>22</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967. p. 142.

administrativo e literário escrito”<sup>23</sup>. Ex-colônia lusitana, e mesmo com a clara intenção do IHGB em assumir o empreendimento, de certa forma preencher esse “vazio”; Varnhagen parecia reconhecer no Brasil a inexistência dessa *elite cultural longamente estabelecida*; daí o historiador defender a continuidade, no Brasil, da tradição portuguesa. Tal aspecto pode explicar também a razão que fazia da conservação da integridade territorial uma condição indispensável para viabilizar a construção da Nação e da identidade nacional.

Além do mais, se retrocedermos no tempo, lembraremos que a elite cultural “brasileira” era composta basicamente por portugueses e/ou descendentes destes, e essa situação não mudou exatamente de forma total com o passar dos três séculos de colonização e a proclamação da Independência em 1822; a elite imperial era produto desta estrutura social. Em termos de identificação nacional, diferentemente do que ocorria em diversos países, ainda colônias ou não unificados; o caso brasileiro, com um Estado independente e único, poderia se revelar menos problemático para a gênese dessa consciência nacional. Isso virtualmente funcionaria até certo ponto: quando entra a questão da população.

Com relação à língua imposta pelo colonizador, o português já era há muito a língua oficial do Estado, e embora permanecessem muitos dialetos indígenas, estes eram no máximo tidos como línguas inferiores, selvagens ou bárbaras, que, exceto para efeito de estudo linguístico<sup>24</sup>, não muito seria sentida a falta se desaparecessem completamente.

A elaboração da narrativa nacional dependia, então, de uma certa conjuntura favorável à sua execução. Era patente também a necessidade de que se houvesse um povo brasileiro, imbuído do sentimento de ser brasileiro. Nesse ponto cabem os questionamentos: quem era de fato o povo brasileiro? Havia um povo brasileiro? E o sentimento de ser brasileiro? Delinear um perfil para a Nação brasileira dotando-a da capacidade de se inserir no conjunto das Nações civilizadas seria particularmente difícil para os políticos e intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A questão era como homogeneizar o heterogêneo, em outras palavras, como transformar uma população composta por brancos, índios e negros, estes, aliás, escravos, num todo compacto, uno e indivisível, caracterizando a soberania da Nação. A “solução” poderia estar na forma como a qual se operou o conceito de Nação e suas aplicações pelos letrados ihgbianos, e que Guimarães assinala da seguinte forma:

---

<sup>23</sup> HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 49.

<sup>24</sup> O IHGB realizou inúmeros trabalhos sobre línguas indígenas buscando compreender por meio delas a cultura e o modo de vida dos nativos brasileiros.

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de civilização operado é eminentemente restrito aos brancos [...].<sup>25</sup>

Assim, a História empreendida pelo IHGB, além de dar conta de traçar a gênese da Nação brasileira, dando a ela um passado glorioso, deveria também colocar o Brasil como o representante de uma civilização branca e europeia nos trópicos, não havendo, portanto, espaço para os nativos “selvagens”, e menos ainda para os “bárbaros” escravos; exceto se eles se inserissem num projeto civilizatório, que nesse período atenderia pelo nome de assimilação. Tomando o historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen novamente como exemplo, percebe-se em sua obra a síntese do pensamento intelectual da época com relação à população, síntese essa que corrobora com a ideia exposta nesta fala de Antonio Jorge Siqueira:

A nação, a Coroa e o Estado formarão uma unidade estratégica na tessitura histórica desta urdidura do nacional. Os índios e os negros, segundo a elite, por não serem portadores da noção de civilização obviamente ficarão excluídos deste projeto de nação restrito aos brancos.<sup>26</sup>

Fazia parte do projeto de Nação vislumbrado por Varnhagen o branqueamento da população brasileira através da miscigenação e o conseqüente desaparecimento das raças indígena e negra, tidas como inferiores, dentro da superioridade da raça branca europeia, cuja vinda de imigrantes deveria ser estimulada pelo Estado brasileiro, para a conclusão deste processo em até dois séculos. Para Varnhagen índios e negros eram elementos potencialmente perigosos dentro da sociedade que, caso se rebelassem, poderiam concorrer para a perda da unidade nacional ou mesmo talvez para a dissolução do Estado. Como reforça Siqueira, no Brasil “o conceito de nação carrega, desde cedo forte marca de excludência, forjando do “outro” uma imagem profundamente depreciativa que se reproduzirá para além daquele momento histórico”<sup>27</sup>.

Nesse âmbito, faz-se importante ressaltar que Varnhagen, ao defender a constituição de uma Nação branca no Brasil, não intencionava camuflar ou ocultar que o “homem branco brasileiro” seria resultado da fusão das três etnias. Nilo Odália ressalta que, no pensamento

<sup>25</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 7.

<sup>26</sup> SIQUEIRA, Antonio Jorge. Nação e Região: os discursos fundadores. **Cadernos de Estudos Históricos**, Recife, v. 19, nº 2, p. 247-268, jul./dez. 2013. p. 252. Disponível em: <<http://www.fundarj.gov.br/observatorionordeste/obte025.pdf>>. Acesso em: 17/01/2013.

<sup>27</sup> Ibid. p. 252.

varnhageniano, as “gradações de sangue” deveriam ser esquecidas, e o branqueamento representaria a consolidação da vitória da civilização branca sobre a selvageria do indígena, e a barbaridade advinda do “erro histórico da escravidão negra”; mas isso não significava dizer que fosse negada a origem “tripartite” desse homem. Cada raça havia contribuído na sua formação, contudo, a superioridade da raça branca se ocuparia de fazer a diluição das “cores”, e compor uma sociedade branca e europeia.<sup>28</sup>

Então o Brasil tinha um território extenso e uma língua comum; mas tinha também uma população que nem de longe podia ser considerada homogênea, e a ausência de uma História Nacional, de modo oficial. Estes eram “problemas” para os quais as elites dirigentes e intelectuais estavam empenhadas em encontrar uma “solução”.

Transformar Estados em Nações era uma preocupação inerente ao século XIX. “Inventar” a Nação brasileira nos oitocentos implicava no compromisso de inserir o Império do Brasil num contexto de modernidade e civilização, desenvolvendo uma identidade nacional de forma ao Império finalmente adquirir o status de Nação moderna ao passar a integrar o conjunto das Nações civilizadas, ou como explicita Varnhagen em seu Memorial Orgânico, se transformar numa “nação respeitável” e “verdadeiramente independente”; tanto com relação aos vizinhos sul-americanos, quanto frente às potências europeias do período.

Mas para tanto era necessário que houvesse as condições ideais para tal realização, entre elas um território definido e ocupado de forma regular e homogênea; homogeneidade esta que prezava pela constituição de uma Nação unida, compacta, com uma identidade própria, compartilhada por todos os indivíduos que contribuíssem para o progresso e engrandecimento da Nação. Todos esses eram pressupostos essenciais para a escrita da História e Memória da Terra de Santa Cruz idealizada pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma História que seria escrita nos círculos restritos da elite imperial e que se relacionava a um determinado projeto político perpetrado por uma elite dirigente comprometida com o desenvolvimento da jovem Nação brasileira e que com isso e por isso passou a constituir a História que se tornou oficial.

---

<sup>28</sup> ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaio do pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 95-97.

## 1.2 “Como se deve escrever a História do Brasil”: o uso da História para a construção da nacionalidade e a civilização do Império <sup>29</sup>

*“Ninguém duvida da utilidade da história, a que um ilustre escritor antigo denominou luz da verdade e mestra da vida. Nestas palavras está o elogio da história, que não constitui uma ciência de mero deleite e recreação, mas uma escola de proveitosa lição para o homem e para a sociedade.”*  
(Tristão de Alencar Araripe. RIHGB, 1894)

“*Magistra vitae*”. É citando a denominação dada pelo pensador romano Cícero que Varnhagen e os demais intelectuais ligados ao IHGB se referem à História. A História como “mestra da vida” fazia parte da concepção da elite letrada imperial dos idos do século XIX, para aspectos tanto nacionalistas, quanto de caráter civilizatório para a Nação em construção. Para homens como, o mencionado acima, Tristão de Alencar Araripe, Francisco Adolfo de Varnhagen e Januário da Cunha Barboza, a História tinha muito o que ensinar; e eles muito o que aprenderem com ela.

Olhar para o passado era uma forma de explicar o presente e construir o futuro. No discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o seu secretário perpétuo, Januário da Cunha Barboza, ao enfatizar a importância da fundação da instituição e do seu propósito, afirma que não se pode duvidar que “as melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela história”, e lamentando a falta que se fazia até então de uma associação que se preocupasse em dar a devida notoriedade aos fatos nacionais e brasileiros ilustres, que contribuíram para o engrandecimento do país; aplaude a criação do IHGB em especial por uma de suas grandes missões: a de “salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos [...], pela glória nacional [...]” <sup>30</sup>.

O fomento à escrita da História pátria levou o IHGB a realizar concursos de monografias e dissertações sobre o tema. O texto escrito em 1843 e premiado quatro anos depois foi o de Karl Friedrich Phillip von Martius, intitulado “Como se deve escrever a História do Brasil”. Da mesma forma que Cunha Barbosa, Martius entendia que o conhecimento histórico e a correta interpretação da História brasileira permitiriam a

<sup>29</sup> Faz-se necessária a ressalva de que embora o IHGB fizesse estudos tanto históricos, quanto geográficos e etnográficos, neste trabalho será enfocada apenas a questão da História.

<sup>30</sup> BARBOZA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RIHGB, TOMO I, 1839. p. 10-13.

previsibilidade do futuro do país, já que contribuiriam para o melhoramento da realidade social e também para o esclarecimento da sociedade como um todo.

Na dissertação Martius aponta que para se escrever a História do Brasil, “paiz que tanto promete”, não se pode perder de vista que:

[...] elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular tres raças a saber: a de côr de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas três raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular.<sup>31</sup>

Dessa forma o trabalho do historiador bávaro definiu as linhas mestras de um projeto historiográfico que visava garantir uma identidade à Nação em construção, identidade esta que estaria assegurada caso o historiador brasileiro soubesse entender a missão específica reservada ao Brasil: a de realizar a ideia de mescla das três raças<sup>32</sup>. Em boa parte essa interpretação continuou a influenciar os trabalhos realizados pelo Instituto.

A História empreendida pelo IHGB, e para ilustrar, retomando o trecho do “Discurso” de Cunha Barbosa mencionado anteriormente, visava *salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos*. E, nesse âmbito, os “guardiões do tribunal da posteridade” legavam muito respeito e admiração aos *mortos ilustres*, como é possível perceber nessa fala de 1848 do orador da academia, Manoel de Araujo Porto-Alegre:

De todas as oblações consagradas ao homem, [...] são sem dúvida as mais nobres, e as que entram no domínio do heroísmo, as honras conferidas aos mortos. Um povo se retrata todo inteiro nas honras que conferem aos mortos ilustres. [...] As nações que entregam ao vento as cinzas dos seus benemeritos, não tem futuro: são raças barbarisadas [...].<sup>33</sup>

A mesma importância Araujo Porto-Alegre dava à História, considerando-a imprescindível para a formação do “povo” e da Nação, visto que “o povo [...] que olha para a historia como uma palavra morta, [...] não é ainda um povo”<sup>34</sup>; e em artigo do ano seguinte arremata afirmando que:

As nações que conquistam uma parte do que pertence ao futuro, e que d’est’arte encurtam os tempos e apressam as recompensas, são

<sup>31</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, n. 24, p. 381-403, jan. 1845. p. 382.

<sup>32</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 16.

<sup>33</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Discurso do orador do Instituto. **RIHGB**, TOMO 11, 1848. p. 219.

<sup>34</sup> *Ibid.* p. 222.

verdadeiramente civilizadas: o homem ou o povo que procrastina a justiça, e que deixa ao futuro o remate de uma boa obra, que estava em seu poder acabar, engana-se a si mesmo, e nunca attinge aquelle grau de perfectibilidade, que lhe é dado, e para o qual deve marchar sem parar.<sup>35</sup>

A grande marcha para o progresso e a civilização, para os quais o Império do Brasil caminharia inevitavelmente sob os auspícios da Providência, não poderia ser interrompida. A escrita da História do país tinha também o objetivo de construir a galeria dos heróis nacionais. E quem melhor que os grandes personagens, “heróis” nacionais, para serem os baluartes desse desenvolvimento? Como lembrou Ernest Renan “o culto dos ancestrais é entre todos o mais legítimo: os ancestrais fizeram de nós o que somos. Um passado heroico de homens e de glória [...] – eis aí o capital sobre o qual repousa uma ideia nacional”<sup>36</sup>. Varnhagen, que passou a trabalhar como sócio correspondente do Instituto a partir 1840 e chegou mesmo ao cargo de primeiro-secretário, em 1851, escreveu:

[...] convém que todos estejamos persuadidos que o nosso passado, o actual império mesmo, interessará tanto mais às outras nações civilizadas e instruídas quanto mais longe pudermos fazer remontar, não as fontes da nossa história, mas os mythos dos seus tempos heroicos.<sup>37</sup>

Todavia, não precisaria estar necessariamente morto para que um ilustre fosse alçado à posição de “superior”. Um Augusto, por exemplo. Desse ponto emerge outra faceta da História ihgbiana: a da construção da imagem de D. Pedro II. Não exatamente de uma imagem em termos políticos, mas de um “monarca amigo das letras”, ou “Augusto Protetor das Letras Brasileiras”. O IHGB, como, inclusive, esta disposto na capa da Revista Trimestral do Instituto, fora criado “Debaixo da Immediata Protecção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II”, tendo, assim, o imperador como patrono e presidente honorário.

O Imperador era presença constante nas sessões do Instituto Histórico. E sua presença se fazia sentir tanto física quanto financeiramente falando. Segundo Manoel Guimarães, apesar da maioria dos seus mais destacados membros se mostrarem preocupados em colocar o Instituto como uma instituição científico-cultural, e não oficial, ou ligado às posições político-partidárias; grande parte da verba que era usada para financiar os trabalhos de pesquisa do

<sup>35</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Artigo do orador publicado na Revista Guanabara a respeito da Sessão de 15 de dezembro de 1849. **RIHGB**, n. 13, jan./mar. 1849. p. 556.

<sup>36</sup> RENAN, Ernest. Que é uma nação? Tradução de Samuel Titan Jr. **Plural**, Sociologia, USP, São Paulo, 4,154 – 175, 1. sem, 1997. p. 173.

<sup>37</sup> VARNHAGEN, F. Adolfo de. Carta dirigida ao 1º Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, n. 15, jul./set. 1849. p. 370.

IHGB era proveniente do Estado Imperial. Dessa forma, a ajuda material do Estado era fundamental e decisiva para a existência material da instituição.<sup>38</sup>

Michel de Certeau explica que “[...] a operação histórica se refere à combinação de um *lugar social*, de *práticas científicas* e de uma *escrita*”, se “articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”, por isso, “a articulação da história com um lugar é a condição de uma análise de uma sociedade”<sup>39</sup>. O lugar social de onde falavam os membros do IHGB era claro: a elite política e intelectual do Império. Num minucioso trabalho sobre o IHGB, a historiadora Lúcia Paschoal Guimarães analisa o quadro dos sócios fundadores do Instituto, chegando a conclusões como as seguintes: entre aqueles havia um número expressivo de portugueses (oito no total de vinte e quatro); os brasileiros, em sua maioria, vinham do Rio de Janeiro<sup>40</sup>, capital imperial; figuravam também grandes nomes da política imperial (senadores, ministros, conselheiros de Estado). Num plano geral, salvo poucas exceções, essas pessoas pertenciam, em maior ou menor grau, aos grupos mais abastados do Império; ou cujas famílias recebiam algum tipo de benesse real.<sup>41</sup>

Atestando a integração do Instituto ao establishment imperial, Arno Wehling aponta que a unidade ideológica do grupo constituinte do IHGB era suficiente para compensar a heterogeneidade das funções desempenhadas pelos mesmos: na política, no Exército, no comércio, por exemplo. O autor filia a criação do Instituto ao pensamento político regressista que estava em voga durante a década de 1830.

Para Wehling os fundadores do Instituto faziam parte do grupo político que saía em defesa da monarquia constitucional, considerada a única saída política para o Brasil. Um grupo que se opunha tanto às ideias absolutistas, quanto às liberais radicais e republicanas. A fundação do IHGB seria, então, um esforço dessa elite política moderada que temia a quebra da estabilidade social, ameaçada pelas revoltas que varreram o Império ao longo do período regencial. Um temor que seguia para além da desagregação territorial, tangenciando também o questionamento ao poder central e a questão abolicionista.<sup>42</sup>

<sup>38</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op., cit. p. 9.

<sup>39</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 56.

<sup>40</sup> Na lógica ihgbiana o Rio de Janeiro, sede do IHGB, funcionaria como o centro para onde deveria se dirigir todas as informações relativas às demais províncias do Brasil. Partindo da ideia de que o Rio de Janeiro constituía o centro da civilização no Brasil, era comum se dizer que “a história da Corte é a história da nação”.

<sup>41</sup> GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, n. 388, jul./set. 1995, p. 469-613. p. 478-479.

<sup>42</sup> WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, n. 338, p. 7-16, jan./mar. 1983. p. 11.

Entre bustos, brasões e cerimônias pomposas, o compromisso com a consolidação de um ideal nacional levava o IHGB a escrever a História pátria. Porém o Instituto não se ocuparia somente em ser o reduto da História oficial, também arrogou para si a tarefa de ser a “Casa da Memória Nacional”. Diferente do que vem até aqui sendo colocado, Lúcia Guimarães chega mesmo a afirmar que o IHGB fez uma “opção pela Memória, em detrimento da História”. Uma Memória que visava dar ao recém-independente país um passado que se adequasse às pretensões monárquicas, e que se revelasse continuador da obra portuguesa, consubstanciada tanto na língua, quanto no próprio governo ainda exercido por um Bragança. Dentro dessa continuação, a Memória organizada pelo IHGB foi construída excluindo-se todo tipo de trauma ou conflito que pudesse afetar a imagem de uma monarquia estável. E quando algum conflito era aludido nas páginas da Revista do Instituto, justificava-se a sua ocorrência à juventude e a falta de maturidade do Império.<sup>43</sup>

Na retórica do Instituto, forjou-se a ideia de que todo o período colonial, e sua transição para o Império, teriam ocorrido pacificamente, e quando algum sócio oferecia um trabalho que fizesse alusão a alguma instabilidade perigosa, a comissão da Revista avaliava se era “conveniente” ou não a sua publicação. Caso chegasse a ser publicado, era possível que aparecesse com algumas “correções”. Nada que prejudicasse a qualidade e relevância do escrito, nada que fosse contra o “correto” e “aceitável”. É que determinadas coisas “comprometedoras” ficariam definitivamente melhores se fossem relegadas ao plano do “esquecimento”. Afinal de contas, recordando Renan, “o esquecimento, e mesmo o erro histórico, são um fator essencial na criação de uma nação”<sup>44</sup>.

Nesse sentido, utilizando a famosa frase de Renan “Qu’est-ce qu’une nation?” (Que é uma nação?) e concebendo a Nação como uma “comunidade imaginada”, Benedict Anderson captura um dos traços mais característicos e importantes das narrativas nacionais analisando a dialética do “esquecimento” e da “lembrança” na qual o “dever de esquecer” os massacres antigos é alçado à condição de obrigação cívica. Anderson mostra como a História Nacional fabrica a “lembrança” de eventos ocorridos há séculos que, contudo, “devem” ser “esquecidos” pelos cidadãos. Desse modo, a narrativa nacional é a história da realização de uma unidade que sempre existiu virtualmente, e a “comunidade imaginada” percorre uma trajetória de sobressaltos, pontuada pela tragédia e pela glória, até alcançar a plenitude política: o Estado contemporâneo. Portanto,

---

<sup>43</sup> GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Op., cit. p. 599.

<sup>44</sup> RENAN, Ernest. Op., cit. p. 161.

A investigação da narrativa nacional é um empreendimento de “arqueologia” da memória fabricada. Os “construtores do Brasil” não estavam limitados pelas regras do discurso científico. [...], Martius, Varnhagen [...] não estavam, primordialmente, fazendo crítica literária, história natural, história ou geografia – eles estavam “inventando” a nação.<sup>45</sup>

Anderson define a Nação como “[...] uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”<sup>46</sup>, isto é, a Nação é uma comunidade limitada, soberana e, sobretudo, imaginada. *Limitada* porque por maior que ela seja sempre haverá fronteiras finitas; *soberana* porque o surgimento do nacionalismo estaria relacionado ao declínio dos sistemas tradicionais de governabilidade (Monarquia, na Europa, ou administração colonial na Ásia e Américas) e à construção de uma nacionalidade baseada na identificação étnica, racial e/ou cultural. Esta identificação possuiria um projeto comunitário de união baseada nas diferenças de um povo para o outro.

A soberania nacional, deste modo, é um símbolo da liberdade frente às estruturas de dominação antigas, gerando novas estruturas de dominação, como a administração estatal, a divisão intelectual do trabalho (administradores, burocratas, professores universitários, etc.), o capitalismo editorial e o surgimento de práticas de controle estatal (censo para a população, mapas para o território e museus para a cultura legítima). Finalmente a Nação é uma comunidade *imaginada*, porque seus indivíduos, mesmo nunca conhecendo integralmente uns aos outros, compartilham signos e símbolos comuns que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário.

Em linhas gerais, independente da preponderância da História ou da Memória, pode-se inferir que ao construir a História, a partir da “intelligencia” e debaixo da pretensa

<sup>45</sup> MAGNOLI, Demétrio. Por uma arqueologia da narrativa nacional. **REVISTA USP**, São Paulo, n.49, p. 134-142, março/maio 2001. p. 142.

<sup>46</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 32. Anderson coloca que estas “comunidades imaginadas” existem graças a uma espécie de “camaradagem horizontal”, que se deve muito mais a uma construção cultural do que propriamente política ou coercitiva, sendo que o que distinguiria as diversas nações seriam o “estilo” como são imaginadas e os recursos de que lançam mão, não existindo, assim, comunidade mais ou menos real. A imaginação das comunidades não é sinônimo de sociedades falsas, mas sim de uma “rede de parentesco” que dota seus membros de certa particularidade, e a formação destas redes não pode ser compreendida fora do contexto da proliferação de jornais e outras publicações, como o romance, que desde o surgimento da prensa mecânica de Gutemberg, vêm criando uma espécie de ligação invisível e, portanto, simbólica, entre pessoas que não raro não possuíam a menor semelhança cultural entre si. O tempo dos jornais, o tempo da simultaneidade, seria fundamental para se pensar o “estar junto” presente nos espíritos daqueles que fazem parte de uma nação; daí a importância em se estudar o que ele chama de “capitalismo editorial”, um conceito que visa investigar as relações entre o surgimento dos livros em línguas seculares e dos jornais ao surgimento do nacionalismo, criando de modo incisivo uma homogeneidade na diversidade de línguas humanas. Essa homogeneidade é um indício de fronteiras linguísticas e cognitivas que viriam a consolidar-se enquanto alicerces para o surgimento da nação moderna.

imparcialidade do historiador, o IHGB acabou edificando a Memória Nacional, que como a História, foi construída segundo interesses políticos específicos. E o esforço teria o Augusto reconhecimento. Na Sessão de inauguração das novas instalações do Instituto, em 15 de dezembro de 1849, Sua Majestade D. Pedro II proferiu que “ardua é a tarefa que empreendestes, Srs, mas, por meio de vossa constancia, alcançareis a palma da victoria, e as recompensas devidas aos amigos das letras [...]”. Então, com a proteção imperial, o tribunal da posteridade e seus guardiões “concorrendo todos unidos para tão nobre, util, e já difficil empreza, (seriam responsáveis por erigir) um padrão de gloria à civilização da nossa patria”<sup>47</sup>; uma Nação civilizada nos trópicos.

### **1.3 Juntas, as partes formam o todo... A narrativa nacional escrita pelo sujeito nacional, o brasileiro, face à heterogeneidade da Nação**

*“Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e desta arte mostramos às nações cultas, que também presamos a gloria da patria, propondo-nos a concentrar, em huma litteraria associação os diversos factos da nossa historia, e os esclarecimentos geographicos do nosso paiz, para que possam ser offerecidos ao conhecimento do mundo.”*  
(Januário da Cunha Barbosa. Discurso de fundação do IHGB, RIHGB, 1839)

Conforme já foi aqui aludido, a escrita da narrativa nacional perpassava pela existência de toda uma estrutura social que ia além das paredes do IHGB. Para efetivá-la, muitos projetos foram criados; um deles, o de von Martius, mencionado no tópico anterior, se tornou dos mais influentes para as propostas que se seguiram.

“Valiosa autoridade em assuntos brasileiros”, Martius defendeu no célebre “Como se deve escrever a História do Brasil”, que das relações entre as três raças, branca, indígena e negra, surgiu a população brasileira; fato que imprimiu em sua história um “cunho muito particular”. A “vontade da Providencia” e o “genio da historia” predestinaram o Brasil a esta mescla buscando alcançar “os mais sublimes fins na ordem do mundo” através do cruzamento das raças; e apesar de ter reconhecido a contribuição de ambas na construção da história por meio do que denomina “lei particular das forças diagonaes”, a qual não explica; Martius

<sup>47</sup> IHGB. Discurso do Imperador D. Pedro II. **RIHGB**, n.16, out./dez. 1849. p. 552.

apresentou o português, “descobridor, conquistador e Senhor”, como o “mais poderoso e essencial motor” no desenvolvimento da Nação. Ressalta, entretanto, que por conta dos “princípios da historiographia-pragmatica” que devem ser seguidos, seria um erro desprezar as forças indígena e negra que ajudaram igualmente para o desenvolvimento físico, moral e civil da população. Porém, em seguida, classifica tais raças como inferiores e conclui “prevendo” que “o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica”.<sup>48</sup>

Aparentemente poderia dar a entender que o projeto de miscigenação para a formação do povo brasileiro proposto por Martius, seguia na direção oposta às aspirações de uma elite que se dizia pertencente a um elevado grau de civilização herdada da tradição portuguesa. Contudo, ao afirmar que *o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica*; o naturalista bávaro traduz em seu trabalho uma proposta de constituição de uma sociedade essencialmente branca, e, portanto, condizente com o projeto em curso na mentalidade da época.

Além do mais, para Martius, a aceitação dessas “raças inferiores” na constituição nacional era uma mostra de filantropia do Estado brasileiro, visto que em outras Nações, como os Estados Unidos, por exemplo, tais grupos eram totalmente excluídos. Para a construção da narrativa nacional visando a integração das três raças, o autor destaca a importância de um profissional em particular: o historiador. Assim expõe que:

Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brazil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de tres raças humanas, que n'esse paiz são collocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na historia antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim.<sup>49</sup>

Cabia ao *historiador reflexivo* brasileiro materializar essa História de forma a incorporar elementos característicos de uma Nação. Seguindo essa premissa, como deveria ser o historiador brasileiro? Em primeiro lugar, deveria ser brasileiro. A razão vem de que até então as únicas obras sobre a História do Brasil haviam sido escritas por estrangeiros. E mesmo se ressaltando a importância dos trabalhos feitos por portugueses; quem melhor para escrever a História do Brasil senão um brasileiro? Januário da Cunha Barbosa já reconhecia em 1839 que

---

<sup>48</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, n. 24, p. 381-403, jan. 1845. p. 382- 383.

<sup>49</sup> Ibid. p. 384.

Nos tempos da passada monarchia os escriptos brasileiros, que assim então se publicavam, punham a gloria de seus autores em communhão com a dos Portuguezes; e como por tantas difficuldades eram em muitos menor numero, ficavam absorvidos pelo credito litterario da metropole, que bem pouco reflectia sobre o Brazil.<sup>50</sup>

Assim, era necessário se fazer uma História do Brasil, de forma os escritos não mais ficarem *absorvidos pelo credito litterario da metropole*, com pouca reflexão sobre o Brasil, como ainda acontecia naquele momento.

Munidos de um bom potencial arquivístico para a realização da pesquisa documental, e da necessária imparcialidade no trato com as fontes<sup>51</sup>; o historiador nacional estaria apto a desenvolver seu metiér, conforme o compromisso selado com a ação política, e obedecendo as seguintes etapas sintetizadas por Nilo Odália:

[...] em primeiro lugar (deve), colaborar na administração do Estado, por meio de levantamento histórico de dados que lhe possam ser úteis; em segundo, favorecer a unidade nacional; e, em terceiro, [...] fomentar e “exaltar” o patriotismo, enobrecendo o espírito público.<sup>52</sup>

Não bastava apenas escrever a História pátria, era preciso narrá-la de modo a incitar *patriotismo*, *exaltar* os sentimentos nacionalistas que por ventura estivessem latentes no *espírito público*. A tarefa do historiador encontrava-se intrínseca e irremediavelmente ligada à construção da Nação brasileira; de um passado comum e de um modelo de futuro.

O outro aspecto tem a ver com a população. Em termos de século XIX, Nação pressupunha unidade. Em termos de Brasil no século XIX, população equacionava com heterogeneidade. Em primeira instância era necessário que se traçasse uma origem para o povo brasileiro, e nesse intento algumas ideias se mostraram tão originais, quanto curiosas. Na busca pela fundamentação das raízes nacionais buscou-se explicar e demonstrar que houve uma “idade do ouro” dos nativos brasileiros, uma monumental civilização indígena como se observou em outros países da América Latina, como os Incas no Peru, por exemplo. Tal “idade do ouro”, no entanto, acabou, e os índios que o país habitava quando da chegada dos portugueses faziam parte, apenas, de uma “geração decadente”.

Na expressão de Martius os índios de então constituíam-se numa “ruína de povos”, degradados civis e morais, não passando de um “residuum de uma muito antiga, posto que

<sup>50</sup> BARBOZA, Januário da Cunha. Op., cit. p. 12.

<sup>51</sup> Além da inspiração filosófica iluminista, a História idealizada pelo IHGB apresentava traços característicos da metodologia rankeana como a proposta de análise imparcial da documentação histórica.

<sup>52</sup> ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaio do pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 38.

perdida historia”<sup>53</sup>. Era essa história perdida que o IHGB queria resgatar. Para tamanho esforço de pesquisa histórica e arqueológica, a agremiação carioca contou com trabalhos de pesquisadores oriundos de outros centros de estudos históricos da Europa. O IHGB não restringiria suas ligações somente ao Instituto Histórico de Paris, seu modelo inspirador; relacionou-se também por alguns anos com uma instituição congênere, a Sociedade Real dos Antiquários do Norte, sediada em Copenhague, Dinamarca.

As luzes europeias incidiram sobre as teorias da origem dos autóctones brasileiros. Sob seu reflexo trabalhos foram desenvolvidos e expedições aos mais remotos cantos do país foram financiadas pelo Instituto Histórico. Na trilha da suposta “era de ouro” muitas possibilidades surgiram, dentre elas estavam estudos sobre as inscrições na Pedra da Gávea, Rio de Janeiro. Para o IHGB tais inscrições eram testemunhas da presença dos fenícios no território do Brasil. Essa “tentativa” de explicação acabou não se concretizando, pois ficou esclarecido que se tratava apenas de marcas produzidas pela ação do tempo. E seguiram-se as conjecturações. Foi mesmo proposto pelo mineralogista alemão Dr. Roque Schüch que, se os povos do Norte haviam chegado à costa leste dos Estados Unidos, poderiam também ter adentrado ao litoral brasileiro. A antiguidade do Brasil teria uma marca viking. Inclusive, Schüch dizia encontrar evidências dessa herança na semelhança entre o dualismo dos índios manaus do Pará, e o dos habitantes da antiga Escandinávia.<sup>54</sup>

E não pararam por aí. Em carta datada de 1º de abril de 1849, Varnhagen informava ao secretário do IHGB, Manoel Ferreira Lagos, sobre os indícios do que concebia como possíveis vestígios dessa passada civilização nativa. As “ita-oca”, ou “casas de pedra”, lhe parecia “monumentos druidicos” da Europa, embora sua observação tenha sido frustrada, posto que seu guia durante a viagem “se ria” ao constatar o seu engano. Os “monumentos” não eram mais que “umas pedras que assim estavam por acaso”. O Senhor Visconde continua, discorre sobre os sambaquis encontrados no litoral, e confessa

não deixar de ter fé e fé viva de que um dia o acaso fará descobrir n’alguns pontos da vasta extensão do Brazil alguns monumentos de outra geração anterior, e mais civilizada que a raça degenerada, pela maior parte botocuda e cannibal.<sup>55</sup>

<sup>53</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Op., cit, p. 385.

<sup>54</sup> GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, n. 388, jul./set. 1995, p. 469-613. p. 523-524.

<sup>55</sup> VARNHAGEN, F. Adolfo de. Carta dirigida ao 1º Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, n. 15, jul./set. 1849. p. 371-372. O termo “botocuda” se refere ao grupo indígena dos botocudos; o termo “cannibal”, aos rituais de antropofagia realizados pelos nativos do Brasil.

Concluindo seu raciocínio, Varnhagen questiona “quem nos diz que no nosso território, onde a vegetação é tão feraz, arvores seculares [...], espessos matos virgens [...], não cobrem hoje esses monumentos, que na Bolívia estavam patentes?”<sup>56</sup>. Acreditava-se de verdade que os índios do passado fizeram parte de uma geração civilizada. Uma cultura que, entretanto, já não mais existia, tendo sucumbido a uma *raça degenerada e cannibal*.

A “criação” do sujeito nacional era, assim, imprescindível para a constituição da Nação, e para a escrita da História Nacional. Quanto a isso Odália salienta que a

Unidade territorial e unidade racial se integram e se confundem na mística de que só uma nação unitária tem condições de sobreviver. Não existem espaços para que se manifestem livremente os elementos heterogêneos, raciais ou políticos, sociais ou econômicos, originários do período colonial. A nação é compreendida como um bloco monolítico, onde qualquer voz discordante é um perigo e uma ameaça a serem extirpados.<sup>57</sup>

Desse modo, os “opúsculos saídos da pena” dos historiadores ihgbianos buscavam demonstrar um passado coerente e uma Nação monolítica. As partes (províncias), unidas, constituiriam o todo (Nação); todo esse que Varnhagen defendeu no Memorial Orgânico ao postular que a partir da organização administrativa do Império do Brasil em termos de território e população; seria possível a constituição de uma Nação compacta, com uma identidade própria, circunscrita num espaço territorial definido e ocupado de forma regular e homogênea; visando o combate ao “provincialismo”, mal que, segundo ele, impedia a difusão do sentimento nacional<sup>58</sup> de pertencer a um Estado-Nação. Só dessa maneira “o Império imporá ao estrangeiro como uma nação verdadeiramente independente”<sup>59</sup>.

A consciência “nacional” só viria, então, pela integração das províncias; o que se tornou uma imposição da nova Corte instalada/ “interiorizada” no Rio de Janeiro; e que conforme salienta Maria Odila Dias, foi possivelmente uma das principais forças políticas que

<sup>56</sup> VARNHAGEN, F. Adolfo de. Op. cit. p. 373-374.

<sup>57</sup> ODÁLIA, Nilo. Op., cit. p. 50.

<sup>58</sup> De acordo com Eric Hobsbawm “as ideologias de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles”, assim “não podemos presumir que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social”. Ver: HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 20.

<sup>59</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 358.

modelaram o Império: “a vontade de constituir e de sobreviver como nação civilizada europeia nos trópicos, apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia”<sup>60</sup>.

Se o discurso sobre a origem dos autóctones brasileiros poderia ser interpretado como um subsídio para a legitimação do discurso civilizatório, e se não ficou comprovada nenhuma das teorias levantadas, fato é que os “textos de fundação” não serviram apenas ao propósito de escrever a História do “ponto de vista nacional”, mas também organizou-a de forma a “assegurar a verdade do narrado”, e a fundar “uma nova comunidade política, agora pensada sob a forma de uma nação”<sup>61</sup>.

#### **1.4 Quem dirigia o Estado Nacional brasileiro e a quem interessava a construção da ideia de Nação na historiografia**

*“A história era pensada a partir da nação, mesmo que não houvesse uma ideia clara do que a nação significava ou poderia significar.”  
(Temístocles Cezar)*

Uma “monarquia entre repúblicas” era o Brasil em meados do século XIX. A política empreendida pelo Estado brasileiro de forma a possibilitar a unidade da América portuguesa em uma única Nação, quando se observava a fragmentação das ex-colônias espanholas em Repúblicas; foi, e continua sendo, objeto de estudo dentro da historiografia. O que teria proporcionado esta unidade: o monopólio de um grupo em particular, ou um acordo entre os diferentes grupos; que mesmo divergindo em muitos aspectos, concordavam que a unidade nacional era prioridade?

Em “O Tempo Saquarema” Ilmar Rohloff de Mattos defende que o Estado brasileiro foi construído por uma classe dominante que se tornou dirigente e se constituiu durante o próprio processo, isto é, a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial teriam sido dois processos que se tornaram historicamente associados sob a intervenção consciente e deliberada de uma determinada força social, a qual forjou a si própria como

---

<sup>60</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Falamada, 2005. Nessa obra Maria Odila Dias defende que o processo de separação política do Brasil com relação a Portugal se iniciou já em 1808 quando a Família Real se transferiu para o Rio de Janeiro, fazendo dessa cidade a sede da nova Corte. A gênese do que chama de “interiorização da metrópole” no Centro-Sul da Colônia.

<sup>61</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Uma história da história nacional**: textos de fundação. Disponível em: <http://www.coresmarcasefalas.pro.br>. Acesso em: 20 mar. 2013. p. 395.

“dirigente”: os saquaremas<sup>62</sup>. Assim sua obra gira em torno da articulação entre três questões principais referentes ao Estado imperial, à classe senhorial e aos dirigentes saquaremas.

Por *Estado* o autor entende o *locus* (lugar de atuação) dos dirigentes saquaremas; por *dirigentes saquaremas*, um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial (senadores, ministros, conselheiros de Estado), quanto proprietários rurais das mais diversas províncias do Império, jornalistas, literatos. Todos esses profissionais, de vida pública ou não, se inseriam nesse grupo desde que orientassem suas ações conforme os parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, aderindo aos princípios de Ordem e Civilização e agindo visando a sua difusão. Quanto à *classe senhorial*, sua formação teria derivado de um processo no qual um grupo social se envolve com a construção do Estado, sendo que apenas o grupo social encabeçado pelos cafeicultores e políticos de origem fluminense (em expansão às outras províncias) teriam se articulado politicamente de maneira duradoura para conseguir erigir-se em classe senhorial. Um grupo cuja coesão e identidade se deveram a existência de experiências em comum entre os indivíduos constituintes; o que possibilitou a identificação dos seus interesses como algo em comum, e a oposição a outros grupos de interesses diferentes, ou mesmo antagônicos aos seus.<sup>63</sup>

De início esses interesses foram defendidos politicamente por um pequeno grupo ligado à cafeicultura fluminense que por meio deu uma “política de casamentos”, formando verdadeiras “dinastias cafeeiras”; atraíam jovens oriundos de famílias não proprietárias de terras, bacharéis em Direito, os que ao ingressarem na alta burocracia e no Parlamento passariam a constituir-se em seus representantes políticos; sendo depois ampliado. A classe senhorial, então, forjava a si própria pelas relações que estabelecia com o Estado. Ao agirem na administração, ditavam o tom e definiam o conteúdo do Estado imperial, tornavam-se, dessa forma, dirigentes, atuando moral e intelectualmente. Essa direção se traduzia no “princípio monárquico”, isto é, manutenção da dinastia, preservação da unidade territorial,

---

<sup>62</sup> Segundo Marcello Basile a expressão “saquaremas” se referia, fundamentalmente, a um grupo de políticos conservadores da província fluminense ligados à cafeicultura, mas que logo se generalizou de forma a abranger os políticos conservadores de todo o Império. Ver: BASILE, Marcello Otávio. Consolidação e crise do Império (Parte B). In: LINHARES, Maria Yedda. (org). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 246. De acordo com Ilmar de Mattos o termo “saquarema” surgiu em alusão à um evento político ocorrido na vila de Saquarema, Rio de Janeiro, onde o candidato Padre José de Cêa teria expedido uma ordem que autorizava mesmo o assassinato de eleitores que recusassem as listas do governo. Os chefes conservadores Joaquim José Rodrigues Torres (futuro Visconde de Itaboraí) e Paulino José Soares de Sousa (futuro Visconde do Uruguai), que possuíam familiares, terras e escravos naquela área, teriam conseguido livrar seus protegidos dos desmandos daquela autoridade. A partir de então “saquarema” passou a denominar os protegidos deles. Com o tempo foi ganhando sentido depreciativo, significando “protegido” ou “favorecido”. Todavia, sempre guardou o traço marcante de, mais que a qualquer outro, designar os conservadores fluminenses. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 106.

<sup>63</sup> Ibid. p. 3-4.

conservação das hierarquias sociais e posição destacada do Imperador na condução da vida política. Na prática, esse princípio se convertia no papel da “Coroa como Partido”, o que propiciaria a expansão material e simbólica da classe senhorial, visto que

Entender os processos de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial como processos recíprocos é justamente compreender esta dupla dimensão do ato de governar, é ter em consideração o Estado em suas funções de dominação e de direção, é conceber a Coroa como um partido.<sup>64</sup>

Como uma aristocracia agrária que obtinha lucros através da monocultura, os saquaremas defenderiam a existência de um Estado forte e centralizado que impossibilitasse mudanças na sua estrutura (por exemplo, o fim da escravidão) e mantivesse a hierarquia social: a “boa sociedade” (elite) acima; o resto da população como seus fiéis e ordeiros súditos.

Nessa linha, a elite articulada em torno do aparato estatal do Rio de Janeiro teria conseguido se impor a todo o território. Desse modo, a unidade nacional seria produto da centralização política e da direção administrativa concentrada no governo do Rio de Janeiro, este que, por sua vez, resultou do movimento regressista, ou Regresso Conservador da década de 1840.

Em “Centralização e descentralização no Império” Gabriela Nunes Ferreira trata do “debate entre Tavares Bastos e Visconde do Uruguai” analisando o pensamento desses dois políticos: o liberal Tavares Bastos, e o “saquarema” Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Sousa. A partir de obras de ambos os autores/atores políticos do debate em questão, Ferreira delinea um quadro acerca da centralização e da descentralização do poder imperial, nas defesas de Uruguai e Bastos, respectivamente.

Em meio às diferenças Tavares Bastos e Visconde do Uruguai possuíam um “terreno comum” pois, em nome da unidade nacional, ambos defendiam a forma monárquica de governo; o *self-government* como modelo ideal de organização política; e a referência à obra de Alexis de Tocqueville<sup>65</sup>, nomeadamente o livro “A democracia na América”, embora os

---

<sup>64</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op., cit. p. 68-168.

<sup>65</sup> Pensador político e escritor francês, Alexis de Tocqueville é considerado um dos grandes teóricos políticos do século XIX. Tornou-se célebre, sobretudo, com a publicação do livro “A democracia na América” no qual faz um estudo detalhado do modelo de organização social e político dos Estados Unidos. É especificamente a partir das argumentações de Tocqueville contidas no tomo I da obra que Tavares Bastos e Visconde de Uruguai travam o seu “debate” acerca da centralização ou da descentralização do poder imperial no Brasil.

dois autores tenham utilizado os argumentos desenvolvidos pelo escritor francês de acordo com o propósito de cada um. Mas as semelhanças acabam por aí.<sup>66</sup>

Se para o Visconde do Uruguai o poder político era a cabeça, e a administração, o braço, de forma que a esfera política se constituía num espaço parcial, portanto, suscetível à conveniências pessoais, ao passo que no terreno administrativo, neutro, residiam as garantias dos direitos dos cidadãos frente o arbítrio do campo político; para Tavares Bastos o poder central, fosse ele político ou administrativo, operava exatamente em oposição às garantias do cidadão. Em sua concepção o Estado representava um perigo para a liberdade do indivíduo, assim, “entre os pólos “estado” e “indivíduo”, a relação era necessariamente negativa”<sup>67</sup>. Daí a defesa da descentralização com vistas ao respeito aos interesses e necessidades inerentes a cada província (“corpo secundário”), fazendo desta, e não do poder central, o intermediário entre o Estado e o cidadão, bem como delas em relação ao exterior.

Para o Visconde do Uruguai descentralizar o poder era o princípio da anarquia e do fim do único órgão capaz de garantir os direitos individuais: o Estado, o poder central. Daí a defesa da centralização para rechaçar o caos que uma política descentralizada certamente provocaria, num país que sem ter a tradição política do autogoverno, o *self-government*, a política era um mundo desvirtuado e sujeito a lutas mesquinhas de facções locais, que, se preocupando apenas com seus interesses, prejudicavam a unidade da Nação. Desse modo “o poder fraco guardava relação com a descentralização, política e administrativa; o poder forte estava relacionado à centralização, e tinha no governo do Estado o seu instrumento natural”<sup>68</sup>.

Na ideologia “saquarema” de Uruguai a associação entre unidade do poder e unidade da Nação estava em consonância com uma outra associação, a do poder forte e da centralização, concluindo pela inaplicabilidade da fórmula “o Rei reina, mas não governa” ao Brasil; substituindo pela fórmula desenvolvida por seu colega e também “saquarema” Visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, pela qual “o Imperador reina, governa e administra”<sup>69</sup>.

<sup>66</sup> Importante lembrar que Tavares Bastos e Visconde do Uruguai pertenceram a épocas diferentes, então suas formas de pensar e suas abordagens acerca da melhor forma de organização política para o Brasil são diferentes. Enquanto Uruguai atuou e centrou suas obras no momento de construção do Estado Nacional, onde a manutenção da ordem e da unidade nacional ocupavam o primeiro plano na agenda política; Tavares Bastos pertenceu a um tempo posterior onde “reforma” era a palavra de ordem.

<sup>67</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999. p. 71.

<sup>68</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 194.

<sup>69</sup> Ibid. p. 195.

Fazendo um comparativo entre os modelos políticos americano e francês (escolhendo este como mais apropriado ao Brasil) para pensar o Brasil, tanto Tavares Bastos quanto o Visconde do Uruguai enxergavam o *self-government* como fonte de educação cívica, de virtudes públicas e de liberdade, contudo divergiam a respeito de sua aplicação tomando como pressuposto a História do Brasil. Enquanto Paulino Soares defendia que o principal entrave ao autogoverno no Brasil provinha do “caráter nacional”, isto é, da falta de educação cívica do povo, além de atribuir uma boa parcela de “culpa” ao emperramento causado pela experiência descentralizadora das Regências; o liberal Tavares Bastos entendia que o problema maior não estava ligado à herança colonial, e sim a adoção de um sistema de organização que impossibilitava a superação do atraso do Brasil. O progresso do país havia sido engolido pela reação centralizadora de fins da década de 1830 e na década seguinte, prenúncio da “direção saquarema”.

Como já se observou, na concepção do Visconde do Uruguai a existência de um governo central forte encerrava a criação de um Estado nacional que se sobrepunha aos interesses locais, uma necessidade visando a neutralização dos conflitos e das forças internas de ação desagregadora. Nesse âmbito a formação da nacionalidade brasileira, que conforme Maria Odila Dias parece ser fruto do processo de “interiorização da metrópole”, foi oriunda da monarquia e de sua continuidade na organização política brasileira <sup>70</sup>. Assim, a integridade nacional, lançada pela nova Corte, carregou consigo a preocupação de solidificar o apoio ao poder central para não sucumbir às lutas de facções locais, e mesmo garantir a unidade de um Império composto por nativos indígenas, negros escravizados, e cuja falta de integração entre as partes constituintes; faziam do território uma área passível de desagregação ao menor sinal de convulsão social.

Quanto ao uso da obra de Alexis de Tocqueville, brevemente pode-se dizer que Tavares Bastos o faz para fundamentar sua proposta de “monarquia federativa”, concedendo maior autonomia às províncias; além de enfatizar as leis como elemento capaz de moldar o caráter nacional e mudar o destino do país, dotando-o da capacidade de se autogovernar; fazendo a relação entre descentralização administrativa, espírito cívico e manutenção da liberdade; por isso, defendendo a realização de reformas no sistema monárquico, não seu fim. Argumentando sobre a centralização, o Visconde do Uruguai partia da distinção elaborada por Tocqueville entre centralização política, onde o poder de dirigir os interesses comuns a toda a Nação estava concentrado nas mesmas mãos; e centralização administrativa, pela qual o poder

---

<sup>70</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Op., cit. p. 31.

de dirigir os negócios estava distribuído a certas partes da Nação. Também exaltava as instituições municipais, para ele os mais importantes “corpos secundários”, e não as províncias como acreditava Tavares Bastos.<sup>71</sup>

Saindo dessa dicotomia centralização/descentralização, Miriam Dolhnikoff propõe que, ao invés dessa antítese política, o que caracterizou o processo de consolidação do Estado imperial no século XIX foi uma espécie de acordo entre as províncias e o governo central, ou melhor, um “Pacto imperial”. Observemos o seguinte trecho

A unidade de todo o território da América lusitana sob a hegemonia do governo do Rio de Janeiro foi possível não pela neutralização das elites provinciais e pela centralização, mas graças à implementação de um arranjo institucional por meio da qual essas elites se acomodaram, ao contar com autonomia significativa para administrar suas províncias e, ao mesmo tempo, obter garantias de participação no governo central através de suas representações na Câmara dos Deputados. Desse modo as elites provinciais tiveram papel decisivo na construção do novo Estado e na definição de sua natureza. Participaram ativamente das decisões políticas, fosse na sua província, fosse no governo central. Ao fazê-lo constituíram-se como elites políticas.<sup>72</sup>

Partindo desse trecho, que é a tese da autora, é possível reconhecer alguns aspectos básicos do que a mesma defende em sua obra: a) haviam dois projetos de organização política para o Brasil pós-Independência, o de centralização e o do tipo federativo; b) *A unidade de todo o território da América lusitana sob a hegemonia do governo do Rio de Janeiro foi possível não pela neutralização das elites provinciais e pela centralização, mas graças à implementação de um arranjo institucional.*

De um lado estava o grupo que, composto por homens como José Bonifácio de Andrada e Silva, propugnava que somente a construção de um Estado unitário centralizado seria capaz de realizar as reformas necessárias, visando civilizar um país cuja sociedade considerava bárbara. A posição adotada por José Bonifácio era a da existência de uma monarquia centralizada, esta que possibilitaria a construção da nova Nação; mas uma monarquia do tipo constitucional e guiada por uma elite ilustrada, na transformação da sociedade escravista herdada da Colônia, em uma Nação civilizada. Federalismo era sinônimo de República. No campo diametralmente oposto se encontrava os propagadores do federalismo, para quem as elites provinciais deveriam ter sua representação política ampliada, tanto no âmbito das próprias províncias, quanto na Corte.

<sup>71</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes. Op., cit. p. 185-192.

<sup>72</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Editora Globo, 2005. p. 14.

Como já foi aludido, o projeto federalista do Brasil estabelecia a implantação de um modelo institucional no qual as elites provinciais (e não todos os setores sociais), tivessem a autonomia necessária para administrar suas províncias, e obter representação no governo central. A inspiração era o federalismo norte-americano, contudo, o federalismo brasileiro diferenciava-se em aspectos importantes. Os federalistas brasileiros desejavam uma organização política na qual convivessem o governo central e o provincial, onde as atribuições de cada um seriam definidas pela Constituição, e, portanto, nenhum deveria se intrometer no raio de atuação do outro. Nos Estados Unidos a federação foi uma alternativa para garantir o fortalecimento do governo federal; no Brasil, além do “abandono” da democracia e da República do modelo estadunidense, o federalismo visava fortalecer os governos provinciais. Todavia, um grau de liberdade que não ameaçasse a integridade nacional.

Citando o deputado Nicolau dos Santos Vergueiro, Dolhnikoff esclarece que na concepção desse liberal ilustre “[...] a federação que se pretendia era aquela que combinava unidade nacional, dirigida por um centro com instrumentos para se impor a todo o território, com províncias munidas de autonomia para gerir seus negócios”<sup>73</sup>; ou seja, não era o fim do poder central, até porque este tinha a tarefa de preservar a unidade da Nação sob a hegemonia de um único Estado. Foi a junção desses dois aspectos: a unidade das províncias a ser garantida pelo poder central e a autonomia provincial a ser possibilitada pelo federalismo, que formou o arranjo institucional que, segundo a autora, prevaleceu desde a abdicação de D. Pedro I e as reformas liberais da década de 1830, sobrevivendo a revisão dos anos 1840.

No discurso dos liberais que a propunham, a federação seria mesmo uma condição essencial para a unidade, pois, ao dar às províncias a liberdade de se governarem sem a excessiva intervenção do poder central, propiciava que estas resolvessem seus assuntos internos da forma que melhor lhe conviessem; e com maior eficiência já que o Estado brasileiro ainda não dispunha à época de um aparato administrativo capaz de atingir a todo o imenso território que comportava, partindo exclusivamente da Corte no Rio de Janeiro. Acreditava-se que essa situação seria suficiente para afastar as tendências separatistas que poderiam vir a acometer o país. A autonomia para as províncias defendida pelos federalistas se referia em boa medida ao acesso “livre” das elites provinciais ao controle de parte da máquina pública, e aos investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico local; além de incidir diretamente sobre a tributação, a construção de obras

---

<sup>73</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Op., cit. p. 16.

públicas e a força policial. Assim, as elites provinciais acabaram se constituindo também em elites políticas, e por isso, em agentes da consolidação e da preservação do Estado emergente.

A vitória do pacto federativo teria se dado com as reformas implementadas logo após a abdicação de D. Pedro I em 1831; em especial, o Ato Adicional promulgado em 1834 durante a Regência do padre Diogo Antônio Feijó. Essa nova legislação dividiu as competências tributária, legislativa e coercitiva entre províncias e centro, advindo daí a autonomia provincial, sem, contudo colocar em risco a unidade nacional e a construção do Estado. A revisão conservadora da década de 1840, diferentemente do que por muito tempo se acreditou, não representou o fim da autonomia provincial e da participação de suas elites no governo central conquistadas com as medidas descentralizadoras dos anos anteriores.<sup>74</sup>

O “arranjo institucional” caracterizou-se, então, pela união de dois elementos principais. O primeiro era decorrente das transformações institucionais realizadas pela implantação do Ato Adicional que, quando dividiu, por exemplo, as competências legislativas, as cobranças dos tributos, os mecanismos de coerção, a criação e manutenção de uma força policial e o controle dos empregos aos níveis provincial e municipal, entre centro e províncias; deu a essas últimas uma efetiva autonomia com relação a itens importantes na agenda de funcionamento do Estado. A descentralização que o Ato Adicional garantia não afetava a centralização política, cuja preservação se valia no fato de um governo não interferir na órbita de ação do outro. Nesse campo, Dolhnikoff explica a partir do pensamento do Visconde do Uruguai que

Centralização política [...], significava conferir ao centro capacidade de estabelecer a unidade nacional estabelecendo as principais diretrizes referentes aos interesses que são comuns a todas as partes da nação, enquanto que a descentralização administrativa significava garantir os poderes provinciais a capacidade de decisão sobre interesses que são especiais a certas partes da nação.<sup>75</sup>

Nesse raciocínio da autora, Paulino Soares entenderia, portanto, que no Brasil havia centralização política e não administrativa; de modo que centralizar não significava exatamente acabar de todo com a autonomia das províncias, neutralizar a divisão de poderes entre os dois governos. A preocupação maior era a de *estabelecer a unidade nacional*.

O segundo elemento teria sido a participação das províncias no governo central através de sua representação na Câmara dos Deputados. Entre conflitos e negociações, as elites

---

<sup>74</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Editora Globo, 2005. p. 20-21.

<sup>75</sup> Ibid. p. 146.

provinciais conseguiram essa representatividade. Cada uma delas defendendo os interesses de suas respectivas províncias; se conflitando com os interesses defendidos por outras, negociando com essas mesmas para tentar realizar seus próprios. Tudo isso num contexto de frequente modificação dos gabinetes ministeriais, onde a cada mudança, mudava-se também a maioria na bancada da Câmara; ora do Partido Liberal, ora do Partido Conservador.

Atuando principalmente na reforma jurídica, as medidas do chamado Regresso Conservador dos anos 1840 que objetivavam “parar o carro das revoluções”<sup>76</sup>, não teriam afetado essa estrutura montada pelos liberais desde as Regências, fazendo assim do pacto federativo o vencedor da “disputa” travada depois da abdicação do primeiro imperador, que atravessou todo o Segundo Reinado, perpetuando-se com a Proclamação da República em 1889. Sem querermos ser repetitivos, mas talvez o sendo, é possível concluir toda essa discussão no seguinte trecho conclusivo da obra

Prevaleceu um arranjo institucional que conferia grau significativo de autonomia para os governos provinciais e a participação das elites provinciais no interior do governo central, em um jogo de negociações e conflito, condição para a manutenção da unidade de todo o território da América lusitana sob um único Estado. Regionalizava-se assim o jogo político, em um arranjo que impunha a constante negociação entre governos provinciais e governo central e entre as próprias elites provinciais. Estas tiveram, desse modo, um papel decisivo na construção do Estado e na determinação de sua dinâmica, influenciando decisivamente na sua condução. Isso significou que, institucionalmente, as decisões políticas tiveram sempre que se adequar de alguma forma às demandas e à capacidade de pressão dessas elites.<sup>77</sup>

Num contexto semelhante, Marcello Basile assinalou que as reformas liberais fortaleceram os governos provinciais, ao terem à sua disposição grande parte dos instrumentos que garantiam a ordem, todavia, isso não implicava dizer que estivessem afinados com os interesses do governo central<sup>78</sup>. Em análise parecida, Jorge Siqueira afirmou que em várias as oportunidades, no Brasil, “o nacional amalgamou as especificidades, as particularidades que se manifestavam em termos de demandas, de reclamos, de insubordinações e rebeldias regionais”<sup>79</sup>. Em outro momento, ainda no século XIX, Renan escreveu que “a unidade se faz

<sup>76</sup> Expressão atribuída a Bernardo Pereira de Vasconcellos, liberal moderado que aderiu ao movimento do Regresso, núcleo de origem do futuro Partido Conservador. “Parar o carro das revoluções” significava colocar um fim na “anarquia” que se instaurou com a eclosão de revoltas em diversas províncias do Império, durante as Regências.

<sup>77</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Op., cit. p. 292.

<sup>78</sup> BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial: 1831-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 86.

<sup>79</sup> SIQUEIRA, Antonio Jorge. Op., cit. p. 261. Disponível em: <<http://www.fundarj.gov.br/observatorionordeste/obte025.pdf>>. Acesso em: 17/01/2013.

por meios brutais”<sup>80</sup>; o que possivelmente explica a dura repressão que o governo central infligiu às revoltas provinciais da *era regencial*.

De qualquer forma, sob a ótica de Dolhnikoff, *a unidade de todo o território da América lusitana sob a hegemonia do governo do Rio de Janeiro foi possível não pela neutralização das elites provinciais e pela centralização*, como defende autores como Maria Odila Dias e Ilmar Rohloff de Mattos, *mas graças à implementação de um arranjo institucional*.

É possível perceber, então, que a historiografia a respeito dessa temática é abundante e diversa, cada autor fazendo sua abordagem a partir de um determinado eixo explicativo. O entendimento do processo de consolidação do Estado imperial em meados do século XIX pode ser compreendido, dentre outros, pela ação da “direção saquarema”, pela dicotomia centralização/descentralização, ou ainda através de um “arranjo institucional”; a escolha vai da interpretação de cada um, ou do que, ancorado em maiores evidências históricas, se fizer mais convincente. Independente disso, contudo, o certo é que esses grupos fossem por imposição ou por um “pacto”, estavam diretamente interessados na construção da ideia e da própria Nação brasileira nesse período.

---

<sup>80</sup> RENAN, Ernest. . Que é uma nação? Tradução de Samuel Titan Jr. **Plural**, Sociologia, USP, São Paulo, 4,154 – 175 1. sem, 1997. p. 161.

## CAPÍTULO 2

### Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro: um diplomata a serviço do Império, um historiador a serviço da Nação

*“as linhas que vamos escrever apenas têm a mira de se aproveitarem da garantia civilizadora, que mais devem às sciencias os seus progressos, isto é, da liberdade da discussão, única que termina por aclarar a verdade.” (Varnhagen, RIHGB, 1844)*

“Homem-monumento”, Visconde de Porto Seguro, “cronista-mor do Império”, “Heródoto brasileiro”, ou simplesmente Varnhagen. Uma lista de nomes para designar apenas um indivíduo; mas não um indivíduo comum, é claro. Trata-se do maior historiador brasileiro do século XIX, cujas “ideias políticas” serão a principal temática deste capítulo.

Concebendo que sua escrita, *as linhas que vamos escrever*, tinham apenas *a mira de se aproveitarem da garantia civilizadora*, esta que deve *às sciencias os seus progressos* e onde a *liberdade da discussão* seria a única a *aclarar a verdade*; Varnhagen acabou por ter atribuído um outro título, o de “pai da historiografia nacional”. Esta parte do texto não possui, entretanto, a intenção de fazer uma biografia deste “brasileiro por nascimento e opção”; buscaremos tão somente entender um pouco o sujeito Francisco Adolfo de Varnhagen, para, assim, buscar compreender suas principais ideias e propostas para a Nação brasileira.

#### 2.1 Um “homem-monumento”

*“Ele foi brasileiro porque quis e foi historiador por vocação”. (Pedro Calmon, RIHGB, 1983)*

Em discurso na sessão aniversária de 15 de dezembro de 1878, o orador Joaquim Manoel de Macedo prestava homenagens aos “sabios patriarchas do Instituto Historico e Geographico Brasileiro [...], varões prestantes, ilustres ou benemeritos” falecidos naquele ano; entre eles Varnhagen que, para o literato, foi o “escrupuloso iluminador da historia do Brasil”

81 .

---

<sup>81</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. **RIHGB**, TOMO XLI, p. 471- 506, out./dez. 1878. p. 469-487.

A atuação de Varnhagen na agremiação começou a se desenhar a partir do ano de 1840, quando, por sua experiência de pesquisa adquirida nos arquivos da Torre do Tombo em Portugal, entrou como sócio correspondente do IHGB com a atribuição de examinar, coletar e extrair cópias de documentos que fossem relevantes para a História brasileira; e retornou ao Brasil depois de muitos anos em terras lusitanas. Filho de pai alemão e, mãe portuguesa, Varnhagen, que nasceu em Sorocaba, interior de São Paulo, em 1816, viajou para Portugal ainda criança, em 1823<sup>82</sup>. Na capital Lisboa fez seus primeiros estudos, entrando depois para o Colégio Militar da Luz, onde concluiu o curso em 1832. Frequentou ainda, entre outras, aulas de química, física, mineralogia e botânica; e cursos de paleografia, diplomacia e economia política; estes últimos, sobretudo, o ajudariam muito em suas atividades de historiador e diplomata posteriormente.

Como residiu por anos em Portugal, tendo, inclusive, prestado serviços no Exército lutando contra D. Miguel, defendendo a legitimidade de D. Pedro ao trono português; Varnhagen, que por esse tempo já publicaria duas obras, *Reflexões Críticas*<sup>83</sup> e a edição do *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa em 1530-1532*, fruto de seus conhecimentos em história e paleografia para leitura de documentos antigos, e visitas a arquivos e bibliotecas cotejando documentos inéditos; enfrentaria dificuldades em ter reconhecida a cidadania brasileira.

Tomando conhecimento de que o Poder Legislativo estava discutindo uma lei que permitiria a repatriação de brasileiros que viviam no exterior Varnhagen partiu para o Brasil. Aguardando a votação da lei, o sorocabano resolveu fazer uma viagem pelo interior do Império, mais que para rever sua terra natal e amigos de infância, essa viagem acabaria servindo para mudar substancialmente o pensamento do historiador a respeito dos índios. O medo resultante da ameaça eminente de ser atacado por índios quando atravessava a fronteira entre São Paulo e Paraná fez Varnhagen mudar de opinião, de uma certa simpatia que nutria com relação aos “selvagens” até então, para a crítica veemente do romantismo indigenista, ou

---

<sup>82</sup> O pai de Varnhagen, Friedrich Ludwig Wilhelm de Varnhagen, casado com Maria Flávia de Sá Magalhães, viera ao Brasil, em 1810, contratado pelo então regente D. João VI para iniciar os trabalhos da fábrica de São João de Ipanema, em Sorocaba/SP, tornando-se, assim, um dos pioneiros da fundição de ferro no Brasil. Com a Revolução Constitucional do Porto de 1820, Frederico de Varnhagen se licenciara de seu trabalho na Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema da qual já era diretor desde 1814, embarcando de volta para a Europa em 1822. Um ano depois o restante da família foi ao seu encontro em Portugal. A nacionalidade de Maria Flávia é alvo de controvérsias, mas autores como Clado Ribeiro Lessa e Temístocles Cezar colocam que ela era mesmo portuguesa.

<sup>83</sup> Cotejando cópias existentes em várias bibliotecas de Portugal, Varnhagen arrolou vários impressos de notícias sobre o Brasil, documentos até então não revelados, como a *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*; *História dos Jesuítas do Maranhão do Padre José de Moraes*; *Livro que dá razão do Estado do Brasil* atribuído à Diogo de Campos Moreno e *Diálogos das Grandezas do Brasil de Ambrósio Fernandes Brandão*.

“perigoso brasileirismo caboclo”, como chamava. Tal postura culminou em polêmicas com os românticos da época, que viam no indígena o representante da nacionalidade brasileira; trataremos disso mais adiante.

De acordo com Clado Lessa, Varnhagen voltou à Portugal em 1841, quando pediu uma promoção. Sua decisão de se demitir do Exército português parece ter sido consequência da recusa do pedido. O historiador só tomaria conhecimento de que o Imperador havia assinado o decreto que confirmava sua nacionalidade brasileira, anistiando-o da irregularidade de ter servido a um Exército estrangeiro, no ano seguinte. Varnhagen acabou se transformando em brasileiro por decreto, contudo, como aponta muitos autores que se dedicaram a estudar a figura do futuro Visconde de Porto Seguro; mesmo fora, seus olhos nunca deixaram de estar voltados para o Brasil, sua pátria “por nascimento e opção”. Lessa cita que Varnhagen, ao terminar seu curso de engenharia, rejeitou a oferta do rei D. Fernando de ir estudar na Alemanha para vir a ser professor de seus filhos; escolhendo regressar ao seu país com seus próprios recursos.<sup>84</sup>

Nomeado adido de primeira classe na Legação brasileira em Portugal com a missão principal de pesquisar os documentos relativos à história, geografia e legislação brasileiras, Varnhagen iniciaria de vez sua profícua carreira de historiador, etnógrafo, literato, diplomata, e tantas outras atividades nas letras e na política do Império. Trabalhos que o fizeram ser reconhecido como grande intelectual, o maior de seu tempo, o que talvez possa ser resumido na expressão de Joaquim Manoel de Macedo quando, no já aqui mencionado discurso de 1878, escreveu que Varnhagen “foi homem-monumento por seus trabalhos históricos [...], deixou memória monumental, que obriga a mais merecida gratidão da pátria”<sup>85</sup>. Uma pátria para a qual ele decidiu retornar, e ajudar na construção da Nação brasileira.

### 2.1.1 O etnógrafo, o diplomata

Ao longo de grande parte de sua vida Varnhagen concebeu os nativos como uma raça selvagem que precisava ser civilizada. Contudo, isso não quer dizer que não se interessasse em estudar os nativos, na realidade aconteceu o oposto, em muitas de suas edições as páginas da Revista do IHGB trouxeram estudos de Varnhagen acerca, sobretudo, das línguas

---

<sup>84</sup> LESSA, Clado Ribeiro. Formação de Varnhagen. **RIHGB**, vol. 186, p. 55-88, jan./mar. 1945. p. 70.

<sup>85</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. Op., cit. p. 489.

indígenas, pois, para o historiador-etnógrafo, aprendê-las servia ao importante propósito de civilizar os nativos.

Foi com esse pensamento que o sorocabano já em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do ano de 1840 leu uma dissertação onde mostrava aos sócios da agremiação a conveniência de se estudar as línguas indígenas do Brasil. A “Memória” consistia na proposta de dois meios pelos quais se poderia por em prática tal objetivo: 1º) que o IHGB solicitasse ao governo imperial a criação de escolas para ensinarem as línguas dos indígenas que habitassem o território nacional e as áreas de fronteira; 2º) que o Instituto se compromettesse em imprimir a segunda parte, inédita, do Dicionário Português e Brasileiro, e dois outros manuscritos sobre línguas selvagens existentes na biblioteca da Corte <sup>86</sup>. Varnhagen propôs também que fosse criada uma seção de Etnografia no IHGB, como já havia as de História e Geografia; o que ocorreu só alguns anos depois, em 1857, sendo que a partir de 1859 (Tomo XXII) a revista da instituição passou a se chamar Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.

Para Varnhagen o conhecimento das línguas dos nativos era condição essencial para se ter um melhor entendimento sobre questões relativas à própria História do Brasil. Ter um glossário contendo seus vocábulos era importante para organizar a situação desorganizada em que a filologia nativa se encontrava; tarefa que deveria ser assumida apenas por uma pessoa versada nessas línguas. Além do mais, era uma maneira de se conhecer a exata quantidade de tribos que haviam pisado o solo brasileiro. Conforme nos revela Clado Ribeiro Lessa, as propostas de criação de cadeiras de línguas dos índios, e de publicação de gramática e dicionários indígenas foram aprovadas sem restrições pelos membros do IHGB. Ambos entendiam que o estudo e ensino das ditas línguas concorriam de forma positiva para a civilização dos nativos, bem como para a ilustração da História do Brasil. <sup>87</sup>

Apesar de alertar para que não se julgasse que as suas ideias a favor das línguas indígenas fossem levadas a tamanho grau de exaltação que ele pretendesse propor o seu estudo nos cursos de preparatórios obrigativos; Varnhagen continua a reforçar a conveniência de se dominar as línguas dos nativos, posto que acreditava que

algum dia hade a benção de Deus descer sobre os missionarios que se interessarem pelo estudo d'estas linguas para a conversão dos indigenas, e fará que a duração das ordens religiosas, [...], se reforce cada vez mais: o

<sup>86</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. **RIHGB**, TOMO III, nº 9, p. 53-63, 1841. p. 61-62.

<sup>87</sup> LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 227, p. 109-317, jul./set. 1954. p. 221-222.

reconhecimento da patria virá ao governo esclarecido que a tal respeito providenciar [...], e a humanidade reconhecida apregoará por mil boccas o reinado bem aventurado em que tantos dos seus membros passaram a gozar dos bens inerentes à sociedade e à civilização.<sup>88</sup>

O futuro Visconde de Porto Seguro escreveu e publicou outros estudos etnográficos, entre eles a Carta de 1849 destinada ao primeiro-secretário do IHGB, Manuel Ferreira Lagos, mencionada no capítulo anterior, onde Varnhagen conjectura a respeito dos costumes e da origem dos nativos do Brasil. Se perguntava, por exemplo, como os índios usavam o cabelo, ou a forma como dormiam, se era de rede ou não; e a partir daí começou a tecer uma série de considerações a respeito da gênese do índio brasileiro, chegando a afirmar que os tupis se constituíam nos últimos invasores do território nacional antes dos portugueses, e que fizeram parte de uma civilização que então se encontrava arruinada. O historiador paulista, inclusive, não descartava a ideia de que poderia existir no Brasil monumentos, vestígios dessa civilização decadente.

Sempre em movimento, Varnhagen continuava suas atividades de historiador, etnógrafo, e de diplomata; ofício este que o auxiliou a desenvolver melhor suas atribuições dentro da ciência histórica<sup>89</sup>, visto que além da disponibilidade de tempo, as viagens possibilitavam suas visitas a museus, arquivos e bibliotecas situadas em diversas partes do mundo.

Sem desvincular os serviços diplomáticos da carreira de historiador, desde 1842 Varnhagen se encarregou de coletar documentos em arquivos de Portugal e Espanha; mas ainda se tinha notícias de sua presença em missão de estudos, buscando, anotando e coligindo fontes referentes á História do Brasil em arquivos de países como Bélgica, Alemanha e Inglaterra. Em constante deslocamento, de um lugar para outro, o senhor Visconde construía sua obra historiográfica, antes não vista no Brasil; de forma que Temístocles Cezar escreveu que o sorocabano, “se não é o primeiro a detectar um determinado arquivo ou fonte, ele sempre acrescenta alguma coisa, corrige algo; a última palavra deve ser sua”<sup>90</sup>.

E foi assim, por seus conhecimentos em história e geografia que Varnhagen retornou ao Brasil em 1851 em resposta a convocação do ministro Paulino José Soares de Sousa; a tarefa era ajudar nas negociações sobre os limites das repúblicas hispano-americanas com as Guianas europeias. Ainda neste ano Varnhagen foi eleito primeiro-secretário do IHGB e

<sup>88</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. p. 59-61.

<sup>89</sup> Faz-se importante recordar que foi exatamente no século XIX que a História começou a ganhar status de ciência.

<sup>90</sup> CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **TOPOI**, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez., 2007. p. 173.

voltou à Madri onde assumiu o posto de Encarregado de Negócios. Fica até 1858 quando é promovido a ministro residente no Paraguai. Por uma década cuidou dos assuntos na América Latina, trabalhando também junto aos governos de Peru, Chile e Equador. Foi exatamente no Chile onde conheceu Carmen Ovalle y Vicuña com quem contraiu matrimônio.

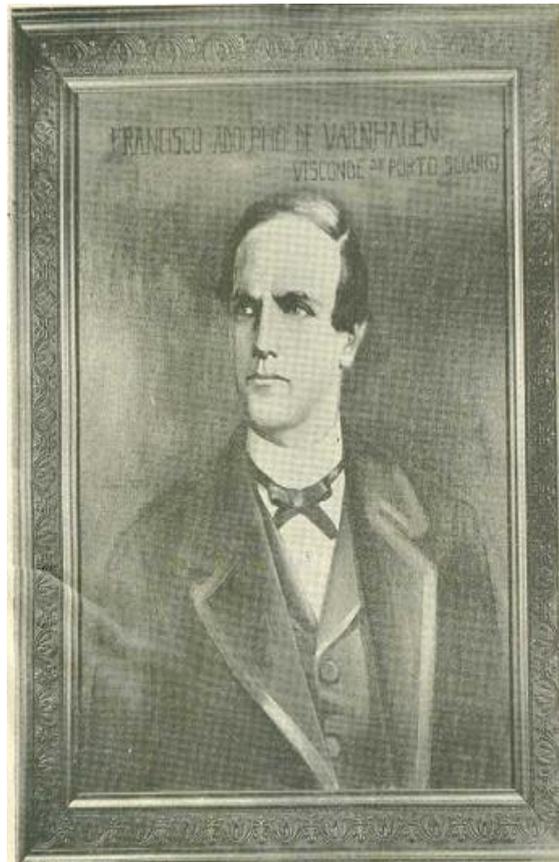


Figura 01: Francisco Adolfo de Varnhagen Quadro a óleo de Carlos Oswald, existente na galeria de historiadores brasileiros do Arquivo Nacional. Fonte: LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 225, p. 82-297, abr./jun. 1954.

Por um decreto imperial de 1868 o sorocabano foi novamente enviado à Europa, desta vez como ministro residente na Áustria. Varnhagen estava mais uma vez em contato com as fontes. Em Viena foi elevado ao posto de ministro plenipotenciário em 1871; dois anos depois, finalmente nobre, Varnhagen recebeu o título de Barão, em 1874, Visconde de Porto Seguro, nome providencial para quem dedicou a vida a estudar e escrever a História Nacional. O “tornar-se nobre”, no entanto, veio tarde, só no fim da vida, pois, em virtude de complicações de saúde ocasionada, sobretudo, por uma viagem que empreendeu ao interior do Brasil em busca de determinar a melhor localização para a nova capital do Império, cuja mudança defendia desde a publicação da primeira parte do Memorial Orgânico em 1849; de

volta à Viena, Varnhagen faleceu no dia 29 de junho de 1878, aos 62 anos, e, como sempre, longe de casa. Aliás, uma contradição da vida do historiador anotada por Cezar, “o grande patriota que não está quase nunca na sua pátria”; e a julgar sua solicitação antes de morrer de que fosse erguido um monumento em sua memória no seu local de nascimento <sup>91</sup>, Varnhagen expressaria também sua consciência de que não era muito popular em seu país, impressionantemente inclusive, entre seus colegas de IHGB. Assim, fica difícil mesmo saber se o epíteto de “homem- monumento” a ele atribuído por Joaquim Manoel de Macedo foi um elogio, ou uma fina ironia. <sup>92</sup>

### 2.1.2 O polemista

Em defesa dos seus escritos Varnhagen se envolveu em diversas polêmicas ao longo da vida. O teor das discussões variou de acordo com as causas do debate; estas que também variaram desde simples mal entendidos, situações em que os “adversários” se excederam em suas acusações e respostas às réplicas do Visconde, até fortes divergências acerca de pontos de significação histórica e social. Nestes últimos casos destacaram-se as polêmicas com José Inácio de Abreu e Lima, e João Francisco Lisboa. Serão exatamente elas que enfatizaremos nesse momento do trabalho.

“[...] não é com o Sr. Lima que nós temos que tractar, mas sim com o plagiario Francez [...]” <sup>93</sup>; é dessa maneira que inicialmente Varnhagen encara a polêmica travada com Abreu e Lima iniciada, em 1844, com a publicação de um *Compêndio de Historia do Brasil* por parte do general, filho do Padre Roma <sup>94</sup>. A ideia de Abreu e Lima era suprir a necessidade que, em sua opinião, se tinha de livros didáticos sobre a História do Brasil; e assim, como nos informa Clado Ribeiro Lessa, o autor acreditava estar “dando principio à obra da nossa regeneração intelectual” e “preparando os elementos de uma literatura propriamente brasileira”. Contudo, o mesmo Lessa revela que, excetuando-se o oitavo e o último capítulo que eram de “lavra própria” do militar, os demais não passavam de uma

<sup>91</sup> Conforme Clado Ribeiro Lessa, o monumento foi inaugurado em 1882, em terras da fábrica de ferro onde seu pai foi diretor em São João de Ipanema/SP. Neste, um escudo traz as seguintes palavras: “À memória de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, nascido na terra fecunda descoberta por Colombo, iniciado por seu pai nas coisas grandes e úteis. Estremeceu sua Pátria e escreveu-lhe a História. Sua alma imortal reúne aqui todas as suas recordações”. Ver: LESSA, Clado Ribeiro. *Vida e obra de Varnhagen*. **RIHGB**, v. 225, p. 82-297, abr./jun. 1954. p. 293.

<sup>92</sup> CEZAR, Temístocles. *Op.*, cit. p. 186-189.

<sup>93</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Primeiro Juízo*: submettido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, á cerca do “*Compêndio da História do Brasil*” do Sr. José Inácio de Abreu Lima. **RIHGB**, vol. 6, n. 21, 1844. p.66.

<sup>94</sup> José Inácio de Abreu e Lima era filho de um sacerdote, seu homônimo, cognominado Padre Roma.

compilação de textos de outros autores. O próprio Abreu e Lima expôs que “a minha obra não é uma composição inteiramente original, mas uma compilação de vários autores, que julguei mais habilitados... organizando-os depois [os fatos históricos] em série, por meio de uma muito exata dedução cronológica”<sup>95</sup>.

O Compêndio se propunha tratar do Descobrimento à Maioridade, e dentre os estudos usados para sua produção estavam as Reflexões Críticas e o Diário de Pero Lopes de Sousa, de Varnhagen; a Corografia Brasília, de Aires do Casal; a História do Brasil, de Robert Southey, esta obra resumida por Bellegarde, continuada por Armitage, e recopilada por Alphonse de Beauchamp, esta última versão, a base principal do trabalho de Abreu e Lima. Do ponto de vista varnhageniano, aí incidia o problema, pois para ele o francês não era senão um plagiador da obra de Southey.

Em Lisboa, Varnhagen foi avisado da publicação do Compêndio pelo amigo Januário da Cunha Barbosa, inimigo político antigo de Abreu e Lima<sup>96</sup>. Ferrenho crítico dos compiladores e dos que considerava plagiadores, imediatamente Varnhagen enviou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um parecer a respeito da obra. Nele o historiador arrasava o trabalho de Abreu e Lima qualificando-o de plagiário de 2º grau, pois, seria uma cópia textual do livro do “insignificante” Beauchamp, que por sua vez, já era uma cópia da História do Brasil de Southey.

No “Primeiro Juízo” Varnhagen expressa que o escritor francês “como escritor público, não inspira outro sentimento senão o desprezo a quem louva a virtude, e respeita a propriedade mais sagrada que existe sobre a terra – a do entendimento”, visto que “aproveita-se do trabalho alheio”, e ainda assim, “procura disfarçar o plágio, dá a algumas ideias novas formas, suprime outras, sacrifica muitas vezes a verdade histórica ao estylo fascinador, e por tanto mais perigoso”. Completa meio avisando, meio inquirindo o leitor: “diremos quem é este Beauchamp, e depois o público que avalie se o pungente da expressão *desprezo*, com que o tratamos, lhe cabe ou não com justiça”<sup>97</sup>. Como um historiador que frequentemente visitava museus, bibliotecas e arquivos, pesquisando, anotando, coligindo obras e documentos de grande relevância para a História do país; era impossível para o sorocabano aceitar

<sup>95</sup> LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 226, p. 03-168, jan./mar. 1955. p. 21.

<sup>96</sup> Desde o período regencial Abreu e Lima e Cunha Barbosa tinham desavenças políticas. Enquanto o primeiro se ligava ao chamado Partido Caramuru, que defendia a volta de D. Pedro I ao trono; Barbosa era partidário da continuação do governo da Menoridade. Resultante dessa diferença, as hostilizações entre os dois eram constantes nos periódicos do tempo.

<sup>97</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo: submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, á cerca do “Compendio da História do Brasil” do Sr. José Ignácio de Abreu Lima. **RIHGB**, vol. 6, n. 21, 1844 . p. 63-64.

plagiadores ou autores que simplesmente não se esmeravam tanto quanto ele pela pesquisa e produção históricas.

Varnhagen aponta alguns erros acerca da História pátria que, cometidos inicialmente por Beauchamp, foram igualmente reproduzidos por Abreu e Lima, entre eles informações equivocadas como a que dizia respeito à expulsão dos jesuítas pelos paulistas em 1640. O “plagiário francês” veiculou que os habitantes da capitania, após uma sublevação, haviam organizado uma nova forma de governo, com tribunais próprios, e uma nova igreja cujo chefe se chamaria Papa. Só relembrando, Varnhagen era paulista.

A resposta do general veio em seguida. Defesa e contra-ataque juntos, já que além de se defender das críticas de Varnhagen, também, na sua manobra de ataque, levou, além do sorocabano, Cunha Barbosa, que para ele era protetor de Varnhagen; e os demais sócios assíduos do IHGB. Clado Ribeiro Lessa explica que Abreu e Lima se mostrou bastante grosseiro em suas acusações, inclusive demonstrando toda sua divergência com o secretário perpétuo do Instituto, ao se referir à Varnhagen como “cliente” do mesmo, e os sócios do IHGB como “os fregueses da taverna onde bebia e folgava o Padre Januário”, além de questionar os dotes historiográficos do cônego. Continuando sua “defesa” Abreu e Lima, se dirigindo agora ao historiador paulista, tocou num ponto especialmente delicado para Varnhagen, o da sua nacionalidade. Abreu e Lima dizia ser inconcebível declarar brasileiro um homem filho de estrangeiros: pai alemão, mãe portuguesa; além do mais o sorocabano tinha “um tino admirável para descobrir papeis velhos e sepulturas”, no entanto, não possuía talento, nem inteligência para a crítica literária, proposição ratificada pelos erros de linguagem e imperfeições de estilo observados no texto. O “Primeiro Juízo” era tão somente um “mundo de asneiras e disparates”, escrito a mando de Januário Barbosa, por “um pedante, um imbecil, brasileiro de meia cara”.<sup>98</sup>

Na tréplica, Varnhagen informou que por “ter recebido educação” não se permitia responder as injúrias do censor à altura. Sobre os erros de linguagem, atribuiu-os à pressa em desprezar o plagiário. E quanto aos tópicos relativos à sua vida privada, apresentou o resumo de sua biografia até o ingresso na carreira diplomática; e exclamou “Aí estão os fatos. Diz agora o meu caluniador que não sou brasileiro, e lá no seu estilo polido, que sou de meia cara: que nasci per accidentis no Brasil, e que êsse nascimento não deve valer (lá para ele)”<sup>99</sup>. Nem meia cara, nem meias palavras, Varnhagen expressava o que concebia como exercício

<sup>98</sup> LESSA, Clado Ribeiro. Op., cit. p. 27-32.

<sup>99</sup> LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 226, p. 03-168, jan./mar. 1955. p. 34.

essencial do ofício do historiador, pois, para ele “as linhas que vamos escrever apenas têm a mira de se aproveitarem da garantia civilizadora, que mais devem às sciencias os seus progressos, isto é, da liberdade da discussão, única que termina por aclarar a verdade” (grifo nosso); recuperando um trecho do “Primeiro Juízo” de Varnhagen que curiosamente se encontra em epígrafe no início deste capítulo.

A polêmica com João Francisco Lisboa foi bem mais longa e intensa, e girou em torno de uma temática principal: o melhor método de reduzir os indígenas e a forma como agiu o colonizador. Enquanto para von Martius os nativos que habitavam o Brasil quando da chegada dos portugueses seriam resquícios de uma brilhante, posto que perdida civilização, constituindo-se, à esse tempo, uma “*ruína de povos*”; e para Varnhagen, cuja visão a respeito do nativo mudara após sua experiência de quase ser atacado por índios durante uma viagem ao interior de São Paulo, eram selvagens e canibais, uma “*raça degenerada*”; para João Francisco Lisboa, os nativos tiveram um papel mesmo que secundário na formação da nacionalidade do Brasil. Já para os românticos, os índios representavam a genuína nacionalidade brasileira.

Enquanto jovem intelectual inserido num contexto de difusão do indianismo romântico, da idealização da natureza e do elemento nativo, características da primeira metade do século XIX, Varnhagen também possuiu pensamentos generosos com relação aos índios; no entanto, após ouvir histórias sobre a cultura e práticas indígenas como a poligamia e o canibalismo, e quase ser atacado por bugres (índios) na fronteira entre São Paulo e Curitiba; a concepção de Varnhagen mudou de forma tão substancial, que dizer que os índios representavam a verdadeira nacionalidade brasileira não fazia o menor sentido.

A primeira vez em que Varnhagen expôs suas ideias sobre a catequese compulsória dos indígenas foi no Memorial Orgânico (1849-1850). A partir daí a crescente referência que fez a “avassalagem”, não escravidão como escreveu textualmente no opúsculo, do índio como a etapa inicial de seu processo de civilização, culminou em muita polêmica e desaprovação por parte dos indianistas. A respeito desse grupo o historiador escreveu

Há hoje em dia uma tal praga de falsos philanthropos, graças a Rousseau, ou a Voltaire, ou a não sei quem, que a gente em materia de indios não póde dizer palavra, sem que lhe caiam em cima os franchinotes, com estas e aquellas sedizas theorias pseudo-philantropicas.<sup>100</sup>

<sup>100</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov

Como se pode perceber, Varnhagen estava ciente da pesada crítica que iria enfrentar perante os que denominava *falsos philantropos*. Porém não recrudescer. No Discurso Preliminar que introduz o tomo segundo de sua História Geral do Brasil lançou alguns questionamentos; dentre eles os que mais geraram discussão foram os seguintes: “eram os que percorriam o nosso território, á chegada dos christãos europeos, os seus legítimos donos?”; “havia meio de os reduzir e amansar, sem empregar a coacção pela força?”.<sup>101</sup>

O historiador responde a cada uma das proposições. Com relação a primeira *eram os que percorriam o nosso território, á chegada dos christãos europeos, os seus legítimos donos?*, Varnhagen analisa que, e segundo os princípios admitidos pelos publicistas da época, não se era possível reconhecer que os antigos índios eram os legítimos donos da terra, pois, além de serem em pequeno número em face da extensão do território, não habitavam a terra, somente a percorriam como nômades e a disfrutavam enquanto possuía o que caçar; sendo que em poucos anos seu primitivo sistema de agricultura a esgotava.<sup>102</sup> Comungando da mesma opinião de von Martius, de que os índios que Pedro Álvares Cabral encontrou em 1500 se constituíam num “residuum” de uma antiga civilização nativa que havia entrado em decadência, sendo tão somente os últimos invasores do território, continua

Isto ainda suppondo que não eram delas (a terra), como succedia, invasores, como os proprios christãos. Ora que os tupis nada mais eram do que os ultimos invasores do territorio, hoje brasileiro, o evidenceam as mais antigas tradições que recolhemos.<sup>103</sup>

Na concepção de Varnhagen, amparado nas *mais antigas tradições que recolhemos* (provavelmente se refere também aos estudos etnográficos realizados por ele mesmo e por membros do IHGB), bem como os *christãos*, os *tupis* haviam invadido o território então ocupado pelo Brasil, portanto, era inviável se afirmar que eles tivessem a posse legítima da terra. Invasores por invasores, melhor os portugueses cristãos de espírito civilizado, que nativos selvagens e sem religião.

Na segunda parte do Memorial Orgânico (1850) o sorocabano reforçou as ideias expostas no ano anterior. A “civilização dos índios por tutela”, como denomina, previa a volta das bandeiras para a captura de nativos nos sertões do Brasil, visando incorporá-los ao mundo civilizado por meio da adoção do índio por uma família respeitável, pelo período de quinze

---

1851. p. 392. Em virtude da dificuldade de se ter acesso ao documento original, aqui está sendo usada a reedição da primeira parte feita pela Revista Guanabara em 1851.

<sup>101</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Discurso Preliminar: Os índios perante a nacionalidade brasileira. In: \_\_\_\_\_, **História Geral do Brasil**. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, tomo II. p. XV-XVI.

<sup>102</sup> Ibid. p. XVI.

<sup>103</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. p. XVI.

anos. Em face da resistência do indígena, a necessidade do uso da força era perfeitamente justificada, visto que os “selvagens”, “pupilos da nação”, eram tidos como seres incapazes moralmente e mesmo comparados às crianças pela sua inteligência. Nesse âmbito Varnhagen questiona a cidadania dos indígenas, e conclui

Ora, os nossos Indios, ou são cidadãos brasileiros ou não: para o serem não cumprem nenhuma das obrigações das leis, e andam vadiando e com as orelhas e beiços furados, em vez de serem guardas nacionaes e vestir uniforme, etc. Não sendo, ou não estando nesse gozo, por incapacidade moral, como diz a constituição, não póde a lei – o direito civil – vêr nelles mais que uma gente estranha ao pacto social.<sup>104</sup>

Não cumprindo *nenhuma das obrigações das leis* e sofrendo de *incapacidade moral*, os índios não seriam mais que *uma gente estranha ao pacto social*. Todavia, civilizados constituiriam uma excelente mão-de-obra para substituir o trabalho do negro após cessar o tráfico de escravos.

A polêmica com João Francisco Lisboa não foi suscitada pelo proposto no Memorial Orgânico, mas anos depois com a publicação do Discurso Preliminar. Partindo do pressuposto de que os métodos brandos levados a efeito pelos jesuítas tinham se mostrado ineficazes na tentativa de civilizar o gentio e inseri-los na moral cristã; Varnhagen assume a postura de que por meio da força os resultados seriam mais satisfatórios, afinal de contas a escravização de povos inferiores estava de acordo até com o espírito do Evangelho, portanto, lícita.

Varnhagen escreveu: “não hesitamos em asseverar que sem o emprego da força não era, nem é possível reduzir os selvagens; assim como não poderia haver sociedade sem castigos para os delinquentes”. Como selvagens que eram, cercados por outros, pelos quais temia ser devorado, os índios eram incapazes de acreditar que alguém se aproximasse deles apenas para fazer-lhe o bem. E assinala que como “um historiador nacional e christão”, “um filho de São Paulo” tem o dever de reconhecer e enaltecer os personagens como “os Buenos, os Ramalhos, os Rendons, e outros que alargaram, à custa de victórias sobre os Bugres ou Indios barbaros, as raias da civilização da patria, [...]”; os mesmos “de tantas ilustrações, que contribuem não pouco à gloria do imperio brasileiro”.<sup>105</sup>

João Francisco Lisboa se levantou contra as conclusões do historiador paulista no seu Jornal de Timon. Em sua interpretação, o Sr. Varnhagen havia postulado que, no início da

<sup>104</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 393.

<sup>105</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Discurso Preliminar: Os índios perante a nacionalidade brasileira. In: \_\_\_\_\_ . **História Geral do Brasil**. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, tomo II. p. XIX-XXVIII.

colonização, enquanto os colonizadores se mostraram benévolos e até caridosos, os índios foram sempre os agressores e provocadores das guerras, só depois de amestrados pela experiência é que os portugueses empregaram a força física; a força, a guerra e a coação seriam os melhores instrumentos de conversão e civilização, e por fim, a caridade com os índios aconselhava a recorrer aos meios fortes para salvá-los antes que eles se destruíssem uns aos outros.<sup>106</sup>

Tais interpretações ganhariam força considerando que ainda no Discurso Preliminar Varnhagen resumiu

Os Índios não eram donos do Brasil, nem lhe é applicavel como selvagens o nome de Brasileiros: não podiam civilisar-se sem o a presença da força, da qual não se abusou tanto como se assoalha; e finalmente de modo algum podem elles ser tomados para nossos guias do presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade.<sup>107</sup>

A clientela proposta por Varnhagen, na opinião de Lisboa, se constituía numa mera “escravidão disfarçada”. E mesmo concordando que o abuso da força por muitas vezes foi resultado da ideologia da época, e que Varnhagen propunha não exatamente um cativo; Lisboa procurou mostrar como essa clientela facilmente poderia ser convertida em escravidão pura e simples, e que a tranquilidade e o conforto, vantagens da civilização, não compensavam a perda da liberdade. O revide veio logo em 1859, mas não da parte de Varnhagen, e sim por seu cunhado Frederico Augusto Pereira de Moraes.

Utilizando o pseudônimo Erasmo, Frederico Augusto escreveu a um “amigo imaginário”, e em forma de carta ressaltou as contradições do maranhense ao se referir ao historiador paulista. Lisboa afirmaria primeiramente em suas críticas que de forma hipócrita Varnhagen procurava atenuar a escravidão que defendia, contudo, ao mesmo tempo, reconhecia nele um horror sincero à escravidão. Sem contar que, de acordo com “Erasmo” em nenhum momento da História Geral o autor afirmou que os colonizadores “sempre” foram justiceiros e benévolos, ao passo que os índios se mostraram “opressores e causadores das guerras”; como Lisboa explanou. E se o jornalista era mesmo a favor dos índios, por que concordava com Varnhagen quando este julgava os índios selvagens e antropófagos sem direito exclusivo ao território que percorriam quando da chegada dos colonizadores, e incapazes de se libertarem do estado social miserável em que viviam, sem a ajuda dos

<sup>106</sup> LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 227, p. 85-236, abr./jun. 1955. p. 103-104.

<sup>107</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Discurso Preliminar: Os índios perante a nacionalidade brasileira. In: \_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil**. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, tomo II. p. XXVIII.

européus? Na opinião de Frederico Augusto as críticas do Timon eram fruto de uma “maligna inveja”.<sup>108</sup>

Da mesma maneira como Varnhagen ganhou um defensor espontâneo, as “timonices” de Lisboa ganharam apoio no literato José Gonçalves de Magalhães. O escritor não se posicionou exatamente a favor do maranhense, até por que discordava veementemente da opinião deste quanto à posição do indígena dentro da nacionalidade brasileira. Se para Lisboa era um papel secundário; na mesma linha de Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães creditava ao índio o lugar principal na construção da nacionalidade do Brasil, buscando reabilitar a figura do nativo tanto moral como socialmente falando. Para ele, diferentemente do que escrevia o Sr. Varnhagen, o emprego da força não era o único meio eficiente de civilizar o indígena. No artigo “os indígenas do Brasil perante a história” Magalhães afirmou, ao contrário do que dizia Varnhagen, que os nativos eram “homens simples, de boa-fé, hospitaleiros, trabalhadores e sempre dispostos a unirem-se a eles (portugueses), se os não maltratavam”, um fato atestado desde a Carta de Pero Vaz de Caminha.<sup>109</sup>

Em sua resposta, Varnhagen além de voltar a reafirmar suas convicções, escolheu rebater as críticas de João Francisco Lisboa, inicialmente, por meio da exposição de cartas inéditas trocadas por eles, quando ainda nem se conheciam pessoalmente. Nessas cartas Lisboa o convidava para ser seu mestre, pois o considerava nosso primeiro e único historiador, pai da nossa história, pedia que o guiasse. Em seguida, Varnhagen passa a exhibir os pensamentos seus adulterados pelo crítico; em parte desfazendo a afirmação do maranhense de que ele usou as palavras “sempre” e “constantemente” para tratar do uso da força na relação entre portugueses e indígenas, no início da colonização; em outra rebatendo as acusações de plágio que sofrera.<sup>110</sup>

E assim a polêmica prosseguiu. Sem vencedor a contenda ainda teria muito fôlego para gastar.

### 2.1.3 O criticado

*“Depois que Varnhagen publicou sua História, e apresentou a massa ciclópica de materiais que acumulara, muitos se julgaram aptos a erguer um*

<sup>108</sup> LESSA, Clado Ribeiro. Op., cit. p. 118-121.

<sup>109</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **RIHGB**, v. XXIII, 1860. p. 9.

<sup>110</sup> LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 227, p. 85-236, abr./jun. 1955. p. 132-138.

*monumento mais considerável, e atiraram-lhe censura e diatribes que profundamente nos pungiram”.*  
(Capistrano de Abreu. *Necrológio do Visconde de Porto Seguro*)

Um tanto quanto aplaudida, mais ou menos reconhecida por seus contemporâneos <sup>111</sup>, polemizada, e finalmente criticada. A obra de Varnhagen erigida em “monumento” por seus apreciadores, não permaneceria incólume às críticas daqueles que nela reconheciam lacunas consideráveis. Em 1878, ano da morte do sorocabano, Capistrano de Abreu escreveria em seu “Necrológio do Visconde de Porto Seguro” que Varnhagen “tudo viu, tudo examinou”. Entretanto, ponderava que “a falta de espírito plástico e simpático” era seu maior defeito, e lamentava o fato de que o seu antecessor “ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”, pois, não lançando mão delas, mesmo que vivesse a “escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar a seus sucessores no terreno dos fatos”; não conseguiria “compreender [...] tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanavam: generalizar as ações e formular-lhes a teoria, representá-las como conseqüências e demonstrações de duas ou três leis basilares”. <sup>112</sup>

O problema de Varnhagen com seus críticos começava pela questão envolvendo uma suposta apropriação da obra de Martius como base construtora da sua matriz historiográfica, em outras palavras, que a obra de Varnhagen se resumia a aplicação direta do programa de Martius; o que era sustentado por críticos seus como Capistrano de Abreu e o geógrafo francês Armand D’Avezac, e que veementemente era combatido por Varnhagen. Para Capistrano de Abreu o defeito capital da História Geral do Brasil, obra-prima de Varnhagen, incidia no fato de que o historiador não soube perceber os caracteres que distinguiam os diferentes períodos nos quais se dividia a História do Brasil, de modo que

Sob as mãos de Varnhagen a história do Brasil uniformiza-se e esplandece; os relevos arrazam-se, os característicos misturam-se e as côres desbotam. Vê-se uma extensão, mas plana, sempre igual, que

<sup>111</sup> Por toda a vida Varnhagen se mostrou insatisfeito com o, na sua opinião, pouco reconhecimento que recebia de seus contemporâneos, principalmente de seus colegas do IHGB. Para ele sua obra era muito mais importante do que a importância que a ela davam, um exemplo foi o fato de que a agremiação praticamente deixou “cair no esquecimento” a primeira edição da História Geral enviada por Varnhagen para ser avaliada pelos seus pares da comissão de História do Instituto. Nem a dedicatória ao Imperador animou os consócios a avalizá-la formalmente. Mais tarde em correspondência com o monarca Varnhagen exprimiria seu descontentamento queixando-se do comportamento indiferente dos letrados, se dizendo amargurado até pelos desfavores do Instituto. A esse respeito ver: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, n. 388, jul./set. 1995.

<sup>112</sup> ABREU, João Capistrano de. **Necrológio do Visconde de Porto Seguro**. In: Ensaios e Estudos. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 68-90.

lembra as páginas que o brochador descuidadoso repete. E todavia, *mesmo as pessoas que conhecem a história pátria infinitamente menos que Varnhagen, percebem que as épocas se sucedem, mas não se parecem, e muitas vezes não se continuam.* (grifo nosso)

A “massa ciclópica de materiais acumulados”<sup>113</sup> por Varnhagen não teria sido satisfatoriamente compreendida, faltava a ele o interesse pela sociologia, em perceber o funcionamento da vida social; opinião compartilhada com Sílvio Romero, que, por outro lado, via como positivo na obra do Visconde, as pesquisas arquivísticas e a concepção de uma História geral que evitava as pequenas monografias; num momento em que o romantismo e o historicismo davam lugar as teorias do evolucionismo e do cientificismo nas discussões literárias e historiográficas. Para além do embate acerca da questão indígena, como vimos a pouco, João Francisco Lisboa também viu pontos positivos na História Geral do Brasil, e diferentemente de Capistrano de Abreu que falou em *massa ciclópica de materiais acumulados*, Lisboa reconheceu na obra de Varnhagen um bom manuseio das fontes e uma imensa e contenciosa investigação, admitindo que era possível fazer-lhe críticas parciais, mas que não havia trabalho igual em sua época. De acordo com Wehling o mais radical crítico de Varnhagen foi Manuel Bonfim, em suas obras Varnhagen aparece como um “reacionário bragantino” que escreveu uma “história para o trono”; também como um sujeito que teve sua capacidade como pesquisador afetada pelo seu “partidarismo” a ponto de em suas linhas reprovar ferrenhamente as revoltas que foram deflagradas contra o governo monárquico.<sup>114</sup>

Nesse contexto é interessante destacar que Varnhagen tinha o compromisso com a construção da História da Nação, e como monarquista convicto tendia a condenar todo movimento que ameaçasse a conservação do regime. Assim como expôs Capistrano de Abreu

Para ele- a Conjuração mineira é uma cabeçada e um conluio; a Conjuração baiana de João de Deus, um cataclisma de que rende graças à Providência por nos ter livrado; a Revolução pernambucana de 1817, uma grande calamidade, um crime que só tomaram parte homens de inteligência estreita, ou de caráter pouco elevado.<sup>115</sup>

Por razões como essa Capistrano de Abreu concluiu que era necessária a produção de uma História do Brasil que buscasse “encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados”; então anotou que

<sup>113</sup> ABREU, João Capistrano de. Op., cit. p. 90.

<sup>114</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória:** Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 201.

<sup>115</sup> ABREU, João Capistrano de. Op., cit. p. 89-90.

[...] estou resolvido a escrever a História do Brasil, [...] Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa. [...] Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, [...], ainda hoje são as bases do nosso ensino.<sup>116</sup>

Dessa maneira Capistrano de Abreu se propôs a escrever, ou reescrever uma História do Brasil que pudesse dizer *algumas coisas novas e pelo menos quebrar* o que chamava de *quadros de ferro de Varnhagen* nos quais estava baseado o sistema de ensino brasileiro. A esse respeito Arno Wehling informa que até na década de 1930 a matriz varnhageniana ainda era muito forte nos Institutos e mesmo nas universidades que iam surgindo; só começando a ser efetivamente contestada e a perder influência no meio acadêmico a partir das décadas de 1960 e 1970, com a crítica de correntes ligadas a outras perspectivas teórico-metodológicas como o marxismo e o movimento dos Annales.<sup>117</sup>

Todavia, Capistrano de Abreu também apontou os méritos da obra de Varnhagen ao apresentar em sua *História* mais que uma crônica dos acontecimentos, sempre procurando, e por muitas vezes conseguindo, colocar-se sob “o ponto de vista nacional”, no sentido de produzir uma escrita da História que pudesse se projetar como uma unidade e dotada de um fundamento comum de ordenação do seu passado<sup>118</sup>. Mesmo assim dizia esperar “que alguém, iniciado no movimento do pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos” elevasse o edifício cujos elementos foram reunidos pelo Visconde de Porto Seguro. Ao mesmo tempo afirmava que “pensamos, como (João Francisco) Lisboa, que a história do Brasil não será de novo escrita tão cedo; e pensamos até mais, que ela não deve ser escrita senão daqui a muitos anos”<sup>119</sup>.

## 2.2 O ideal varnhageniano de “*Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*”

*“Os crimes [...] não deixão de ser detestáveis no tribunal da história, se a imparcial penna de sábios os descreve em sua verdadeira luz. O circumspecto gênio do historiador, sentando-se sobre a tumba do homem,*

<sup>116</sup> ABREU, João Capistrano de. **Necrológio do Visconde de Porto Seguro**. In: Ensaios e Estudos. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 67.

<sup>117</sup> WEHLING, Arno. Op., cit. p. 217-218.

<sup>118</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Como deveria ser reescrita a história pátria. In: \_\_\_\_\_. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. p. 73.

<sup>119</sup> ABREU, João Capistrano de. Op., cit. p. 91.

*que ahi termina suas fadigas, despreza argumentos de partido, e conselhos de lisonja, portando-se seus juizos como austero sacerdote da verdade.”*

*(Januário da Cunha Barboza. Discurso de fundação do IHGB, RIHGB, 1839)*

Fazer do Brasil um todo, o mais homogêneo possível, a partir do seu passado; eis a tarefa da História e dos historiadores em meados do século XIX. Como já vimos, a criação do IHGB veio com a missão de escrever a História do Brasil. Dentro dessa instituição muitos intelectuais emprestaram seus conhecimentos a essa “causa nacional”; entre eles, e destacadamente, Francisco Adolfo de Varnhagen.

Na epígrafe supracitada o primeiro-secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Januário da Cunha Barbosa, assinala que *o circumspecto gênio do historiador despreza argumentos de partido, e conselhos de lisonja, portando-se seus juizos como austero sacerdote da verdade*. Ser um *sacerdote da verdade* era das funções principais do historiador, e Varnhagen certamente empreendeu uma busca incansável pela “verdade histórica”. Uma em especial: a contida nos documentos. Entretanto, quanto à afirmação de que o *historiador despreza argumentos de partido*, parece complicado apreendê-la como uma *verdade*, pois, como já foi tratado anteriormente, o projeto histórico do IHGB estava em consonância com o projeto político que se materializava no período de sua criação.

De igual maneira o desprezo pelos *conselhos de lisonja*, ou, nesse caso, uma ajuda particular; se lembrarmos que Varnhagen devera grande parte da produção de sua obra à proteção e auxílio de D. Pedro II, que o designou como membro do corpo diplomático do Império, possibilitando-lhe o acesso, e por consequência a consulta, a abundantes fontes históricas no exterior. Além da correspondência constante que Varnhagen possuía com o monarca, inclusive, com pedidos e solicitações por parte do historiador. Algumas bem sucedidas, outras nem tanto; mas entenda-se, não se está querendo dizer que se portava como um bajulador, apenas que o historiador paulista reconhecia o valor da contribuição que suas pesquisas dariam para a História pátria.

Num trabalho escrito em 1852 e publicado somente quase um século depois, em 1948, intitulado “Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil”; Varnhagen fez uma abordagem consistente sobre o que considerava “as qualidades necessárias ao historiador”, discutindo sobre a importância da formação filosófica do profissional da História. E lembramos que uma década antes da realização deste estudo de Varnhagen, von Martius já

expressara em seu pioneiro “Como se deve escrever a História do Brasil” a necessidade de uma *historiador filosófico* ou *reflexivo*. Concebendo que o historiador deveria ser ao mesmo tempo erudito, filósofo e literato, o paulista de Sorocaba dissertou

No seculo actual niguem poderá alcançar este título, sem que a um tempo seja erudito no Assumpto, philosopho, litterato, e até diremos às vezes, poeta. Expliquemo-nos.

Sem erudição no assumpto não existe materia de que escrever historia, ou a obra escripta, sem factos muito averiguados (por mais esmerada que seja a elocução), não poderá ser recebida, sobretudo dos estrangeiros, senão como uma novella ou romance provavel.

Mas se elle não é philosopho, isto é se não tem muito discernimento crítico (para o qual se necessita luzes geraes dos conhecimentos humanos), se é elevado pela paixão, maxime por impulsos menos nobres do odio, ou de despeito, ou de vingança, se não é dotado de independencia de character, se não professa sãs maximas de politica e se sciencias do governo, applicaveis ao seu paiz, a sua obra será apenas uma chronica, mais ou menos bem escripta, e não poderá satisfazer á condição de ser, alem de testemunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação á qual a historia deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas commetidas no passado, a fim de poupar gerações futuras o cair nos que já custarão tristes experiencias a outros.<sup>120</sup>

De imediato nos desculpamos pela longa citação; contudo, ela foi feita desta maneira por que a consideramos bastante elucidativa para se iniciar a discussão acerca do papel da história e do historiador na lógica varnhageniana.

Aproveitando a explicação que o próprio autor se propôs dar, vejamos: *sem erudição no assumpto não existe materia de que escrever historia, ou a obra escripta; também, sem factos muito averiguados, não poderá ser recebida, senão como uma novella ou romance provável*. Nesse trecho Varnhagen se refere claramente à essencialidade que atribuía à escrita da História a partir da irrefutável verdade contida nos documentos. *Sem factos muito averiguados*, sem análise crítica dos documentos, sem verdade; portanto, sem História. Neste ponto o historiador demonstra a semelhança entre sua forma de conceber a escrita da História e o método rankeano de análise documental: a fidedignidade do documento oficial, a crítica e a imparcialidade no trato com as fontes. É também nesse aspecto que José Honório Rodrigues o acusa de “oficialismo”, isto é, a História escrita pelo sorocabano sempre deu maior importância às fontes oficiais do que às da oposição, de modo que aceitava as teses e

<sup>120</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória)**. In: Anuário do Museu Imperial. Petrópolis (RJ): Ministério da Educação e Saúde, 1948, v. 9. p. 229-230.

justificativas das minorias dirigentes, desvendando quase nunca seus erros, louvando quase sempre seus governos, condenando os vencidos <sup>121</sup>.

Interessante ressaltar que Varnhagen acabou se filiando a uma opção diferente da dos “pais fundadores” do IHGB e de Martius, por exemplo. A despeito da possibilidade da previsibilidade histórica aliada à existência de leis naturais como acreditavam estes, Varnhagen, já pertencente à outra geração influenciada pelo movimento romântico (excetuando-se, é claro, a postura com relação ao indígena), atribuiu maior importância à pesquisa documental, objetivando realizar um trabalho mais consistente, abandonando dessa maneira a concepção filosófica até então difundida. Na opinião de Arno Wehling Varnhagen

não era mais, como aqueles (“pais fundadores” do IHGB), um historicista filosófico. Seu perfil e sua obra correspondem ao historicismo romântico-erudito, a que os historiadores alemães [...], denominaram historicismo. [...] Explicação hermenêutica em vez de busca de leis naturais, investigação empírica em lugar de generalizações filosóficas, domínio de técnica de análise documental [...]. <sup>122</sup>

A diferença de “tratamento” com relação à História entre o historiador sorocabano e seus antecessores no Instituto Histórico, todavia, não implicou numa ruptura total. Opções diferentes, mesma atribuição. A ciência de Clio permaneceu sendo a “mestra da vida”.

Mas porque o documento oficial continha a “verdade” não significava dizer que se podia fazer uso dele de qualquer forma. Quando fala do historiador que *não tem muito discernimento crítico*, Varnhagen deixa clara sua opinião a respeito do papel que o verdadeiro historiador deveria assumir, o de juiz do tribunal da História. Em outra ocasião o sorocabano escreveu

Cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da crítica, não da eloquência; e perante o tribunal della, o historiographo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os factos, ouvindo as testemunhas, com o devido critério, deve, feito o seu allegado com o possível laconismo, sentenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça.

E complementa que “o amor á verdade nos obrigará mais de uma vez a combater certas crenças ou illusões, que já nos havíamos acostumado a respeitar” <sup>123</sup>. Como juiz, o historiador não poderia se deixar levar por qualquer outra coisa que não fosse a busca pela verdade. Tinha

<sup>121</sup> RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. **RIHGB**, v. 275, abr./jun. 1967. p. 195.

<sup>122</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 44-45.

<sup>123</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877. p. XII-XIII.

de ser meticuloso, investigar, analisar bem cada fato e cada testemunha desse fato, para que sua sentença fosse justa.

O domínio da técnica de análise documental juntamente com os *factos muito averiguados* e o *discernimento crítico* ajudavam a formar outra característica essencial para a pesquisa e escrita histórica na visão varnhageniana: a imparcialidade; pois, se o historiador *é elevado pela paixão, maxime por impulsos menos nobres do odio, ou de despeito, ou de vingança, se não é dotado de independencia de character, a sua obra será apenas uma chronica*. Em outras palavras, o historiador que não consegue se desvincular dos seus interesses pessoais tem seu trabalho afetado, pois à sombra desses sentimentos “mesquinhos”, como possivelmente diria o autor, a produção de uma História que aspirasse conhecer a verdade se tornava bastante improvável, senão impossível. *E se não professa sãs maximas de politica e se sciencias do governo, applicaveis ao seu paiz*, também não serviria a um outro importante propósito da História, que era o de ajudar na construção e no desenvolvimento da Nação. O passado era a fonte do conhecimento.

Uma História que fosse escrita sem ser iluminada por esses requisitos básicos não tinha condições de satisfazer à condição de ser, *alem de testemunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação á qual a historia deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas commetidas no passado, a fim de poupar gerações futuras o cair nos que já custarão tristes experiencias a outros*, ou seja, o dever do historiador era fazer da História um instrumento não apenas de insuflar patriotismo ou exaltar os feitos do governo; mas também como meio de lembrar que os erros cometidos no passado são passíveis de voltarem a ocorrer, e com isso alertar a geração presente e as futuras do perigo que correm em sofrerem *tristes experiencias*, como seus antepassados.

Se fosse possível resumir a relação entre este “*brasileiro porque quis*”, na expressão de Pedro Calmon, e a escrita da História numa frase, talvez esta do historiador Salah Khaled Jr lhe fosse, no mínimo, apropriada: fundamentado na *verdade* contida nas *fontes*, “Varnhagen efetivamente julga, e o faz, munido da autoridade que a *história – mestra da vida* – lhe dá, assim como da *imparcialidade* que afirma ser o seu norteador”. (grifo nosso) <sup>124</sup>

Dito isso, quem então representava a nacionalidade brasileira que enredaria essa História? Não o negro ou o índio, certamente. Varnhagen concordava que a nacionalidade brasileira tinha um cunho especial, porque concorreram para sua formação elementos de raças

---

<sup>124</sup> KHALED JR., Salah H. **Horizontes identitários**: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 235.

diferentes: portugueses, indígenas, africanos, holandeses; contudo postulou que o europeu foi o grande elemento civilizador da pátria brasileira. Relativo aos nativos afirmou que “parte da poesia brasileira “esta nos Índios”; - discordamos porém absolutamente em que nelles esteja a nossa história”<sup>125</sup>. Uma posição que aumentava a discussão entre o autor e os literatos da escola romântica que viam no índio a representação do nacional<sup>126</sup>. Para Varnhagen os defensores do indianismo ou, como costumava chamar, “caboclisto”, não poderiam estar mais equivocados ao atribuírem a uma raça *degenerada e cannibal* o posto de maiores representantes da nacionalidade de um país que tanto prometia em termos de Nação civilizada. Dessa maneira concluiu longamente que

Claro está que, se o elemento europeu é o que essencialmente constitue a nacionalidade actual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá a futura, é com esse elemento christão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glórias da patria, e por conseguinte a história nacional. Abrace embora exclusivamente os Africanos e a sua causa o historiador do captiveiro, impiamente importado, desses infelizes; abrace ainda mais ternamente os Índios, e defenda [...] a resistencia que oppuseram e oppoem a libertar-se da escravidão da anthropophagia selvagem, em que jaziam e jazem, o historiador dos Índios; - a historia da actual nação, - a historia geral da civilisação do Brazil, deixaria de ser logica com seu proprio titulo, desde que aberrasse de symphatisar mais com o elemento principalmente civilizador.<sup>127</sup>

Seguindo a lógica varnhageniana, se era para se escrever a *historia geral da civilização do Brazil*, era insensato ou mesmo um erro, o historiador dar mais importância aos africanos (ser um *historiador do captiveiro*), ou aos índios que podiam ser qualquer coisa menos civilizados; do que deixar de *sympathisar mais com o elemento principalmente civilizador*, isto é, os europeus,; notadamente os portugueses.

### 2.3 Um Estado brasileiro, uma continuação da obra colonizadora portuguesa

*“o Estado português não se desidentifica do Estado brasileiro, este aparece como seu*

<sup>125</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória)**. In: Anuário do Museu Imperial. Petrópolis (RJ): Ministério da Educação e Saúde, 1948, v. 9. p. 233.

<sup>126</sup> Varnhagen também escreveu obras literárias. A mais importante delas, “Florilégio da poesia brasileira”, constitui-se num bom exemplo de como o autor teve expressiva atuação no momento da construção de uma literatura genuinamente brasileira, preocupada em fundamentar as ideias de construção de uma Nação e uma nacionalidade para o Brasil. Para uma melhor compreensão sobre o assunto ver: GONÇALVES, Líviston Frank. **Varnhagen**: idealizador de um projeto de Nação. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 147 f.

<sup>127</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Discurso Preliminar: Os índios perante a nacionalidade brasileira. In: \_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil**. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, tomo II. p. XXV.

*sucessor direto, sem descontinuidades, daquele.”*  
(Nilo Odália. *As formas do mesmo*)

Varnhagen acreditava que o sentimento de “ser brasileiro” havia se manifestado verdadeiramente nas lutas contra os holandeses, ainda no período colonial. Em “Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil”, o historiador expôs sua opinião a respeito dessa temática

A verdadeira nacionalidade brasileira de hoje nasceu antes da Independência, já existia no Arraial do Bom Jesus em Pernambuco, em frente o poder dos Holandeses, e não era índia; era crioula e cristã, era portanto, já há mais de dois séculos, brasileira. Foi essa a nacionalidade a que alentou e eletrizou os corações dos que ficaram vencedores em Guararapes. – Esses que chamamos, incorretamente, indígenas concorriam nela, não como tipos, mas apenas absorvida pela raça colonizadora.<sup>128</sup>

A partir desse trecho pode se inferir algumas questões que são raízes do pensamento varnhageniano. Para Varnhagen: a) *a verdadeira nacionalidade brasileira nasceu em Pernambuco, em frente o poder dos Holandeses*; b) *uma nacionalidade que não era índia; era crioula e cristã, portanto, já há mais de dois séculos, brasileira*; c) *esses que chamamos, incorretamente, indígenas concorriam nela, não como tipos, mas apenas absorvida pela raça colonizadora*. Tomando-as como ponto de partida é possível tecer algumas considerações.

Quando se referiu à *verdadeira nacionalidade brasileira* Varnhagen expôs uma ideia que permaneceria por muito tempo cristalizada na historiografia nacional, a de que o sentimento de ser brasileiro havia surgido na luta contra os holandeses. Colonos brasileiros enfrentando o inimigo holandês na defesa do seu território. Porém, essa gênese da consciência nacional brasileira se deu através não da ação do elemento nativo, mas como produto da incorporação de elementos provenientes da ação colonizadora; assim *não era índia, era crioula e cristã, e, portanto, brasileira*.

Dentre esses elementos provenientes da ação colonizadora portuguesa que o historiador destaca está a religião cristã. Varnhagen era católico, mas antes uma ressalva: a defesa da religião como fator de civilização dos selvagens só seria válida até o ponto em que ela não pusesse em perigo a presença do Estado; a partir daí a crítica seria mordaz. Acusados de estarem constituindo um “Estado dentro do Estado” e sendo expulsos do Brasil em 1762 ainda sob a administração colonial do marquês de Pombal; o alvo principal foram os jesuítas.

<sup>128</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória)**. In: Anuário do Museu Imperial. Petrópolis (RJ): Ministério da Educação e Saúde, 1948, v. 9. p. 234.

Para o Sr. Visconde de Porto Seguro os jesuítas com seus métodos brandos haviam falhado na catequização dos índios, além do mais os religiosos teriam usado os nativos para fins de realização de seus próprios desígnios, e não para cristianizá-los e civilizá-los como deveria ser; bem como teriam sido responsáveis pela geração de focos de rebelião na Colônia, o que punha em risco a estabilidade social.

Num plano mais geral Varnhagen reconhecia a importância da religião não só no processo de civilização do gentio, mas também como subsídio para a construção da identidade nacional, que mesmo brasileira não deveria de forma alguma se ver desvinculada da tradição portuguesa. Dessa forma afirmou que “[...] nos nação cristã, devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo, inoculados nesta terra por uma das nações mais heroicas da Europa de três séculos e meio, cuja língua falamos.”<sup>129</sup> Isso porque, como a língua, a religião católica fazia parte da herança portuguesa, parte do seu legado para a Nação brasileira.

Propagador de uma Nação cuja consciência deveria ser “legitimadora do predomínio branco português no processo histórico colonial”<sup>130</sup>, o nacionalismo de Varnhagen não poderia, portanto, ser tido como xenófobo, visto que o ser brasileiro seria uma continuação do ser português; ou “uma continuação da obra colonizadora”. Para Américo Jacobina Lacombe “a atitude de Varnhagen é de defesa da continuidade. [...] êle não merece a pecha de europeizante. Entre caboclisto romântico e os europeizantes que se vão seguir com a corrente comtista, a posição de Varnhagen é antes de equilíbrio”<sup>131</sup>.

Afinal de contas, por que negar a raiz portuguesa se a ex-metrópole estava em pé de igualdade com os princípios que regiam as demais Nações civilizadas da Europa, uma aspiração permanente do novo Estado? Além do mais, Varnhagen era profundo defensor da monarquia, e amigo pessoal do monarca do Brasil, um Bragança; muitas críticas ao sistema colonial certamente não agradariam seu benemérito; filho da Independência, neto do Pacto Colonial. Talvez por isso o historiador tenha feito relativamente poucas e veladas críticas à colonização portuguesa na América, concentradas, sobretudo, na sua História Geral do Brasil; e quando fazia justificava como erros de administração na Colônia, não uma falha direta do

<sup>129</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. p. 232.

<sup>130</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 44-115.

<sup>131</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967. p. 141-142.

soberano. O mesmo acontecia com a religião, cujos defeitos de aplicação da doutrina foram denunciados, embora Varnhagen fosse assumidamente profundo católico.

De acordo com Américo Lacombe essa postura do historiador gerou polémica no meio intelectual da época, houve inclusive quem o chamasse de “historiador mercenário”. Contudo, para Lacombe, o que mais chocou não foram as ideias em si, e sim o impacto do estilo direto de Varnhagen que não demonstrava nenhuma contemplação com as correntes que o cercavam, notadamente a romântica.<sup>132</sup>

Mas que fique claro, apesar do elogio à colonização portuguesa, o Brasil que se queria construir e que Varnhagen delineava em sua narrativa era um Brasil que buscava se integrar ao conjunto das Nações, como um país uno, indivisível e, sobretudo, independente. Fato que pode ser percebido se atentarmos para a formação da galeria dos “heróis nacionais”, “os brasileiros distintos por armas, letras, virtudes etc.” trazidos nas páginas da Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como uma forma de ressaltar que o Brasil, independente dos interesses portugueses, tinha nesses “brasileiros” ilustres os representantes dos interesses nacionais.

Uma nacionalidade que *não era índia, era crioula e cristã, portanto, já há mais de dois séculos, brasileira. Não era índia*, pois, como enfatiza no Discurso Preliminar, se alguém percorresse o Brasil observando sua povoação, veria brancos do tipo europeu, negros, mas muito poucos descendentes dos índios, e isso não porque a raça foi exterminada, mas por seu número ser tão pequeno na vastidão do país que foram absorvidos pelas outras duas raças, tanto fisicamente quanto moralmente. E segue o raciocínio defendendo que

Não pretendamos, pois, fazer presente à nação daquilo mesmo que, em particular, para cada um de nós não tomamos. Porque jus havemos de querer fazer a nação cabocla, antes de começarmos por blazonar de ser caboclos na gema, e de proceder exclusivamente de caboclos? Ainda quando o fizéssemos, quando deixássemos os apelidos dos nossos pais, ficavam-nos a religião e o govêrno, a língua, as leis, ... tôdas as heranças da civilização de mais de tres séculos.<sup>133</sup>

Aqui Varnhagen deixa muito claro seu posicionamento: qual a razão de se dizer que fazemos parte de uma Nação cabocla, de *proceder exclusivamente de caboclos*, quando aspectos como as leis, a religião, o governo e a própria língua evidenciam a herança portuguesa no Brasil? Na opinião do historiador, razão nenhuma, pois acreditava que mesmo que se fizesse esse esforço, elementos que concebia como fundantes da nacionalidade brasileira (as leis, a

<sup>132</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. Op., cit. p. 142.

<sup>133</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Discurso Preliminar: Os índios perante a nacionalidade brasileira. In: \_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil**. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, tomo II. p. XXV.

religião, o governo, a língua), continuariam presentes e eram parte dessa herança da civilização portuguesa; que no Brasil já possuía *mais de tres séculos* de tradição.

Pode-se dizer que tal pensamento se constitui num exemplo da aplicação de um princípio que segundo Eric Hobsbawm fundamentava a ideia e permitia que um povo fosse classificado como uma Nação no século XIX: o da associação histórica do jovem Estado com um outro Estado já existente, ou com um passado recente e razoavelmente durável. Para o autor “uma vez dada a identificação da nação com o Estado, era natural que estrangeiros pressupusessem que o único povo em um país fosse pertencente ao povo-Estado”<sup>134</sup>. Nesse sentido Nilo Odália destaca que “Varnhagen insiste repetidamente na busca de elos com o passado, tentando, de todas as maneiras, construir uma continuidade que fundamentasse a unidade política e um autêntico sentimento de nacionalidade”.<sup>135</sup>

Assim, *esses que chamamos, incorretamente, indígenas concorriam nela* (na nacionalidade brasileira), *não como tipos, mas apenas absorvida pela raça colonizadora*. Em determinado momento Varnhagen indaga “Quereis saber o que é a nação brasileira?”; ele mesmo responde

Olhae para o próprio brazão d’armas que a symbolisa. Nelle vereis a esfera armillar, significando a origem da dynastia e a do estado, e nelle vereis tambem a cruz da ordem de Christo, que representa por si só a historia da civilisação do paiz. E isto não escripto n’este ou naquelle idioma, inintelligível aos demais povos; mas apregoado na bella linguagem heraldica, composta de hieroglyphicos, que constituem, nos feitos historicos, uma especie de pasigraphia ao alcance de todas as nações civilisadas.<sup>136</sup>

A partir desse trecho é possível determinar que pela ótica de Varnhagen, na composição da *nação brasileira* estava sua origem na *dynastia* e no *estado* portugueses, a religião cristã (elemento estabilizador da sociedade, instrumento de civilização e de moral) trazida pelos colonizadores e que por si só representaria a *historia da civilisação do paiz*; por fim, a língua, a *bella linguagem heráldica*, e não um *idioma inintelligível aos demais povos*. E para tal constatação bastava observar um símbolo que representava essa Nação: o *brazão d’armas* do Império.

Sintetizando, para Varnhagen o Império do Brasil era o sucessor direto do Império Português, a nacionalidade brasileira era fruto da colonização portuguesa. Brasileira, é claro,

<sup>134</sup> HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 49.

<sup>135</sup> ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaio do pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 109.

<sup>136</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. p. XXV.

mas construída a partir de elementos trazidos pelos lusitanos, e a absorção das outras raças (indígena e negra) pela raça colonizadora (portuguesa - europeia) superior e civilizada. O que nos faz lembrar as ideias defendidas por um outro autor por quem Varnhagen nutria bastante respeito e admiração, o bávaro Karl F. P. von Martius, para quem “*o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica.*”. Um Estado brasileiro, mas que nunca deveria negar suas raízes portuguesas, fonte de sua civilização.

#### 2.4 “As ideias políticas de Varnhagen”

*“onde não há Estado [...] há uma guerra perpétua de cada homem contra seu vizinho, na qual portanto cada coisa é de quem a apanha e conserva pela força, o que não é propriedade nem comunidade, mas incerteza.”*  
(Thomas Hobbes. *Leviatã*)

“Assim a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo da Monarchia, vai agora, bem que mui humildemente, representada entre a história das nações por uma história nacional”<sup>137</sup>. Neste trecho do prefácio à segunda edição da História Geral do Brasil é possível perceber dois aspectos fundamentais do pensamento varnhageniano; ideias que o sorocabano defenderá ao longo de toda sua carreira enquanto historiador: a *integridade do Brasil representada no Estado e na Monarchia*, e uma *história nacional* para representar o Brasil na *história das nações*. Ambas fazem parte do que Américo Jacobina Lacombe denominou “as ideias políticas de Varnhagen”.

Na concepção de Varnhagen e dos dirigentes do Império em meados do século XIX a afirmação de Hobbes acima colocada representava uma ideia em comum: *onde não há Estado há uma guerra perpétua de cada homem contra seu vizinho*. Dessa maneira, sem um Estado-tutor que se colocasse a frente da construção de uma Nação que pensasse o Brasil como um todo, e visando realizar seus intentos pessoais, poderia haver *uma guerra perpétua de cada homem contra seu vizinho*; trazendo para o contexto, o regional se sobressairia ao nacional, ameaçando a unidade idealizada.

Seguindo essa linha de raciocínio, o fortalecimento das partes em detrimento do enfraquecimento do todo era uma situação impensável e totalmente reprovável na ótica

---

<sup>137</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877. p. XXI.

varnhageniana. Sentimento compartilhado pelos grupos dirigentes, a aspiração à unidade nacional pressupunha uma luta contra o provincialismo, que, para Varnhagen, além de ameaçar a unidade e o desenvolvimento da consciência nacional, também não contribuía para a “glória do Império”, que só viria com o “patriotismo”. Uma luta que cabia ao Estado.

De acordo com Cezar “Varnhagen era monarquista. Era católico, como nunca cansou de afirmar. [...]. Antiindianista e hobbesiano”<sup>138</sup>; sua obra, bem como a empreendida pelo IHGB foi pensada visando a consolidar o sistema unitário e a monarquia. Analisando a correspondência que Varnhagen mantinha com D. Pedro II, Américo Lacombe atesta que Varnhagen era tão monarquista que seria mais monarquista que o próprio imperador, dando até indicações de livros sobre o tema para seu “Excelso proctetor”<sup>139</sup>. Para Varnhagen o ideal monárquico asseguraria a unidade nacional, diferentemente do republicano que só levaria ao esfacelamento como o fizera na América espanhola; daí a necessidade de um Estado forte e centralizado.

Na obra de Varnhagen o Estado se apresenta como “epicentro da Nação” e como elemento organizador da sociedade. “Há mesmo uma antinomia explícita: o Estado representa a civilização, a lei e a ordem. Sua ausência, a selvageria, o predomínio da força e a desarticulação social”; então “a consolidação (estatal) da nação é o escopo; os fins do Estado são positivos sempre que visem à ampliação das fronteiras, à sua defesa ou à eliminação de inimigos – sejam quilombolas, rebeldes ou indígenas”<sup>140</sup>.

Qualquer movimento que se pusesse contra o Estado era para Varnhagen um atentado contra a Nação, pois acreditava que a existência de uma Nação e de um povo só era possível graças ao papel desempenhado pelo Estado no seu processo de formação; argumento que explica o porquê do desprezo que relegava aos movimentos autonomistas, como a Revolução Pernambucana de 1817, por exemplo.

Como tutor e aperfeiçoador da sociedade a visão do Estado de Varnhagen faz lembrar o Estado “Leviatã” de Thomas Hobbes, este que escrevendo a respeito da transferência do direito que o homem possuía em de autogovernar para um homem ou grupo de homens, visando a paz e a defesa de cada indivíduo dentro do Estado; colocou que

<sup>138</sup> CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **TOPOI**, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez., 2007. p. 162.

<sup>139</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967. p. 144-145.

<sup>140</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 86.

Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e ela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. [...] Àquele que é portador dessa pessoa se chama soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos.<sup>141</sup>

Era exatamente esse Estado, espécie de *Deus Mortal* na expressão de Hobbes, que Varnhagen enxergava como capaz de garantir a paz e a defesa de cada indivíduo e da sociedade como um todo. O Imperador era o *portador dessa pessoa* (o Estado) e por isso se chamava o *soberano*, porque possuía o *poder soberano*; e todos os restantes seriam seus *súditos*. E Varnhagen era um *súdito*, mas não um *súdito* qualquer; e sim um consciente e fiel defensor da monarquia centralizada.

A justificação para o Estado *Leviatã* de Hobbes estava no reconhecimento de que a ausência de um Estado soberano condicionava o homem a uma permanente situação miserável de guerra, que seria a consequência imediata das paixões naturais dos homens. Essas paixões por sua vez facilmente levariam à dissolução de um Estado fraco. Considerando que tão perigoso quanto um ataque externo são as forças contrárias internas, Hobbes alertou

quando acontece de serem dissolvidos (os Estados), não por violência externa, mas por desordem intestina, a causa não reside nos homens enquanto matéria, mas enquanto seus obreiros e organizadores. Pois os homens, quando finalmente se cansam de conflitos irregulares e de ataques mútuos, e desejam de todo coração transformar-se num edifício sólido e duradouro, por falta quer da arte de fazer leis adequadas para nortear as suas ações, [...] não conseguem, sem a ajuda de um arquiteto muito hábil, ser reunidos em outra coisa que não seja um edifício desordenado, o qual, mesmo que consiga agüentar-se durante sua própria época, necessariamente cairá sobre a cabeça da posteridade.<sup>142</sup>

Certamente não era desejo de Varnhagen ver o Estado brasileiro se transformar num *edifício desordenado*, que não consiga *agüentar-se durante sua própria época*, e ainda correndo o risco de cair *sobre a cabeça da posteridade*. Era necessário, portanto, o trabalho de um *arquiteto muito hábil*, para assegurar a unidade e a integridade da Nação. Esse *arquiteto* poderia ser equivalente à figura do soberano, ou seja, do Imperador. Também era preciso se ter muito cuidado e evitar a todo custo uma possível *desordem intestina*, que no Brasil atendia

<sup>141</sup> HOBBS, Thomas. Do Estado. In: \_\_\_\_\_. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, 1979. p. 61.

<sup>142</sup> HOBBS, Thomas. Op., cit. p. 108.

pelos nomes de índios e negros escravizados. Quanto antes fossem resolvidos esses “problemas”, mais rápido o Império se constituiria numa Nação compacta.

É justamente nesse sentido que no Memorial Orgânico Varnhagen propõe o fim do tráfico de escravos e a “civilização dos índios por tutela”, chamando a atenção dos dirigentes imperiais para que “ouçamos ao joven Brasil suas queixas, e applicemos-lhe o remedio que nos dicte o bom senso e a historia da formaçam das naçõens”<sup>143</sup>. Com uma população tão heterogênea o perigo de uma *desordem intestina* era eminente, cabendo ao governo ouvir as *queixas do joven Brasil*, e aplicar o *remédio* que lhe fosse ditado pelo *bom senso* e, certamente, *pela história da formaçam das naçõens*. Sensato, afinal o Brasil era, em sua opinião, uma Nação em formação.

Inserido nesse contexto o jornalista conservador Justiniano José da Rocha escreveu seu famoso panfleto “Ação; Reação; Transação”, onde, expondo suas “duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”, logo no início afirmou que “na luta eterna da autoridade com a liberdade, há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização”<sup>144</sup>.

Pela cronologia de Justiniano Rocha o período em que Varnhagen redigiu o Memorial Orgânico, cujas medidas para se realizarem dependiam diretamente do Estado; se enquadra no período da *Reação*, este que se estendeu de 1836 a 1852, e que se distinguiu pela luta da reação monárquica, acabando pela maioria, e abrindo caminho para o domínio do princípio monárquico. Era exatamente a partir desse domínio do princípio monárquico que Varnhagen enxergava a viabilidade da formação da Nação brasileira.

Nas *ideias políticas de Varnhagen* só um poder central forte seria capaz de garantir a unidade e a integridade do Império, face ao perigo desagregador do provincialismo. Posição idêntica adotava o “saquarema” Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Sousa, para quem as medidas centralizadoras se justificavam pela necessidade de se defender a unidade territorial e neutralizar o poder das facções locais em suas lutas políticas mesquinhas. O nacionalismo de Paulino Soares “não podia ser compreendido sem levar em conta a sua

---

<sup>143</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil.** (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 4.

<sup>144</sup> ROCHA, Justiniano José. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES Jr, Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado.** Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 159.

crença no Estado forte e centralizado como base necessária à própria existência da nação”<sup>145</sup>. O provincialismo ou “bairrismo” era pernicioso, verdadeiro entrave à construção de uma Nação compacta, num território íntegro.

Só nas mãos cuidadosas de um *arquiteto muito hábil*, o Brasil seguiria rumo à civilização e ao reconhecimento mundial como um país que tinha tudo para se tornar uma grande Nação, e não só no que se referia à extensão territorial. E dessa forma voltamos ao trecho que deu início a esse tópico: *Assim a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo da Monarquia, vai agora, bem que mui humildemente, representada entre a história das nações por uma história nacional*. A integridade do Brasil já tinha seus defensores, o *Estado* e a *Monarquia*, restava a representação por meio de uma *história nacional*; tarefa bem aceita por Varnhagen e pelos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo projeto patriótico procurou “recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”<sup>146</sup>. Como corolário, escrevendo a “história da história” da Nação; e partindo de um ponto de vista específico, o das elites.

## 2.5 Memorial Orgânico: o diagnóstico e a proposta de solução dos problemas

*“Para civilisarmos o Brasil, e fazermos que haja povo brasileiro, necessitamos ir paulatinamente acabando com a escravidam dos africanos, necessitamos prender e avassallar (nam escravisar) temporariamente os indios bravos; e necessitamos, em fim, admitir no paiz gente branca voluntariamente arregimentada em grupos”.*  
(Varnhagen. *Memorial Orgânico*, 1850)

Até aqui buscamos, primeiramente, fazer um esboço sobre a relação entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o processo de construção e consolidação da Nação brasileira em meados do século XIX. O IHGB que, criado em 1838 “debaixo da imediata protecção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II”, nasceu com a incumbência de empreender trabalhos com o intuito de “dar conta de uma gênese da Nação brasileira,

<sup>145</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999. p. 172.

<sup>146</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 99.

inserindo-a numa tradição de civilização e progresso”<sup>147</sup>, evidenciando, assim, sua identificação com o ideal iluminista europeu, procurando, inclusive, forjar a imagem de uma civilização branca e europeia nos trópicos.

Os intelectuais do IHGB tinham, então, como principais atribuições a idealização de um projeto e de uma História nacionais. Varnhagen que fez parte desse meio, foi sociocorrespondente do Instituto por anos e seu Memorial Orgânico, bem como toda sua obra, foi dedicada a escrever a História do Brasil, uma História que se relacionava a um determinado projeto político perpetrado por uma elite dirigente comprometida com o desenvolvimento da jovem Nação brasileira.

Em seguida intentamos mostrar um pouco sobre o sujeito Francisco Adolfo de Varnhagen, dando ênfase às suas “ideias políticas”. A concepção varnhageniana de como deveria ser a Nação brasileira, situada num contexto específico, meados do século XIX, e numa conjuntura específica, o processo de consolidação do Estado Nacional Brasileiro; isso ainda dentro de uma das principais aspirações das elites dirigentes: a de desenvolver uma identidade nacional para finalmente o Império adquirir o status de Nação moderna ao passar a integrar o conjunto das Nações civilizadas; ou como explica Varnhagen se transformar numa “nação respeitável”, tanto com relação aos vizinhos sul-americanos, quanto frente às potências europeias.

A partir de agora concentrar-nos-emos no Memorial Orgânico, objeto central desta pesquisa.

O Memorial Orgânico pode ser descrito como um projeto de Nação, ou conforme explica Arno Wehling, como um “diagnóstico e uma proposta de reorganização nacional a partir do Estado”<sup>148</sup>. Escrito em duas partes, a primeira em 1849 e a segunda no ano seguinte, 1850, ambas foram publicadas em Madri, na Espanha, país onde Varnhagen exerceu funções diplomáticas a serviço do Império do Brasil. Para este trabalho, em virtude da dificuldade de acesso ao documento original da primeira parte do Memorial, usar-se-á a reedição que foi feita do mesmo pela Guanabara – revista mensal, artística, científica e literária, do Rio de Janeiro, capital imperial, em 1951. No que se refere à segunda parte da obra, será utilizado o documento original microfilmado.

---

<sup>147</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1988. p. 8.

<sup>148</sup> WEHLING, Arno. Op., cit. p. 95.

Como um projeto, o Memorial Orgânico visava uma transformação: uma massa heterogênea num povo, um território numa Nação; mas também, como salienta Nilo Odália, pressupunha uma idealização e uma construção, onde

Enquanto idealização, consubstancia os ideais e anseios do grupo social ou dos grupos sociais capazes de compreender o que representa o sentimento nacional e a nacionalidade para seus próprios fins; enquanto construção, ele demanda que se possuam os instrumentos políticos e persuasórios adequados para que se possa transformar a massa heterogênea em um povo que se determina, um território imenso e sem unidade, num país e numa nação.<sup>149</sup>

Era exatamente partindo dessa *idealização* que Varnhagen vislumbrava essa *construção*. Um vislumbre que como seu, era igualmente partilhado com o *grupo social* ou *os grupos sociais*, nomeadamente, os dirigentes imperiais do período em questão.

Assim sendo, pretende-se com este trabalho entender qual o projeto de Nação vislumbrado por Varnhagen ao redigir o Memorial Orgânico, visto que o texto tinha “por objecto despertar a atenção pública, especialmente a dos representantes da Nação, sobre algumas questões importantes para a nossa organização”<sup>150</sup>. As questões as quais o autor se referia eram a abertura das comunicações gerais; uma nova divisão do território; a mudança da capital; a questão dos africanos; da civilização dos índios por tutela; e a colonização por grupos (incentivo à vinda de estrangeiros). Como se pode perceber todas as ideias propostas por Varnhagen no Memorial dependiam da atuação direta do Estado, este que deveria ser “forte, maior do que a sociedade, criador da nação e aperfeiçoador pedagógico e étnico do povo”<sup>151</sup>.

Tomando por base a primeira parte da obra, reeditada pela Revista Guanabara e utilizada neste trabalho; do ponto de vista da estrutura o Memorial Orgânico se encontra dividido em três capítulos. No capítulo I, *Alguns enunciados*, Varnhagen aponta o que seriam os principais problemas que o Império do Brasil enfrentava em meados do século XIX: indefinição das fronteiras, inadequada divisão das províncias, falta de comunicação interna, inapropriada localização da capital, elevado número de negros e índios, contrastando com o reduzido contingente de colonos europeus. Em *Justificação do que fica dito*, explica minuciosamente cada um dos pontos levantados no capítulo anterior. No terceiro capítulo,

<sup>149</sup> ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 44

<sup>150</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil**. (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 3.

<sup>151</sup> WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 91.

*Solução e remédios*, Varnhagen apresenta e defende uma série de medidas para solucionar os problemas diagnosticados.

As ideias defendidas no Memorial Orgânico visavam a organização administrativa do Império do Brasil em termos de território e população, tendo em vista a constituição de uma Nação compacta, com uma identidade própria, compartilhada por todos os indivíduos que contribuíssem para o progresso e engrandecimento da Nação, o que não comportava toda a população; circunscrita num espaço territorial definido e ocupado de forma regular e homogênea, a fim de combater o “provincialismo” que impedia a difusão do sentimento nacional de pertencer à um Estado.

Preocupado com a unidade da Monarquia brasileira em meio à fragmentação das Repúblicas vizinhas, Varnhagen que fazia parte da elite letrada comprometida com a consolidação do Brasil enquanto uma Nação, “lembrou” em seu Memorial Orgânico da importância de cuidar da defesa do país, mudando a capital para o interior, incorporando os “índios bravos” à civilização, tirando-os da selvageria. Também defendeu o fim do tráfico de escravos, sob pena de ver “o Brasil daqui a séculos igual ao continente d’África”, ou transformado “n’uma catinguenta Guiné”<sup>152</sup>; e a troca da mão-de-obra negra pela indígena já “civilizada”. No plano geral, o Visconde de Porto Seguro vislumbrava o embranquecimento da população brasileira através da miscigenação e, conseqüentemente, do desaparecimento das raças indígena e negra dentro da “superioridade” da raça branca europeia, cuja vinda de imigrantes deveria ser estimulada pelo Estado brasileiro. O historiador estipulou que em cerca de dois séculos o Brasil se constituiria numa Nação branca.

Nesse contexto o “diagnóstico” que Varnhagen faz em seu Memorial revela-se desanimador. Do ponto de vista do território denuncia que “as raias com os vizinhos estão por assignar”, “o systema de communicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado”, “a subdivisão em províncias é desigual”, além da falta de defesa contra “qualquer futura tentativa inimiga”. Quanto à população lamentava que “peior é sua heterogeneidade que o seu pequeno numero”, composta por “cidadãos brasileiros”; “escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho”; “índios bravos completamente inuteis ou antes prejudiciais”, e “pouquissimos colonos europeus”<sup>153</sup>.

---

<sup>152</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação**. (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 363-391.

<sup>153</sup> Ibid. p. 357.

Transformar um país tão diversificado e cheio de problemas numa Nação compacta não era tarefa fácil, mas Varnhagen acreditava que esta seria a missão do terceiro soberano dos Bragança, “a de organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto Império”, apesar de ressaltar o erro cometido por muitos políticos que “embebidos no estudo dos livros estrangeiros”, “[...], distraem-se de estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil [...], procedem tantas leis que temos, umas inúteis e sem aplicação e outras em contradição com o que necessitamos”; faltando assim “coragem política para levar avante medidas embora vitais ao país, mas que poderiam prejudicar as eleições da seguinte legislatura”, culminando com a formação de ministérios com políticos “mandando mais ou menos todos, poucos governando”. O resultado é que o Brasil “depois de um quarto de século (de independente) acha-se quasi na mesma; e com ar mais de colonia, ou antes de muitas colonias juntas que de nação compacta”<sup>154</sup>.

Diante dessa situação Varnhagen propõe suas *soluções e remédios* para os seis problemas que aponta, que de forma sucinta estão dispostas a seguir: **abertura das comunicações gerais**, abrir a estrada imperial para comunicar o norte com o sul do Império, fomentar a colonização dos “fertilíssimos” sertões, em suma, manter a integridade do Império, estimulando o comércio interno; **nova divisão do território**, para melhor administração e maior harmonia na representação nacional, resolver o problema de algumas províncias que como o tamanho reduzido, tinha também reduzida sua representatividade no plano político nacional.

A **situação da capital**, mudança para o interior, pois à beira-mar uma cidade fica mais exposta ao ataque inimigo, por conta disso o Rio de Janeiro não deveria ser mais a capital do Império. Varnhagen chegou mesmo a escolher o local, em sua opinião, mais adequado para se construir a nova capital e até o nome, se chamaria Imperatória, e se localizaria no ponto em que

se encontram ás cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, - dos dous grande rios que abraçam o Imperio; isto é, o Amazonas e o Prata, com as dos do S. Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca á meia distancia de toda a extensão do nosso litoral, e de mais a mais á meia distancia da cidade da Bahia á Pernambuco. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e arterias que vão circular por todo o corpo do estado, que imaginamos

---

<sup>154</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. (Parte I). Op., cit. p. 358-359.

estar o seu verdadeiro coração; é ahi que julgamos deve fixar-se a séde do governo do Imperio.<sup>155</sup>

A **questão dos africanos**, visando acabar com o tráfico, mas com a tomada de medidas prudentes para não deixar espaço para possíveis rebeliões, era constante a lembrança de que “o triunfo exclusivo dos africanos no Haity é um aviso a todos os pardos da América, sobre a sorte que os esperaria, se elles se unissem aos negros contra os brancos”<sup>156</sup>. **Civilização dos índios por tutela**, onde os “índios bravos” seriam capturados pelas “bandeiras”, cujos bandeirantes receberiam para se tornarem seus tutores por quinze anos e os integrarem ao catolicismo e à civilização, comporiam a mão-de-obra depois do fim da escravidão. Por último, e como corolário, a **colonização europeia**, o estímulo à vinda de “gente branca” para o Brasil a fim de que, junto com as outras medidas supracitadas, o país se impusesse como uma Nação respeitável.

Índios e negros eram para Varnhagen elementos potencialmente perigosos, geradores de convulsões sociais, que poderiam concorrer para a perda da unidade nacional ou mesmo para a dissolução do Estado. Eram, assim, ameaças que deviam ser controladas.

Como já foi dito as proposições dispostas no Memorial Orgânico visavam a reorganização nacional a partir do Estado. E mesmo que tenha tido “poucos leitores, e nenhuma repercussão nos nossos meios cultos”<sup>157</sup> o texto expressava a preocupação de Varnhagen em definir as fronteiras do Império, ocupado regularmente por uma população homogênea e com uma capital localizada com relativa segurança face um possível ataque estrangeiro. Medidas, portanto, que expressavam além de um receio, representavam também todo um projeto de centralização política levada a efeito no Segundo Reinado, cuja força unificadora “conseguiu debelar com segurança e progressivamente, o clima agitado pelas dissensões políticas e a tendência para os exageros da autonomia regionalista do período regencial”<sup>158</sup>. A experiência descentralizadora das Regências com suas revoltas atenuou o

<sup>155</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação**. (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 367.

<sup>156</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil**. (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 10. Aqui Varnhagen faz referência a insurreição escrava que ocorreu no Haiti em 1791, revelando o medo de uma revolta desse tipo no Brasil. Um receio comum no período, e que se propagava entre os dirigentes e intelectuais do Império.

<sup>157</sup> LESSA, Clado Ribeiro. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 227, p. 85-232, abr./jun. 1955. p. 93.

<sup>158</sup> TAVARES, Augusto de Lyra. O Segundo Reinado e a unidade nacional. **RIHGB**, v. 314, p. 261-284, jan./mar. 1977. p. 268.

“provincialismo” que tanto Varnhagen condenava, um empecilho ao desenvolvimento de uma consciência nacional.<sup>159</sup>

A necessidade da centralização político-administrativa do Império, um Estado forte, soberano, era opinião unânime entre parte importante das classes dirigentes (ala conservadora). O Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Sousa, por exemplo, defendia que “a centralização é a unidade da nação e a unidade do poder. É ela que leva às extremidades do corpo social aquela ação que, partindo do seu coração e voltando a ele, dá vida ao mesmo corpo”<sup>160</sup>. Paulino Soares que juntamente com Eusébio de Queiroz e Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí; compôs a famosa “trindade saquarema”, gabinete conservador que assumiu o ministério em setembro de 1848.

Necessidade que se pautava na crença de que “o poder político de alguma maneira molda a nação”, e assim sendo, a adoção das medidas centralizadoras “eram justificadas pela necessidade de defender a unidade territorial e neutralizar, através da administração hierarquizada, o poder das facções locais, em suas mesquinhas lutas políticas”<sup>161</sup>. Importando destacar o caráter forte do governo consubstanciado, por exemplo, na célebre frase do ministro Joaquim José Rodrigues Torres quando proferiu que no Brasil “o Imperador reina, governa e administra”.

Feita essa explanação inicial trataremos com mais detalhe as medidas propostas por Varnhagen no Memorial Orgânico nos capítulos que seguem.

---

<sup>159</sup> A esse respeito Eric Hobsbawm alerta para o fato de que a “consciência nacional” se desenvolve desigualmente entre os grupo e regiões sociais de um país. ver: HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 21.

<sup>160</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 194.

<sup>161</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999. p. 85-172.

## CAPÍTULO 3

### O Memorial Orgânico e a questão do território na constituição de um “*poderoso Império*”

“... e assim lançariam os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam...”  
(Hipólito da Costa. *Correio Brasiliense*, 1813)

Epígrafes, por vezes, são usadas apenas com o intuito de ilustrar o início de mais um capítulo. Não será aqui este o caso. A aqui colocada tem neste momento o objetivo de servir como ponto de partida para a elucidação de uma importante temática na feitura deste trabalho, bem como no contexto político brasileiro do século XIX: o território. Tendo o Memorial Orgânico de Varnhagen por base buscaremos mostrar como as medidas propostas pelo autor para as questões territoriais faziam parte de um projeto muito maior, o da conservação da unidade nacional.

Unidade esta que estava intimamente ligada à existência de um território com uma eficiente rede de comunicações, fronteiras bem definidas, e bem defendidas. Dessa forma acreditava-se ser possível lançar, nas palavras do jornalista Hipólito da Costa, *os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam*. Pelo menos era o que pensava os políticos e intelectuais comprometidos com a “causa nacional”.

#### 3.1 “*Alguns enunciados*”: breve introdução ao opúsculo varnhageniano

Por que organizar o Império do Brasil nos moldes de uma Nação compacta? Quanto a essa questão o Memorial Orgânico é bastante claro, sendo possível inclusive, enumerarmos alguns aspectos elucidados por Varnhagen, sobretudo na parte introdutória do opúsculo <sup>162</sup>.

<sup>162</sup> Ambas as partes do Memorial Orgânico, 1849 e 1850, não continham o nome do autor. Em 1851, quando a primeira parte foi reeditada pela Revista Guanabara, Varnhagen explica na introdução que o motivo de não ter se identificado anteriormente devia-se a “simples razão de julgar eu mais conveniente apresentar-me em campo de viseira calada, para que as minhas ideias chegassem a ser ajuizadas segundo a sua valia, sem a prevenção da [sic] nenhuma do autor”. Outra informação acerca dessa reedição do Memorial é que Varnhagen afirma não ter introduzido uma só ideia nova, o que se confirmaria caso houvesse a confrontação com a edição de 1849. Contudo, em trabalho posterior de 1877 confessa ter lançado mão de novos argumentos em 1851, mas nada que tenha alterado a forma “desabridamente persuasiva” do texto: “as alterações não mudam a forma: apenas com ellas se aprimoram e arredondam phrases: o que eu fiz sim foram cortes sem piedade”. Cortes que irão possivelmente nos fazer falta. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 356.

Em *Alguns enunciados* o autor *enuncia* o que concebe como o estado atual do Brasil em meados do século XIX. Sua consideração inicial é a seguinte, e versa sobre problemas relativos à administração e defesa territoriais

O Brasil é um estado cujas raias com os vizinhos estão por assignar; um imperio cujo centro governativo não é o mais conveniente, e cujo systema de communicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado; um paiz emfim cuja subdivisão em provincias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas administrativas, e procedente ainda no fundo (na beiramar ao menos) das primeiras doações arbitrarías feitas, ha mais de tres seculos, pelos reiz portuguezes. Ainda mais: assim como não ha plano de communicações internas que fomentem o commercio e a agricultura, também não consta havel-o de defesa do territorio a fim de prevenir, pela simples occupação desde já de certos pontos decididamente estrategicos, qualquer futura tentativa inimiga.<sup>163</sup>

Nesse trecho pode-se observar que Varnhagen demonstrava grande preocupação com a situação do Brasil, pois o país tinha um grave problema de ordem externa que era a indefinição de suas fronteiras; e na instância interna não era diferente. O Brasil carecia de um sistema de comunicações internas eficiente visto que se já o possuía este era precário; a defesa do território se encontrava longe de estar assegurada face a um ataque inimigo, tendo em mente que o Império apresentava uma configuração que não propiciava tal “tranquilidade”. A divisão das províncias era desigual, *monstruosa*, fruto de uma administração ineficaz; e pior, um resquício do período colonial em pleno Império independente; além de que, em sua opinião, era necessário se mudar o centro governativo do litoral para o interior.

A outra denúncia apontada por Varnhagen se referia a não existência no Brasil de um plano de comunicações internas que fomentassem o comércio e a agricultura; o que se mostrou uma inquietação compartilhada por outros intelectuais da época. Do mesmo modo que o historiador paulista, políticos como Paulino Soares de Sousa e Tavares Bastos teceram ideias a respeito dessas atividades no desenvolvimento do Império. Ambos se ocuparam em determinar qual tipo de desenvolvimento econômico era o mais adequado para o Brasil, o que se encaixava melhor na “vocação” do país.

Tavares Bastos acreditava que a agricultura, e não a indústria manufatureira ou da construção naval constituía a principal “vocação” do Brasil. Não que o Brasil não tivesse capacidade de se industrializar, apenas deveria se conformar e reconhecer que, da mesma

---

<sup>163</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I), p. 357.

forma que todo o continente americano, sua missão era ser o “celeiro da Europa”<sup>164</sup>, devendo canalizar sua mão-de-obra e recursos para desenvolver sua verdadeira indústria: a agricultura. Outro político que endossou a mencionada ideia foi o deputado fluminense Rodrigues Torres, quando em 1843 evocava que “se não tomarmos alguma providência que proteja os interesses da agricultura, *única indústria do Brasil*, ficaremos bem depressa reduzidos à classe de proletários”<sup>165</sup>. (grifo nosso)

Como Tavares Bastos, Varnhagen percebia que faltava ao Brasil uma condição básica para a industrialização: um mercado interno vigoroso. Assim, lastimava a posição do Império escrevendo que mesmo depois de independente continuava a aparentar uma Colônia, pois “como colônia vende seus productos á porta de casa; e como colônia se sustenta, e vive quasi exclusivamente do commercio exterior”<sup>166</sup>. Era preciso, então, fomentar o desenvolvimento do comércio interior para ajudar no desenvolvimento geral do Estado.

Paulino Soares também se preocupava com o futuro do comércio e da agricultura nacionais. No caso da atividade agrária o Visconde do Uruguai propunha a imigração como uma medida necessária. Todavia, diferentemente de Tavares Bastos que via na imigração uma possível fonte de civilização ou de “regeneração moral” para o Brasil; Uruguai a encarava mais como uma medida econômica, e curiosamente como um perigo em potencial, ao enxergá-la também como uma espécie de “invasão” do território nacional por povos que considerava superiores ao povo brasileiro. A imigração podia, inclusive, representar uma ameaça à identidade nacional; contudo, se bem tutelada pelo Estado o risco apresentaria vertiginosa queda, ou seja, o Estado era responsável pelo estímulo à imigração e à industrialização do país. Na direção oposta e como bom liberal, Tavares Bastos propalava que não era papel do Estado promover diretamente a industrialização, muito pelo contrário, devia-se fundar uma política baseada na livre concorrência.<sup>167</sup>

Estimular a vinda de imigrantes europeus para povoar, sobretudo, os sertões do Brasil, faz parte das medidas propostas por Varnhagen no Memorial e tem relação direta com o cerne da outra consideração que o autor apresentou no primeiro capítulo do opúsculo, e que se refere à questão da população. A segunda consideração (ou seria desabafo?) de Varnhagen consiste em indagar, se muitos problemas acometiam o território, “que é (era) a nossa

<sup>164</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999. p. 155.

<sup>165</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 35.

<sup>166</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I). p. 358.

<sup>167</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes. Op., cit. p. 142-157.

população?”. O próprio Sr. Visconde dá a resposta, e com uma certa frustração ao detectar que ela é

Para tão vasto paiz como uma gota de agua no caudaloso Amazonas. Mas peor é sua heterogeneidade que o seu pequeno numero. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos indios bravos completamente inuteis ou antes prejudiciaes, e temos pouquissimos colonos europeus.<sup>168</sup>

Num primeiro plano o historiador enfatiza a discrepância entre a extensão territorial do Império e a baixa demografia desse espaço, metaforicamente *uma gota de agua no caudaloso Amazonas*; o que, portanto, mostrava sua preocupação em que essa imensidão de terras fosse ocupada de maneira regular. Daí procede a necessidade de se povoar essas áreas, em especial como veremos, as do interior do país; daí procede também a gênese do problema que Varnhagen encontra na sua avaliação. Em sua análise a heterogeneidade da população brasileira era bem pior que seu pequeno número, isso porque a sociedade era composta de *cidadãos brasileiros; escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, indios bravos completamente inuteis ou antes prejudiciaes, e pouquissimos colonos europeus*; e essa composição era nociva para a manutenção da ordem e a inserção do Brasil no mundo dito civilizado.

Na lógica do autor os *escravos africanos e ladinos*, apesar de produzirem o trabalho, e os *indios bravos*, que antes de qualquer outra coisa formavam uma raça de indivíduos *completamente inuteis ou antes prejudiciais*, constituíam-se em entraves à incorporação do país aos princípios da civilização; um processo que só se realizaria com o aumento significativo do número de, até então infelizmente *pouquíssimos, colonos europeus*. Os novos colonos imbuídos do espírito ilustrado e dos ares civilizados da Europa junto com os já *cidadãos brasileiros* fariam desse vislumbre algo com mais possibilidades de ser alcançado.

Ainda dentro desse contexto Varnhagen diagnosticou um outro problema, este de ordem política. Inspirado no publicista suíço Vattel<sup>169</sup> para quem “toda nação deve primeiro conhecer-se: sem isso nunca poderá ella trabalhar com bom exito para seu aperfeiçoamento”, vejamos esse trecho da segunda parte do Memorial onde Varnhagen expõe sua opinião a respeito do que chama de “espírito de imitação” ou “falta de vontade política”, os grandes responsáveis pelo atraso do Brasil

<sup>168</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 357.

<sup>169</sup> Emmerich de Vattel, filósofo, diplomata e jurista suíço cujas teorias lançaram as bases do moderno direito internacional e da filosofia política. Sua obra mais famosa é “Direito das Gentes”, em francês, “Droit des gens”.

[..] acabemos de uma vez com o máu habito de estarmos sempre a traduzir leis e a citar a Inglaterra e a macaquear os Estados-Unidos. Se a nossa terra ainda nam está roçada nem convenientemente preparada, como quereis que ella produza fruttos quando lançaes promiscuamente sobre o mato todas essas sementes de plantas e flores exoticas, embora magníficas? Ouçamos ao joven Brasil suas queixas, e applicuemos-lhe o remedio que nos dicte o bom senso e a historia da formaçam das naçoens. Estudemos bem o nosso territorio; e á vista delle tratemos de organizar uma administraçam mais facil, mais economica, e um systema de colonisaçam proprio a civilisar a naçam e a formal-a.<sup>170</sup>

Dessa citação podemos depreender que, tomando por base o *bom senso e a historia da formaçam das naçoens*, Varnhagen revela seu inconformismo em observar que os políticos brasileiros, demasiado embebidos no estudo de livros estrangeiros, acabam por tentar aplicar no Brasil leis formuladas em outros países com realidades diferentes da do Império, nas palavras do autor, *traduzir leis e citar a Inglaterra e macaquear os Estados-Unidos*. Não era prudente lançar *promiscuamente sobre o mato todas essas sementes de plantas e flores exoticas, embora magníficas* numa terra que não estava *roçada nem convenientemente preparada*, o resultado dessa “distração”, ou “espírito de imitação” como denomina, consistia em não estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil e implicava na adoção de leis inúteis, sem aplicação ou mesmo contraditórias ao que era necessário. Essa situação seria produto da “falta de coragem política” que acometia os dirigentes imperiais, e que facilmente se explicava pelo receio de prejuízos nas eleições da legislatura seguinte; consubstanciando-se numa sucessão de ministérios e legislaturas, “mandando mais ou menos todos, poucos governando”<sup>171</sup>.

*Ouçamos ao joven Brasil suas queixas, estudemos bem o nosso território e tratemos de organizar uma administraçam mais facil, mais economica, e um systema de colonisaçam proprio a civilisar a naçam e a formal-a*, foi com esse intento que Varnhagen redigiu o Memorial Orgânico. Nesse âmbito ele mesmo reconhece que “temos dito muito mal; mas temos dito muitas verdades; porque não nos propuzemos adular o que julgamos vicioso. Puzemos o dedo em varias chagas do paiz para accusar dellas a existência”, em seguida justifica tudo em nome do patriotismo, o que lhe impulsionava a buscar soluções para “curar” os “males” de que o país sofria e que lhe permitia dizer essas *muitas verdades* e pôr o *dedo em varias chagas do paiz para accusar dellas a existência*, afinal

<sup>170</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil**. (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 4.

<sup>171</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I). p. 358.

dizemos o mal para que elle se conheça e se trate de sua cura. Se julgássemos um só desses males incuravel, teriamos igualmente patriotismo bastante para occulta-lo, e se vissemos que elle produziria a infallivel morte da patria, tambem a amamos bastante para que tivéramos a coragem de caladamente morrer com ella.

Por fim alerta sobre a urgência em que “se adoptem os meios que propomos ou se adoptem outros, o essencial é tratarem-se radicalmente os males apontados”; lembra da missão que acreditava pertencer à D. Pedro II, terceiro soberano do Brasil e nascido no Novo Mundo, exatamente a de organizar e assegurar o seu vasto Império; enfatiza a importância de se cultivar “por tanto, actividade, ordem e governo, e nada de adulações que vexem a modesta patria!”, pois Varnhagen condenava particularmente os “aduladores”, que para ele “longe de fomentar o patriotismo, occasionam a incuria e o deleixo”. Então recomenda entusiasticamente: “Perseverança, valor político, olhos no futuro – e adiante!”<sup>172</sup>. Uma espécie de “receita” para o desenvolvimento e transformação do Império do Brasil numa Nação compacta e civilizada.

Nesta fase da *Transação*, se nos remetermos à periodização elaborada por Justiniano José da Rocha, perceberemos que da mesma forma que o panfleto do jornalista, o Memorial Orgânico do Sr. Varnhagen objetivava alertar os estadistas brasileiros para a realização imediata das medidas que propunha na busca pela conquista da civilização. Nas palavras do jornalista conservador, sem mais lutas entre os princípios democrático e monárquico

A fase da transação é, pois, a que exige mais prudência, mais tino, mais devoção nos estadistas a quem é confiada a força governamental e a alta direção dos públicos negócios; pois se a não sabem ou não querem reconhecer, se a não querem ou não sabem facilitar, se ainda mais a contrariam, provocam calamidades a que depois não há sabedoria que possa acudir.<sup>173</sup>

Fazia-se necessário, pois, *acudir* e solucionar os *males* que afetavam o Império para garantir a tranquilidade e a ausência de *calamidades*.

Expostas estas considerações sobre o “porquê”, resta agora indagar o “como” *curar os males* do Império, assim, como organizar o Império do Brasil nos moldes de uma Nação compacta? Quanto a essa questão Varnhagen, feita a *justificação do que fica(ou) dito*, propõe

<sup>172</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 357-359.

<sup>173</sup> ROCHA, Justiniano José. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES Jr, Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 160.

suas *soluções e remédios*. Os “pensamentos felizes” citando Humboldt <sup>174</sup>, para quem muitas teorias necessitam às vezes de séculos para serem entendidas e realizadas; o que a julgar pela pressa exposta nos parágrafos anteriores, não era bem a expectativa de Varnhagen esperar muito tempo pela adoção do que propunha, apesar de afirmar que “nam ambicionamos colher delle as palmas, mas a gloria, se gloria nos couber, venha ella ainda que seja daqui a séculos, e sobre a triste sepultura”. <sup>175</sup>

### 3.2 Território e soberania nacional no “*secullo oscillatorio*”

*“o território do Império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é de mais a mais não só um direito fundamental, mas um dogma político. E um atributo sagrado de seu poder e de sua independência; é uma das bases primordiais de sua grandeza exterior.”*

*(José António Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, 1824)*

No século XIX muitos compartilhavam da opinião de José Pimenta Bueno, que pode ser observada no trecho citado acima. O território era considerado não apenas *a mais valiosa propriedade* do Império, mas também *uma das bases primordiais de sua grandeza exterior*. Como *atributo sagrado de seu poder e de sua independência*, sua *integridade* e sua *indivisibilidade* constituíam *não só um direito fundamental, mas um dogma político* que deveria ser assegurado pelo Estado. A fala é de 1824, portanto, do período imediatamente posterior à proclamação da Independência, onde se estava buscando lançar as bases para a construção do Estado brasileiro. Um país independente que desde já se preocupava em constituir-se num território uno e indivisível; e que, com tantas potencialidades, tinha condições de se transformar brevemente num “poderoso Império”.

De acordo com Maria de Lourdes Lyra, a ideia da construção de um “poderoso Império” foi reanimada quando da transferência da Corte portuguesa para a Colônia brasileira. O evento de 1808 marcaria uma mudança profunda nos destinos tanto da futura ex-metrópole quanto do posterior Império independente. A mudança do centro administrativo de Lisboa

<sup>174</sup> Alexander von Humboldt, geógrafo, filósofo, historiador, explorador e naturalista alemão que realizou inúmeras expedições naturalísticas ao redor do mundo e é considerado o fundador da moderna geografia física. Sua principal obra, “Cosmos”, é uma condensação do conhecimento científico de sua época, onde os grandes ideais do século XVIII são recuperados e combinados com as necessidades científicas do século XIX.

<sup>175</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte II). p. 4.

para o Rio de Janeiro consequenciou um esforço para a manutenção da unidade política do vasto território sob a dominação lusitana, e a partir daí observou-se uma grande ênfase acerca das potencialidades do Brasil, “um Estado de dimensões continentais, possuidor de natureza exuberante, rios caudalosos, terra fértil, riquíssimo subsolo – condições prenunciadoras de fabulosas fortunas e, por consequência, de um radioso futuro”<sup>176</sup>, fazendo surgir adjetivações como “grande”, “vasto” ou “poderoso Império” para identificá-lo. Em outro extremo, enfatizar e explorar o potencial disponível nas possessões do Novo Mundo dava ao Reino de Portugal a grande chance de se salvar da tenebrosa crise econômica que o acompanhara até a América.

Como um projeto criado pelas ideias ilustradas do século XVIII, a *utopia do poderoso Império* de que trata Lyra, objetivava inicialmente a unidade luso-brasileira para assegurar a efetivação do “poderoso Império”, mas com os conflitos nas Cortes portuguesas na década de 1820, e, sobretudo após 1822 e a ruptura com a mãe-pátria, Portugal<sup>177</sup>; a “utopia” se redefiniu e a proposta de um “poderoso Império” atlântico luso-brasileiro deu lugar a proposição de um “poderoso Império brasílico”, favorecendo a concentração dos esforços no fortalecimento da união entre as províncias, para a formação do Estado Nacional brasileiro.

Abordando sobre temática semelhante Ilmar de Mattos aponta a existência de uma descontinuidade, e sugere a ideia do que chama “de um Império a outro”, isto é, evidenciar as descontinuidades entre *um Império*, o Império luso americano, e *outro*, o Império do Brasil; entre um projeto que visava “costurar os retalhos” para transformá-lo num “tecido” único, e os eventos ocorridos na primeira metade do século XIX, como a transferência da Corte para os trópicos, a emancipação política, o Primeiro Reinado e a abdicação de D. Pedro I, que lograram uma concretização diferente.<sup>178</sup>

É desse “poderoso Império” brasileiro que Hipólito da Costa fala na citação que está em epígrafe no início deste capítulo e que recuperaremos agora: *e assim lançariam os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam*. Como se pode

<sup>176</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **A utopia do poderoso império**. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. 21.

<sup>177</sup> Segundo Maria Odila Dias “a consumação formal da separação política foi provocada pelas dissidências internas de Portugal, expressas no programa dos revolucionários liberais do Porto e não afetaria o processo brasileiro já desencadeado com a vinda da Corte em 1808”. Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: \_\_\_\_\_. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Falameda, 2005. p. 12.

<sup>178</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil**. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, 2004, v. 2, p. 729.

perceber todas as características mencionadas pelo jornalista nesse trecho se referem a um mesmo aspecto, o território. O mesmo território sobre o qual Varnhagen, indicando que de imediato se pusessem um fim nas *adulações*, fez a seguinte análise

Se acaso censurais ou lamentais este ou aquelle vicio na administração, este ou aquelle cancro consumidor do paiz, nunca faltara uma voz que vos diga: “Ora! O paiz é grande: temos muito recursos; no futuro seremos e aconteceremos, &c.” – Desgraçados! E que havemos de ser, se não pomos de nossa parte os meios? – Quereis natureza tão fecunda quanto a nossa? – Ahi tendes toda a Guiné, ahi tendes a maior parte da Asia... E que valem esses paizes? Nada, quando seus habitantes nada para isso concorrem. Por ventura a natureza portentosa do Brasil não era a mesma na época do descobrimento? – E que era o Brasil com seus indigenas? – O mesmo que seria daqui a tres seculos se desde hoje nos votassemos todos ao abandono...<sup>179</sup>

Varnhagen começa censurando os “bajuladores” que ao ouvirem o lamento acerca das “enfermidades” de que sofre o país preferem se omitir atrás de um otimista *Ora! O paiz é grande: temos muito recursos; no futuro seremos e aconteceremos*, do que efetivamente trabalharem para o desenvolvimento da Nação. A tal demonstração o paulista responde com um sonoro *Desgraçados!*, indagando *o que havemos de ser, se não pomos de nossa parte os meios?* É neste momento que Varnhagen lança mão do argumento que melhor representava o que concebia como a grande riqueza a ser explorada no país, *Quereis natureza tão fecunda quanto a nossa?*, o que o faz voltar à crítica exposta no início: *por ventura a natureza portentosa do Brasil não era a mesma na época do descobrimento? – E que era o Brasil com seus indigenas? – O mesmo que seria daqui a tres seculos se desde hoje nos votassemos todos ao abandono...*

Explorar a *natureza tão fecunda* com a qual a “Providência” parecia ter agraciado o Brasil era o caminho para o desenvolvimento do país, mas um desenvolvimento que só seria possível se se pusesse de *nossa parte os meios*, e por *meios* entendia-se o melhor aproveitamento possível do potencial do território que era exatamente a *natureza fecunda*. A não observância deste fato fazia Varnhagen lamentar

[...] quando ouvimos proferir grandes elogios à prosperidade do Imperio, uma dôr profunda se apodera de nós, vendo o que elle é, e o que podia, - o que devia ser. Logo nos vem á idéa de que sendo o Brasil maior que 250 Belgicas juntas, produz uma receita menor do que o reino politicamente mais insignificante da Europa.<sup>180</sup>

<sup>179</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I). p. 357.

<sup>180</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 358.

Era revoltante para o autor reconhecer que um país de dimensões continentais como o Brasil possuísse uma receita menor que a da Bélgica, em sua avaliação *o reino politicamente mais insignificante da Europa*. A ideia do território extenso tinha relação direta com a própria concepção de Império em vigor quando da formação e consolidação do Estado Nacional brasileiro, o que Ilmar de Mattos denomina de “lógica do poder territorialista”, característica marcante dos governantes ibéricos pela qual o poder se identificava com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, enxergando a riqueza e o capital como produtos da busca de expansão do território. No caso do Império brasileiro esse domínio ilimitado, um dos fundamentos básicos da ideia de Império, se revelou impossível de acontecer, principalmente em virtude da atuação de um outro Império, o britânico; basta recordarmos da limitação imposta pela Grã-Bretanha ao projeto de declaração da Independência e anexação de Angola ao Império do Brasil ainda no Primeiro Reinado.<sup>181</sup>

A tristeza que se abatia sobre Varnhagen em perceber o que o Império era e *o que podia, e que devia ser* era o produto de uma equação onde se somavam a *falta de vontade política* e a ineficiente administração do maior bem do país, o seu vasto território, levando ao desanimador diagnóstico de que *“o Brasil declarou-se independente; proclamou o Imperio; e depois de um quarto de secula acha-se quasi na mesma; e com mais ar de colonia, ou antes de muitas colonias juntas que de nação compacta”*. Essa constatação da pouca mudança que o Império conheceu desde a Independência constituía uma das “chagas do paiz” que Varnhagen detectou em seu exame.

Após a Revolução Francesa o conceito de Nação se associou fortemente ao conceito de Estado, tornando-se o elemento-chave de uma nova organização política: o Estado-Nação. A partir de então o território deixou de ser identificado como propriedade ou patrimônio do monarca, passando a ser concebido como um elemento de expressão da soberania de uma coletividade, a Nação. Sua existência e manutenção dependiam, entre outros elementos, da integridade e unidade do território que a representava, o que tornava o território um instrumento valioso na associação entre soberania e Nação.<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op., cit. p. 731-733. A atuação da diplomacia britânica na política do Brasil foi intensa. Por meio de um tratado firmado entre D. Pedro I e D. João VI a Inglaterra reconhecia e aparecia como fiadora da Independência do Brasil, “em troca” expulsaria o novo Império das terras africanas; pondo um freio na crescente presença brasileira na África.

<sup>182</sup> JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar**: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta. . (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013. p. 58.

A defesa da unidade e da contiguidade do território, em poucas palavras, tornou-se uma das mais importantes formas de expressar a soberania nacional do Império brasileiro que se pretendia construir em meados do século XIX. Contudo o fato de o país permanecer *com mais ar de colonia, ou antes de muitas colonias juntas que de nação compacta* evidenciava a fragilidade, ou mesmo a não existência dessa unidade, configurando, portanto, uma ameaça à soberania da Nação. Varnhagen continua a chamar atenção nesse ponto ponderando que

Como colonia vende seus productos á porta de casa; e como colonia se sustenta, e vive quasi exclusivamente do commercio exterior. Com tanto territorio fertilissimo de sertão continua a descuidar este, e a esquecer-se de que só d'ahi lhe pódem vir solidos recursos, e legitima segurança e energia. Convençamo-nos que é da maior urgencia proteger por todos os modos o commercio interno, e nivelal-o ao menos ao commercio maritimo, a fim de que a riqueza publica e o bem estar dos subditos brasileiros dependa o menos possivel do commercio externo, e possa o Brasil n'uma crise nutrir-se a si mesmo.

183

Aqui Varnhagen suscita uma “chaga” de ordem econômica que afetava o Império, a de viver *quasi exclusivamente do commercio exterior*. Tal situação era prejudicial ao desenvolvimento e ao próprio futuro da Nação, pois no caso de uma crise, por exemplo, o país não teria condições de *nutrir-se a si mesmo*, dada a falta de um comércio interno que gerasse riquezas e ajudasse a garantir o bem-estar dos *subditos brasileiros*. A solução apresentada por Varnhagen é a de aproveitar o *territorio fertilissimo de sertão*, único local de onde poderiam vir os *solidos recursos, e legitima segurança e energia*. Varnhagen acreditava tanto no potencial produtivo do sertão brasileiro que via nele o espaço de onde adviria os recursos para a sustentação da economia nacional, juntamente é claro com a indústria que também se desenvolveria a partir da ocupação dos imensos vazios e da sua conseqüente exploração. O *fertilissimo* interior carregaria o futuro da Nação. Mas o sertão ainda legaria para o Império outra força essencial: a *segurança*. E é pensando nisso que o historiador propõe que seja mudada a capital do litoral para o interior.

Tudo isso estava ligado à crença de que o Império ocupava um lugar distinto entre as Nações, e que esse fato decorria de sua posição geográfica “no centro do mundo civilizado”, daí a ideia de que o país marchava para o progresso e a civilização. A importância atribuída ao território, entre outros fatores, conduzia ao entendimento do Império como um corpo uno, único e indivisível, dirigido por uma elite ilustrada que devia conter a Nação brasileira, no

---

<sup>183</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 358.

dizer de Ilmar de Mattos “a associação de todos os brasileiros” embora se tivesse clara a fragilidade da coesão dessa população, resultante principalmente da existência e preservação da instituição que a sustentava que era a escravidão. Instituição que “reproduzia-se porque reproduzia os interesses e as concepções dos grupos dominantes e dirigentes da sociedade”. Então, “se a nação não se apresentava como um corpo uno e indiviso, e assim negava a sua definição moderna e revolucionária, o território do Império devia ocupar o seu lugar, sendo a sua integridade e indivisibilidade um dogma político”<sup>184</sup>.

A metáfora do Império enquanto corpo está expressa no próprio título do opúsculo de Varnhagen: Memorial, algo que se pede para lembrar, Orgânico, relativo aos órgãos ou membros de um corpo; fazendo, assim, do Império um organismo vivo constituído a partir da associação de um conjunto de órgãos e membros. Em outros termos as medidas indicadas por Varnhagen tinham por finalidade fortalecer todo o corpo do Império através da harmonização entre as partes que o compunha, as províncias.

Desse modo se voltarmos ao início deste tópico veremos que quando o Marquês de São Vicente escreveu que *o território do Império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade; a integridade, a indivisibilidade dele é não só um direito fundamental, mas um dogma político, um atributo sagrado de seu poder e de sua independência; e uma das bases primordiais de sua grandeza exterior*, ele estava apenas reproduzindo o pensamento que se refletia no mundo político e intelectual do “oscillatório”<sup>185</sup> século oitocentista brasileiro.

### 3.3 A “abóbada imperial”

*“O discurso sobre o território na [...] organização administrativa do Império adquire um papel relevante no processo de edificação da Nação Brasileira, [...] pois sua unidade contribui para elaborar uma identidade coletiva ao aproximar e reforçar os laços entre todos aqueles que habitavam e circulavam por este espaço delimitado.” (Leandro Janke. Lembrar para mudar, 2010)*

A crença num destino promissor para o Brasil revelada no pensamento de Hipólito da Costa já exposto aqui permanecia atual na metade do século XIX. A ideia de se construir um “poderoso Império” brasileiro não estava de todo morta, talvez tomando as proposições do

<sup>184</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 84-86.

<sup>185</sup> Nome pelo qual Varnhagen se referiu ao século XIX em alguns escritos seus; provavelmente enfatizando o caráter nada constante da época.

Memorial Orgânico seja possível dizer que houve uma ligeira mudança de nomenclatura, de “poderoso Império” para “Nação compacta”. Em ambos os casos, dada a viabilidade ou não da suposição, um território bem definido, com fronteiras bem delimitadas e defendidas, e interligado por uma eficiente rede de comunicações; eram condições primordiais para tal empreendimento, tendo em vista que caracterizavam a soberania de uma coletividade: a Nação brasileira.

Analisar projetos de administração e organização do território é um importante instrumento para se interpretar sob quais elementos um Estado se constrói e se consolida. Um território que, como ideia, não se limita ao seu sentido geográfico, mas que lança luz sobre a forma como um grupo ou sociedade transforma esse determinado espaço geográfico segundo seus próprios interesses. Então como organizar um país de dimensões continentais como o Império do Brasil?

No Memorial Orgânico Varnhagen aborda as dificuldades encontradas pelas províncias a respeito de suas redes de comunicações

As provincias fazem alguns esforços, mas ellas nem tem recursos bastantes para um plano em grande, nem pódem combinar este com os das mais provincias, de um modo que resulte o bem do Imperio todo. Não temos meios de communicar o norte com o sul do Brasil senão por agua; e se hoje soffressemos um bloqueio não chegariam ordens da capital a Pernambuco, ou ao Maranhão, senão no fim de muitos mezes.<sup>186</sup>

Nesta citação Varnhagen aponta para o dever do Estado em operar a melhoria no sistema geral de comunicações terrestres, posto que, embora se esforçassem, as províncias não tinham recursos suficientes para desenvolverem um plano de comunicações capaz de interligar as mais diferentes e distantes regiões do país. A forma de comunicação mais usada no Império era o de cabotagem, ou seja, o transporte era feito pelo mar, o que, em caso de um bloqueio sofrido pelo país, cortaria ou mesmo impossibilitaria o contato entre as províncias, Varnhagen exemplifica que *se hoje soffressemos um bloqueio não chegariam ordens da capital a Pernambuco, ou ao Maranhão, senão no fim de muitos mezes*. Na concepção do autor a ligação mais eficiente entre as partes do território significava também garantir a “integridade do Imperio, a unidade nacional, (que) nam será effectiva duradoura, em quanto ella nam proceda de uma frequência de relaçãos entre as provincias, a qual nunca é bem feita

---

<sup>186</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I), p. 361.

por mar”<sup>187</sup>. Falha na comunicação implicava, portanto, em falha na defesa do território e por extensão da unidade da Nação, o que no tabuleiro de xadrez do Império poderia decretar xeque-mate; e não a favor do país tropical.

Parte da solução do problema estava na construção de uma estrada imperial que ligasse o norte e o sul do Império, e na segunda parte do opúsculo Varnhagen acrescentou que essa estrada deveria ser acompanhada de uma linha de telégrafos, *duas medidas de salvação para o Brasil*, como se observa no trecho abaixo

Necessitamos pois, e quanto antes, abrir a estrada imperial que propozemos para comunicar o norte com o sul do Império, e que , para ser mais facil, tem de ser traçada da banda de dentro, isto é, pelas vertentes occidentaes, da serra geral ou do Mar. Consideramos a abertura desta estrada, e o acompanhá-la de uma linha de telegrafos, duas medidas de salvação para o Brasil .<sup>188</sup>

Nota-se que o autor inclusive explica a melhor forma de ser traçada essa estrada. Contudo além da abertura urgente dessa estrada visando manter a integridade do Império, era indispensável se construir também pelo menos uma estrada de ferro, “estrada de ferro-carriz”, caso se quisesse fomentar a colonização dos vastos e férteis sertões que permaneciam como imensos vazios populacionais. Varnhagen dizia desejar ver o Brasil cruzado de estradas de ferro, mas tinha a consciência de que tal intento era tão difícil que preferia lembrar o que era possível por enquanto: uma ao menos. Os “carris de ferro” dariam saída até o mar de todos os produtos do vale do Rio São Francisco e da província de Minas Gerais. Concluindo o seu raciocínio o Sr. Visconde destaca que essa estrada de ferro era essencial na medida em que iria pôr em contato imediato a nova capital do Estado com o porto do litoral (que não identifica), fazendo da comunicação algo mais barato e rápido.

Agora retomemos a seguinte afirmação de Varnhagen: *As provincias fazem alguns esforços, mas ellas nem tem recursos bastantes para um plano em grande, nem pôdem combinar este com os das mais provincias, de um modo que resulte o bem do Imperio todo*. Como vimos esse trecho elucidada o problema da falta de comunicação entre as partes do Império, mas não apenas isso, ele também alerta para a necessidade de se fazer uma redivisão das províncias. O argumento do autor é o de que a má divisão então vigente dava território e consequentemente recursos abundantes para algumas províncias, ao passo que outras não dispunham de tal “benesse”.

---

<sup>187</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil**. (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 5.

<sup>188</sup> Ibid. p. 5.

Propondo uma nova divisão do território, Varnhagen expôs o atual estado dos limites do Império afirmando que “é bem sabido no Brasil como em toda a extensíssima fronteira do Imperio os nossos limites estão por assignar de um modo terminante. – Annullaram o sabio tratado de 1750, caducou o de 1777, e o Imperio só esta devidamente limitado pelo Oceano”<sup>189</sup>, situação que acreditava ser tão desagradável para o Brasil como para os vizinhos. Na década de 1850, e nas que se seguiram, o Império permaneceu às voltas com um estado de fronteiras indefinidas. Essa citação de 1851 ilustra bem a situação na qual se encontrava os limites externos do Brasil, e o sentimento de Varnhagen a respeito, com a anulação das disposições do Tratado de Madri e do ultrapassado Tratado de Santo Ildefonso, de 1750 e 1777 respectivamente, ambos de um século antes da data em que escreveu seu opúsculo.

Varnhagen nutria um sentimento especial com relação ao Tratado de Madri, e isso foi algo que caracterizou o pensamento no início do século, o de monumentalizar o Tratado de 1750 como documento principal na delimitação dos limites do Império porque ele expressava uma dupla herança: a geográfica se referindo aos atributos naturais do território, e a histórica porque remetia ao desbravamento e a colonização portuguesa<sup>190</sup>. Como já vimos, Varnhagen tinha o Império do Brasil como um herdeiro de Portugal.

O Visconde de Porto Seguro então se volta para os vizinhos sul-americanos. “Com as republicas hispano-americanas há que adoptar por base o direito de posse, e por auxiliares os tratados de 1750 e 1777, e os respectivos trabalhos dos commissarios demarcadores”<sup>191</sup>, isso decorria do fato de que Varnhagen defendia a utilização do princípio do *uti possidetis* para a demarcação das fronteiras do Império, daí frisar a adoção do *direito de posse* com relação a delimitação territorial com esses países. Porém, usar o *uti possidetis* como determinante na demarcação das fronteiras sul-americanas suscitava grande debate e até reprovação por parte de muitos políticos do Império, deve ser por esse motivo que Varnhagen fez questão de acrescentar à sua proposta de utilização do princípio o auxílio dos tratados de 1750 (Tratado de Madri) e 1777 (Tratado de Santo Ildefonso) e os *respectivos trabalhos dos commissarios demarcadores*.

Demétrio Magnoli ressalta que o poder imperial no Brasil surgiu como resposta à ameaça da desintegração republicana, um instrumento de unidade política e territorial de um

<sup>189</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 359.

<sup>190</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op., cit. p. 731.

<sup>191</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I). p. 364. Pelo princípio do *uti possidetis* o direito de posse da terra era dado a quem primeiro a ocupasse.

território que não estava assegurado. Assim, no início do século XIX o programa da unidade lançado pelo governo imperial solicitava também a produção de um certo “território imaginário” capaz de funcionar como plataforma de sua política de fronteiras, e a doutrina das fronteiras naturais tinha servido justamente como a base dessa política de fronteiras do Império, que por sua vez teve como sustentação os tratados de fronteira firmados entre as Coroas ibéricas na segunda metade do século XVIII. Os documentos gerados pelas comissões portuguesas, isto é, trabalhos de reconhecimento de campo e a cartografia empreendida pelas comissões de limites, constituíram-se “em fontes de produção de um “território imaginário”, circunscrito por acidentes naturais e vertebrado pela noção da unidade das bacias do Prata e do Amazonas”. Tendo nos trabalhos de Duarte da Ponte Ribeiro, “o fronteiro-mor do Império”, a fonte de elaboração da doutrina imperial dos limites, todas as cartas imperiais do Brasil se basearam nos mapas de Ponte Ribeiro, e estas funcionaram até a época do gabinete Rio Branco como documentos de prova nas negociações e arbitragens das questões de limites. Nesse sentido Magnoli conclui que

O “território natural” representado pela cartografia tornou-se – com a exceção significativa da Cisplatina – o território político brasileiro. Através das sucessivas confrontações militares na área platina e dos tratados fluviais e de limites na área amazônica, o Império aferrou-se, com coerência e firmeza, à imagem do país configurada naqueles documentos cartográficos e sustentada pela doutrina das fronteiras naturais. O Estado imperial concluiu, assim, o programa de construção da unidade que constituiu, em grande medida, a sua razão de existência.<sup>192</sup>

Com a Venezuela e o Equador parecia não haver problema, desde que todas as vertentes dos Rios Branco e Negro continuassem pertencendo ao Brasil; com Peru e Bolívia haveria uma certa barganha, talvez pudesse ser oferecido à primeira República algum território sobre o Amazonas, então esta cederia à Bolívia uma área equivalente sobre o mar, Cuzco ou o lago Titicaca, que por sua vez indenizaria o Brasil com todas as vertentes da margem esquerda do Guaporé até confluir com o Magdalena ou Chiquitos, e um terreno sobre a margem direita do Jaurú. Nesse momento Varnhagen adverte que não se deve excluir da República boliviana um pedaço do Rio Paraguai em sua fronteira, pois o país seria mais um

---

<sup>192</sup> MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. **Terra Brasilis** (Nova Série), 4-5, 2003. Disponível em: <<http://terrabilis.revues.org/343>>. Acesso em: 14 jan. 2013. p. 7-8.

aliado do Império em uma possível questão com a Argentina sobre a navegação no Prata. Do Peru o Brasil ainda poderia adquirir todas as vertentes e cabeceiras do Rio Purús.<sup>193</sup>

É nítido como Varnhagen dava importância a questão das margens e cabeceiras dos rios, “fronteiras naturais”, será essa inclusive um dos fundamentos de sua proposta de redivisão do território. Com relação à Argentina e o Paraguai nada disse, sobre a República do Uruguai afirmou

Convém esperar ver em que param os negocios de Montevidéo. Se a medianeira Inglaterra não garante a republica montevideana creada pelos preliminares de 27 de agosto de 1828, a provincia Cisplatina tem de voltar ao Brasil, ainda mediante uma nova guerra, e procurando pôr á frente de nosso exercito um general mais feliz, rogaemos a Deus abençoe nossas armas.<sup>194</sup>

Observemos que nesse trecho o Sr. Visconde demonstra um aguardo, *convém esperar ver em que param os negocios de Montevidéo*, e também a sinalização de um conflito armado legítimo, caso a Inglaterra, país que mediou a desanexação da Província Cisplatina do Brasil, não garantisse a estabilidade necessária a existência da República de Montevidéu. Na visão do autor, a Província Cisplatina tinha de voltar a pertencer ao Brasil mediante uma nova guerra. Varnhagen até faz uma prece nesse sentido: *quer ver á frente de nosso exercito um general mais feliz, e rogaemos a Deus que abençoe nossas armas.*<sup>195</sup>

---

<sup>193</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 364-365.

<sup>194</sup> Ibid. p. 365.

<sup>195</sup> Demétrio Magnoli explica que a geografia, a cartografia e o mapa desempenharam funções cruciais na narrativa da unidade, posto que a unidade realizar-se-ia plenamente pela delimitação de um território nacional contido no interior das fronteiras políticas; nesse sentido a doutrina das fronteiras naturais funcionou como chave organizadora da narrativa de construção do território nacional brasileiro. Essa narrativa foi uma obra coletiva da elite imperial emanada de um olhar dirigido para o passado colonial, e o mito da Ilha-Brasil foi quem a inspirou e forneceu os argumentos para a sua legitimação. A Ilha-Brasil foi engendrada como mito territorial inscrito na narrativa nacional ao longo do século XIX e basicamente consiste na atribuição de um território natural para o Brasil definido pelos cursos dos rios Uruguai, Paraguai, Guaporé e Mamoré e pelo vale drenado pelos afluentes do Amazonas. Na História de Varnhagen a descrição do território brasileiro aparecia associada a essas “fronteiras naturais”. O Império brasileiro, engajado na delimitação e consolidação das fronteiras políticas, utilizou o mito da Ilha-Brasil como fonte de legitimação da sua política de fronteiras, sendo a ocupação da Banda Oriental e a sua incorporação como Província Cisplatina, talvez, o exemplo mais nítido da relevância prática e ideológica da noção de “fronteiras naturais” no momento em que se constituía o Estado brasileiro. A explicação era a de que a Banda Oriental localizava-se a leste do Rio Uruguai e, portanto, no interior da “Ilha brasileira”. As considerações políticas conjunturais que deflagraram a incorporação da Cisplatina foram, quase sempre, justificadas com base no “direito natural” brasileiro à soberania sobre a margem esquerda do Rio da Prata. Assim, a narrativa nacional brasileira entalhou a pátria na natureza, produzindo um território prévio, anterior à própria colonização, definido pelo desenho premonitório dos rios; tornando toda a colonização portuguesa num vasto resgate do Brasil natural que se completou através do Tratado de Madri, e o Estado independente como depositário dessa unidade ancestral que devia ser defendida. Ver: MAGNOLI, Demétrio. Por uma arqueologia da narrativa nacional. **REVISTA USP**, São Paulo, n.49, p. 134-142, março/maio 2001.

Embora tenha ganhado dos seus críticos a “fama” de homem extremamente belicoso, apologista da guerra; pelo menos no Memorial Orgânico só em dois momentos (uma vez em cada edição) Varnhagen menciona e defende a deflagração de um conflito desse tipo. Diferente dos rotuladores, Américo Lacombe o viu apenas como um indivíduo preocupado com a segurança da fronteira externa, numa época de “paz armada”<sup>196</sup> onde fronteiras mal delimitadas ainda preocupavam o governo brasileiro. De todo modo em se tratando de limites Varnhagen dizia crer que qualquer Nação, por mais fraca que fosse, quando queria se tornar compacta sabia sacrificar no “altar da pátria” pequenos interesses, rivalidades e caprichos mesquinhos para o aumento de sua própria glória.

Ser uma “monarquia entre Repúblicas” se constituía num fator perigoso para um Estado que defendia a indivisibilidade do território. Enquanto do processo de emancipação da América espanhola surgiram várias Repúblicas independentes; no Brasil o fim da Colônia deu início ao Império, com a continuação do governo de um Bragança; uma “continuidade na ruptura”. Já mencionamos que a própria concepção de Império que se tinha perpassava pela existência de um território extenso. Extenso, mas bem dividido.

Nesse âmbito Varnhagen faz a seguinte declaração, síntese de seu descontentamento com a atual divisão das províncias

Todos sabemos, mais ou menos, as origens das provincias, e todos temos olhos para ver em qualquer mappa as suas desigualdades; isto é, a monstruosidade de umas, e a quasi nullidade de outras. E isto quando as estrellas do Imperio para seu uniforme regimem e movimento devem constituir uma constelação regular. [...] Muitas anomalias existem na actual divisão de territorio, e ninguem ignora que quase todas as provincias tem por algum lado um tanto em duvida sua verdadeira raia, e todos conhecem o facto tão curioso como ridiculo da povoação Pedras de fogo, da qual da mesma rua pertencem a Pernambuco as casas de um lado e á Parahyba as de emfrente.<sup>197</sup>

Se Varnhagen desejava ver as *estrellas do Imperio* (as províncias) formando uma *constelação regular* para constituir seu *uniforme regimem e movimento* (a monarquia), a realidade era exatamente o contrário ao constatar as desigualdades entre elas, ou como explicita, *a monstruosidade de umas, e a quasi nullidade de outras*. Varnhagen critica o fato de que a divisão territorial do Império ainda carregava resquícios dos limites estabelecidos durante o período colonial, como, por exemplo, a ocupação do litoral em detrimento do interior, deixando as províncias deste dependentes das daquele; o que não quer dizer que ao defender

<sup>196</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967. p. 147.

<sup>197</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I), p. 361.

uma nova organização administrativa voltada para o desenvolvimento do interior Varnhagen relegasse ao desprezo as regiões a beira-mar; pelo contrário estas deveriam levar aos sertões seus centros de atividade e se comportarem como empório de tudo o que fosse produzido pelo sertão. Mas o pior para o autor era perceber que depois da Proclamação da Independência quase ninguém tinha pensado a respeito da, em sua opinião, necessária divisão do território. O produto dessa operação era a dúvida que quase todas as províncias possuíam com relação à sua verdadeira fronteira; citando o que denomina *facto tão curioso como ridiculo* da povoação de Pedras do Fogo onde uma mesma rua pertencia ao Pernambuco e à Paraíba.

Uma das primeiras vantagens oferecidas por uma nova circunscrição provincial seria a de obter maior harmonia e igualdade na representação nacional, pois as províncias reduzidas equivaleriam a outros tantos círculos eleitorais. Ainda auxiliaria no equilíbrio do Estado pelo apoio que as partes, *as diferentes peças da monarchia brasílica*, dariam uma às outras, para o bem de todo; tal qual uma *abobada de volta inteira*. O historiador comenta que

as diferentes peças da monarchia brasílica para que esta se mantenha em equilíbrio devem ser, quando possível, de igual força e resistencia, á maneira das pedras de uma abobada de volta inteira, que sustentando-se e apoiando-se umas nas outras, conseguem sustentar o edificio todo. [...] Não haverá administração central que se entenda com as províncias, e que verdadeiramente governe, em quanto estas puxem cada uma para sua banda, e as grandes tratem de engulir as pequenas.<sup>198</sup>

Mas antes das vantagens havia os obstáculos. E o imediato era o da falta de mapas precisos do território nacional. Varnhagen atenta para o fato de que países civilizados como França e Bélgica possuíam estatísticas exatas, mapas claros levantados minuciosamente em grande escala, além de serem povoados segundo seu potencial produtivo. Nada mais distante da realidade do Império brasileiro, certamente pensava o Sr. Visconde ao se deparar com as escassas e nem tão confiáveis informações estatísticas que se podia fazer uso para empreender uma divisão territorial. Varnhagen resolve propor sua nova divisão adotando o curso dos rios, em especial os grandes rios que cortavam o Brasil: Amazonas, Prata e São Francisco, como linhas divisórias, a saber, as linhas de separação das vertentes das águas e as margens dos rios quando muito caudalosos, ou muito próximos à sua foz, sobretudo no mar.

O mapa que segue é bastante exemplificador quanto a proposta de Varnhagen em fazer uso do curso dos rios para reorganizar a divisão administrativa do Império.

---

<sup>198</sup> **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artística, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 361.

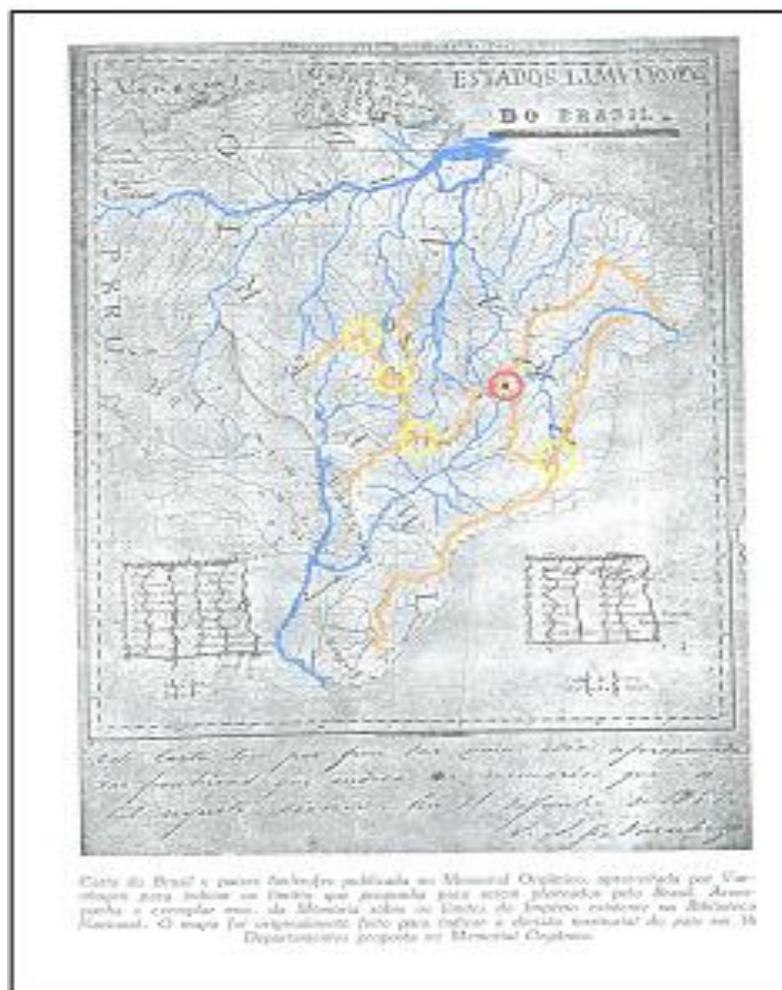


Figura 02: Originalmente esse mapa foi anexado por Varnhagen à primeira parte do Memorial Orgânico em 1849, para demonstrar a divisão territorial que propunha, possuindo inclusive, anotações do autor na parte inferior. Esta representação, contudo, é uma reelaboração do mapa destacando a posição dos rios. Fonte: MAGALHÃES, Luiz Ricardo. A utopia do centro na obra de Varnhagen. In: \_\_\_\_\_. **Brasília, a utopia do centro.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2004.<sup>199</sup>

Para determinar o tamanho e a organização das novas províncias Varnhagen se baseou nos seguintes princípios: a) dar a cada província uma extensão de território, população e riqueza proporcionais às das outras, para que gozem proximamente de igual importância, e possam ter condições de empreender obras maiores; b) dar um ou dois pontos de mar a todas as províncias, ou pôr a sua disposição os rios que melhor poderão aproveitar. c) para auxiliar no desenvolvimento dos recursos do interior, era preferível que se localizassem aí os centros governativos, isto é, as povoações em que estivessem a presidência ou ao menos o local onde

<sup>199</sup> O texto escrito na parte inferior do mapa diz: “Carta do Brasil e países limítrofes publicada no Memorial Orgânico, aproveitado por Varnhagen para indicar os limites que propunha para serem pleiteados pelo Brasil. O mapa foi originalmente feito para indicar a divisão territorial do país em 19 Departamentos proposta no Memorial Orgânico”, contudo não tomaremos esse mapa por base no concernente a divisão do território proposta por Varnhagen, pois diferentemente de 1849, a reedição de 1851 que estamos utilizando propõe 22 províncias. Ver: MAGALHÃES, Luiz Ricardo. A utopia do centro na obra de Varnhagen. In: \_\_\_\_\_. **Brasília, a utopia do centro.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2004.

se reuniam anualmente as Assembleias; isso estimularia a melhoria das estradas. Varnhagen ainda propôs que se alternassem as vilas do interior que iriam receber as Assembleias.<sup>200</sup>

Com o objetivo de *organizar uma administração mais fácil e econômica*, por entender que “uma lei razoável e clara de divisão territorial no Brasil é-lhe mais necessária do que o producto de quanto café recolhe”; Varnhagen propõe a nova divisão do Império em 22 províncias<sup>201</sup>. Como o Memorial Orgânico prioriza basicamente a organização e a defesa do Império, a **1ª província** seria um distrito militar na fronteira sul, podendo chamar-se **província da fronteira sul, do Uruguai, meridional**, ou outro; cujo presidente deveria residir preferencialmente em Bagé. Compreenderia o território de missões e as vertentes brasileiras do Rio Uruguai, continuando até a foz da Lagoa dos Patos. A **2ª província, São Pedro**, fora da área de fronteira poderia desenvolver melhor seus recursos, que envolveria ao sul e oeste todas as vertentes do Rio Grande e ao norte até a foz do Pepiriguaçu e as vertentes do Rio Uruguai. **Curitiba**, a **3ª província**, teria como centro a povoação de Ponta Grossa e limitando com Corrientes, a República do Paraguai e o Rio Paraná. A **4ª província, São Paulo**, compreenderia as vertentes do Tietê e do Rio Pardo, e seu centro regulador estaria melhor localizado em São Carlos ou Sorocaba.

**São Sebastião**, a **5ª província**, limitar-se-ia com São Paulo ao sul, e desde Jacareí até as águas do Paraíba. Indo das vertentes do Rio Grande até acima do Pardo, e para baixo até o Paraíba com a capital em São João ou Campanha, estaria a **6ª província, Campanha**. Compreendendo as vertentes das cabeceiras do Rio São Francisco e do das Velhas se localizaria a **7ª província, Minas**, além das cabeceiras do Rio de Belmonte até sua foz no mar, ao norte. A **8ª província, Principal**, partiria ao sul com a anterior e ao norte com a foz do Rio das Contas envolvendo as vertentes deste pelas duas margens seguindo pelo morro das Almas e altos as Serra da Chapada; compreendendo as vertentes do Rio Remédios e Verde, atravessando as vertentes do Rio da Palma e do Rio Tocantins. A **9ª província, São Salvador**, partiria pelo sul e o oeste como a antecedente e ao nordeste compreendendo todas as vertentes dos Rios Paraguaçu e Itapicurú. Compreendendo as vertentes do Rio São Francisco até encontrar a 7ª província (Minas), limitando-se ao norte com as Serras de Borborema e Garanhuns que separam as vertentes das águas, se localizaria **Barra de São Francisco**, a **10ª província. Pernambuco**, a **11ª**, iria desde a anterior e incluiria as vertentes do Rio das Piranhas.

<sup>200</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I). p. 386.

<sup>201</sup> Ibid. p. 382. Diferentemente da edição de 1849 em que propõe a divisão em 19 departamentos, em 1851 Varnhagen muda para 22 províncias. Aí incide a diferença fundamental entre as duas edições.

A **12ª província, Jaguaribe** (com Icó ou Maioridade como capital), compreenderia as vertentes do Rio Piranhas até o Rio Curú. As vertentes desde o Curú até a barra de Tutoia formariam a **13ª província, Novo Piauí** com a capital em Poti. Todas as vertentes cujas águas se dirigiam ao mar desde a foz do Parnaíba até o Gupuri, tendo Caxias como capital; aí estaria **São Luís do Maranhão**, a **14ª província**. Por ser mais central Cameté seria o melhor centro diretivo para a **15ª província, Pará**, compreendendo todas as vertentes desde o Gurupi ao Rio Pará e ao Tocantins; seguindo o Amazonas até o Xingu, e do Amazonas abaixo até chegar na fronteira do Império com a Guiana Francesa. **Novo Piauí**, a **16ª província**, com capital em Pastos Bons, ficaria delimitada pelas raias da 8ª e da 10ª províncias (Principal e Barra de São Francisco) com quem limita, e mereceria atenção especial do governo. Tendo seu governo na cidade de Goiás, a **17ª província, Goyazes**, compreenderia as vertentes do Araguaia e do rio das Mortes para baixo pelas duas margens até se separar com a 15ª (Pará).

Abrangendo as vertentes do Xingu, a **18ª, Paraguaio-Xingu**, ocuparia desde a foz deste com o Jeruena seguindo as águas do Tapajós, sendo assim a divisa até o ponto em que este rio passaria a pertencer a província. **Alto-Paraná**, a **19ª província**, ocuparia do Tacoary até a sua foz, e a capital se localizaria em Camapuã. Com a presidência em Obidos a **20ª província, Centro Amazônia**, limitar-se-ia com as Guianas estrangeiras e com a 15ª província, abrangendo as vertentes do Amazonas ao Madeira pela margem direita, a primeira cachoeira de Tapajós lhe serviria de divisão. A **21ª província, Madeira**, deixaria o nome de Mato Grosso para a cidade e seguiria pelo Rio Madeira. Por último **Rio Negro**, a **22ª província**, cuja continuação não consta na edição de 1851.<sup>202</sup>

Esta era a divisão de território que parecia mais apropriada à Varnhagen para desenvolver os recursos do Brasil, e que o mesmo ressalva lembrando que necessidades pediriam talvez novas subdivisões. Sem mais delongas nos contentamos com a justificativa dada pelo próprio Varnhagen acerca da não justificação minuciosa de tudo o que propôs: “Cremos dever passar por alto essa tarefa, que seria por certo ora mais enfadonha para o leitor do que para quem teve sempre presente tantos detalhes: baste dizer que as bases acima postas foram atendidas”<sup>203</sup>.

Feita a reorganização era hora de defender o território, assim lança o seu plano de defesa interna explicando que

<sup>202</sup> **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 382-386.

<sup>203</sup> Ibid. p. 389.

O nosso systema de defenza e conservação da fronteira funda-se principalmente na independencia em que deixamos as provincias fronteiriças, e na protecção que lhes daria o governo central. Essas provincias ficariam pois por em quanto constituidas em governos militares, e para ellas se destacarimam, além das forças competentes, os officiaes reformados, &c., que ahi vão augmentar a população e o consumo dos productos territoriaes.<sup>204</sup>

Por se tratar de uma região de fronteira, Varnhagen enfatiza a obrigatoriedade de se ter o melhor do exército resguardando a primeira província no sul do país, fazendo de Bagé o quartel general e construindo postos fortificados em Alegrete e Missões, pois essa parte era a que se apresentava mais suscetível a conflitos. Todas as províncias fronteiriças constituir-se-iam em *governos militares* ocupadas por *officiais reformados*, &c. Nas demais províncias o sistema de defesa poderia ser menos reforçado consistindo basicamente na ocupação de onde era preciso se povoar. Esses postos serviriam também para enviar forças para as fronteiras em caso de conflito.

Dentre os principais postos a serem ocupados na opinião de Varnhagen estavam a região de Camapuã que deveria conter uma grande povoação sendo a capital de uma província militar (19ª província); a foz do Rio Madeira a ser ocupada militarmente pois guardava três importantes rios, o Amazonas, o Negro e o Madeira, este último que poderia se tornar navegável dando acesso às Repúblicas do Peru e da Bolívia; e Obidos, a praça de guerra de maior necessidade para o Brasil, onde se estabeleceria um centro de colonização. Em se tratando de defesa a maior preocupação de Varnhagen era, portanto, proteger as províncias limítrofes, as áreas de fronteira. Diante do exposto o autor conclui que

para assegurar o Brasil de modo que este possa pelo menos fazer cara e bater o pé quando o insultem, em vez de se pôr a chorar, não vemos senão dous meios: ou o de uma respeitavel marinha de guerra, ou o da concentração de sua principal força no interior. Se não temos meios para rivalisar com os poderosos na primeira, sejam os segundo meio tão fortes como qualquer outro estado o seja.<sup>205</sup>

Estava pronta a *abóbada imperial*. Como as abóbadas que *apoiando-se umas nas outras, conseguem sustentar o edificio todo*, o Império organizado administrativamente teria maiores chances de suportar o peso de sua própria configuração marcada por um extenso território, e até quem sabe conseguir *fazer cara, bater o pé e rivalisar com os poderosos* em caso de insulto. Também de dar conta de sua diversidade populacional, assunto que estará em pauta no próximo capítulo.

<sup>204</sup> **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 389.

<sup>205</sup> Ibid. p. 390.

### 3.4 “A questão da capital: marítima ou no interior?”

“Que influência não exerce a posição de uma cidade sobre o destino de um povo inteiro! Às vezes por ela se explicará a elevação de uma nação.”

(Varnhagen. *A questão da capital: marítima ou no interior?*, 1877)

A ideia em si não era inédita. A mudança da capital do Brasil para o interior já era assunto debatido bem antes da publicação do opúsculo de Varnhagen; muito embora o historiador, “paulista de Sorocaba”, tenha escrito já em 1877, num outro trabalho intitulado “A questão da capital: marítima ou no interior?”, que não tinha, até então, notícias de que tal ideia houvesse sido defendida anteriormente<sup>206</sup>. De qualquer forma, Varnhagen não foi o primeiro, mas, certamente, foi o que defendeu de forma mais substancial a transferência da capital nacional para o interior; inclusive determinando a localização da cidade que deveria, na sua opinião, abrigar a sede política e administrativa do Império.

Paralela à reorganização administrativa das províncias estava a necessidade de se mudar a localização da capital, e nesse ponto Varnhagen escreveu em tom de alerta que

[...] hoje já não somos colônia; não necessitamos de estar em dependência de Lisboa, e que as vantagens de termos a capital sobre o mar não compensam a fraqueza e comprometimentos que dahi pôdem resultar para a nação, e que outras muitas vantagens se colheriam de a transferir para o interior [...].<sup>207</sup>

Varnhagen volta a insistir na questão de colher as *muitas vantagens* que o interior do país oferecia, dessa vez para defender a transferência da capital. Concluindo que o Brasil não mais era uma Colônia, não via nenhuma razão pela qual o centro administrativo do Império continuasse a se localizar *sobre o mar*, pelo contrário, via um grande problema, pois a posição que ocupava *não compensam a fraqueza e comprometimentos que dahi pôdem resultar para a nação*. Além de que

O Rio seria boa capital se o Brasil tivesse em vista absorver a África, assim como o seria a cidade de Cuiabá ou de Matto Grosso se nos quizessemos estender para o Occidente; ou Bagé se quizessemos ameaça os Estados do Sul. Mas se a nossa missam for só

<sup>206</sup> É possível notar certa contradição de Varnhagen com relação a este aspecto; pois na reedição da primeira parte do Memorial Orgânico pela Revista Guanabara, em 1851, o historiador escreveu que “Algumas dellas (medidas que propôs no opúsculo) como a da mudança da capital, já vem de longe. Vai buscar sua origem em Hypolito José da Costa no Correio Brasiliense, e em José Bonifacio De Andrada nos conselhos do Senhor D. Pedro I e na antiga constituinte”. Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 356.

<sup>207</sup> Ibid. p. 361.

conservarmos integro o territorio que era de nossos pais, e melhora-o quanto possivel, a capital n' um lugar forte e central é a melhor.<sup>208</sup>

Como o Império do Brasil à época não tinha como propósito conquistar e anexar novos territórios, a mudança da capital para um *logar forte e central* parecia ao menos auxiliar na conservação do território que já lhe era pertencente. Para fundamentar a necessidade do que propunha Varnhagen justifica utilizando exemplos de países europeus, que por questões de defesa tinham suas capitais longe do mar

Estão sim estas quator cidades á margem de rio; mas que esquadra se atreveria a percorrer o Tamisa, com todas as suas voltas, até chegar a Londres? – Que valem os barcos que pódem subir o Sena até Paris, ou o Elba e a Sprée até Berlin? – Quantos obstaculos não offerece o Baltico e o golfo da Finlandia a uma nação poderosa como a Russia para defender S. Petersburgo? [...] E o grande político, o senhor de quase toda a terra, Filippe II, vemol-o seculo e meio antes fixando sua capital em Madrid, e, com tão formidavel marinha como a que tinha, desprezando o magnifico porto de Lisboa (de que estava senhor) e a foz do Tejo, para se estabelecer nas cabeceiras deste rio.

Se até as consideradas “primeiras potências marítimas” do mundo não deixavam suas capitais à beira-mar, por que o Brasil que engatinhava na indústria naval deveria permanecer tendo o Rio de Janeiro como capital? Completa: “Uma cidade a bordado do mar é uma cidade na fronteira, e como tal mais exposta a ser insultada pelo estrangeiro”<sup>209</sup>; e o governo sabia bem a que Varnhagen se referia, nomeadamente, a invasão comandada por Duguay-Trouin na primeira metade do século XVIII, quando as esquadras francesas entraram na baía de Guanabara, um vexame antecipado para a cidade do Rio de Janeiro que se transformaria anos depois, 1763, em capital da Colônia.

A outra justificação era de ordem mais política. Varnhagen se mostra contente em perceber que

[...] o pensamento da transferencia tinha tudo a ganhar encontrando a sua verdadeira paternidade fóra de nossa humilde pessoa, - em autoridades tão superiores e tão antigas... Por quanto, se todos esses grandes vultos e estadistas do Brazil consideraram a realização do pensamento como praticavel, antes da epoca da independencia,

<sup>208</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil.** (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 7.

<sup>209</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I). p. 360-361. Em 12 de setembro de 1711 o corsário francês René Duguay-Trouin e suas esquadras adentraram a baía da Guanabara sem resistência militar, visto que as fortalezas haviam sido desguarnecidas três dias antes graças a uma notícia recebida pelo então Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais, que dava como falsa a notícia da chegada desta esquadra francesa. O sucesso do corsário custou caro à cidade, que necessitou pagar um considerável resgate pela liberdade, em novembro de 1711, de 610.000 cruzados em moeda, 100 caixas de açúcar e 200 cabeças de gado bovino.

quando ainda não existiam as estradas de ferro, ser-nos-há licito declaral-o utopia em nossos dias?...<sup>210</sup>

Dentre as *autoridades tão superiores e tão antigas* de que fala estão o “patriarca da Independência” José Bonifácio em memória à Constituinte de 1823, o jornalista “patriota” Hipólito José da Costa, e antes disso, já em 1810, o chanceler Vellozo de Oliveira. Sabe-se que quando da Independência falou-se em mudar a capital para um ponto mais central, todavia, alcançava a metade do século e nada de concreto, e quem “ousava” mencionar o assunto corria um sério risco de ser taxado como visionário ou utopista.

Mas se o Brasil não tinha nem “[...] coragem, nem força política, nem fe, para legislar a mudança da capital” tivesse pelo menos o ato de convocar a Assembleia Geral da Nação em outro ponto que não fosse o Rio de Janeiro, como o fizeram os reis da Espanha, da França, da Inglaterra e até o grande Imperador do Sacro Império Romano Germânico, Carlos Magno, em outros tempos. Dessa maneira todos os dirigentes conheceriam todo o Império e o ajudariam a desenvolver-se melhor, afinal “é necessario conhecer-se para se tomar mais interesse”<sup>211</sup>.

Sintetizando, vantagens de uma capital no interior segundo o Sr. Visconde: maior obstáculo à ataques inimigos; desenvolvimento das comunicações as “veias e arterias do Estado, que sem ellas definha e morre”, e do comércio entre as províncias do interior e as cidades marítimas, que geraria lucros internos; civilização do interior pelo contato com as cidades vizinhas ao mar, incorporando o gosto pelo luxo e a riqueza; fomento à agricultura e com o tempo a outros ramos da indústria fabril e manufatureira; conhecimento melhor do país, estímulo à imigração europeia para o Brasil, quando estes tomassem conhecimento da qualidade de vida que um lugar com clima tão favorável e ameno, semelhante aos ares mais finos do Velho Continente poderia proporcionar. Varnhagen acreditava haver

[...] logares mais apropriados que outros para desenvolver o vigor do corpo e do espirito, e que entre os trópicos esses logares nam podem deixar de encontrar-se nas chapadas elevadas, julgamos necessario autorisal-o, uma vez que a experiencia do que se passa no proprio Brasil é por muitos desconhecida.

Nesse período havia muitas teorias a respeito da influência moral do clima na vida das pessoas. Alguns dos autores, que inclusive Varnhagen cita no Memorial Orgânico, são os romanos antigos Vegécio e Políbio, o filósofo iluminista Montesquieu, e principalmente Mr. Foissac, em especial com o livro “De l’ influence des climast sur l’ homme” de 1837, a quem pertence a frase emblemática colocada por Varnhagen em “A questão da capital: marítima ou

<sup>210</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A questão da capital: marítima ou no interior?** Vienna: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877. p. 23-24.

<sup>211</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte II). p. 7.

no interior?” e que ilustra o início deste tópico do trabalho, “*Que influência não exerce a posição de uma cidade sobre o destino de um povo inteiro! Às vezes por ela se explicará a elevação de uma nação*”. Quando defende a construção da nova capital próximo às *chapadas elevadas para desenvolver o vigor do corpo e do espírito*, Varnhagen está concordando com outra “autoridade que temos a respeito da applicação do principio da influencia do clima sobre a energia do homem”, o Mr. Orbigny que em “L’ homme américain” observou que na América do Sul são os habitantes das altas chapadas os mais inteligentes e ativos <sup>212</sup>. O que mais Varnhagen poderia desejar para desenvolver os *fertilíssimos sertões*, como chamava o interior do Brasil, senão *habitantes inteligentes e ativos*?

Entretanto, ao mesmo tempo, o Visconde de Porto Seguro tinha certeza de que não havia cidade nenhuma no Brasil que merecesse ser essa capital, nem a Bahia, primeira capital da Colônia, nem o Rio de Janeiro, sede atual, serviriam para atender as urgentes necessidades da Nação naquele momento. Propôs então que se construísse uma, e como bom conhecedor do território imperial delimitou que a melhor localização para a nova capital seria

[...] a em que se encontram ás cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, - dos dous grande rios que abraçam o Imperio; isto é, o Amazonas e o Prata, com as dos do S. Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca á meia distancia de toda a extensão do nosso litoral, e de mais a mais á meia distancia da cidade da Bahia á Pernambuco. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e arterias que vão circular por todo o corpo do estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é ahi que julgamos deve fixar-se a séde do governo do Imperio.

Para encurtar as distâncias entre as diferentes partes do Império “a situação procurada terá sempre que ficar, proximamente, a distancia igual dos cinco pontos, Rio, Bahia, cidade de Oeiras, Cuiabá e Curitiba” <sup>213</sup>. O novo centro administrativo do Império ocuparia a posição numa paragem central de chapadões elevados entre os três vales dos Rios Amazonas, Prata e São Francisco, vizinha ao triângulo formado por três lagoas, Formosa, Feia e Mestre d’Armas; que Varnhagen estudou pessoalmente na viagem exploratória que empreendeu ao interior do Brasil em 1877. Tal localização ficará melhor entendida se observarmos o mapa seguinte.

<sup>212</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte II). p. 7

<sup>213</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I). p. 367.



*ideias de bairismo*, seria uma tradução razoável para exemplificar como deveria se comportar e como deveria ser o bom funcionamento do *verdadeiro coração* do Império.

### 3.5 Para “*parar o carro das revoluções*”. “*O Tempo Saquarema*”, onde “*o Imperador reina, governa e administra*”

*”É pois da mais rigorosa obrigação do Poder, a quem incumbe olhar pelos interesses da sociedade, empregar todos os meios que estiverem a seu alcance.  
(Joaquim José Rodrigues Torres, 1850)*

“Nada se assemelha mais a um saquarema do que um luzia<sup>216</sup> no poder”. Foi partindo dessa frase, um ditado imperial famoso atribuído ao político pernambucano Hollanda Cavalcanti, que por muito tempo a historiografia definiu a política do Segundo Reinado em suas sucessivas oscilações de gabinetes ministeriais entre liberais e conservadores.

José Joaquim Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, enunciava que no Brasil *o Imperador reina, governa e administra*, tornando-se esta a máxima da política de centralização do poder no governo de D. Pedro II. Isso porque anos antes, na conturbada “era regencial”, o temor da fragmentação levava os dirigentes imperiais a concordarem com Bernardo Pereira de Vasconcelos: era preciso *parar o carro das revoluções*. Aspectos como esses fazem parte do que Ilmar Rohloff de Mattos denominou “O Tempo Saquarema”.

Varnhagen, bem como a elite letrada do Segundo Reinado, procurou construir para o país a ideia de Nação integrada a de centralização do poder, o que era justamente um dos cânones do *Tempo Saquarema*, tendo no Imperador a figura central dessa relação de união, de forma que

[...] a Soberania do Império não mais se constituía apenas pela referência aos demais Estados, as “Nações civilizadas”. Ela era construída tendo como referência principal a própria sociedade – “uma multidão de homens, unidos numa pessoa única por um poder comum, para sua paz, sua defesa e seu proveito comuns” -, e fazia do Soberano ou do Poder o responsável pela manutenção da paz e da ordem, outorgando-lhe um monopólio: *o monopólio de uma responsabilidade*. (grifo do autor)

---

<sup>216</sup> A denominação “luzias” dada aos liberais estava articulada a significativa derrota que estes sofreram frente a força das tropas conservadoras lideradas pelo Barão de Caxias no combate de Santa Luzia, em Minas Gerais. Após este episódio os conservadores passaram a chamá-los de “luzias” em alusão à derrota nesse combate. Mais tarde, quando de sua liderança no poder entre 1844 e 1848, os liberais retribuíram a “gentileza” difundindo o termo “saquarema” para se referir aos conservadores. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 104-105.

Tomando por base a cronologia política de Justiniano José da Rocha, Mattos assinalou que “os saquaremas não são [...], apenas a alma da Reação monárquica, confundida com a força. Eles são também os construtores da *Transação*, norteadores de um consenso cujo perfil já se delineia naquele momento intermediário identificado por J. J. da Rocha”<sup>217</sup> (grifo do autor). E é assim, no período da *Transação* e tendo consigo o *monopólio de uma responsabilidade* que o monarca brasileiro deveria ser, na visão de Varnhagen, um grande articulador da Ilustração de seu Reinado, de ilustrar e de conservar sua propriedade mais valiosa: *o seu vasto Imperio*. Declara

O primeiro soberano que vio a America franqueou os portos do Brasil e elevou-o á cathogoria de reino. O segundo emancipou-o com uma corôa imperial. Qual deverá ser a missão do terceiro?... Do primeiro soberano nascido no novo mundo? Não será a de organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto Imperio?<sup>218</sup>

Observe que para se referir ao terceiro monarca que governou entre os trópicos Varnhagen faz questão de enfatizar o fato de este ter sido o primeiro soberano nascido no Novo Mundo, e como herdeiro de um território tão extenso, sua missão era organizá-lo e assegurá-lo, e também, recuperando parte de uma citação feita anteriormente, *conservar integro o territorio que era de nossos pais, e melhoral-o quanto possível*. Então, se a missão era organizar, as medidas que propunha no Memorial Orgânico para serem realizadas no concernente ao território se mostravam auspiciosas, e principalmente se se tivesse em mente que Nações mal organizadas eram alvos fáceis para invasões estrangeiras; o caso do México depois de proclamar a Independência se tornou emblemático.

Se o Mexico depois de sua independencia, em vez de querellar inutilmente, tivesse pensado em organizar-se como naçam, e em unir-se para debellar o estrangeiro invasor, nam teria soffrido, ante o mundo e a posteridade, o vexame e o tributo de guerra que soffreu, e nam haveria sido despojado de metade do seu territorio, incluindo a California. Nam ha força sem uniam, e nam haverá nunca verdadeira uniam, em quanto nam se estabeleça bem a unidade.<sup>219</sup>

Varnhagen não queria que como o México, o Brasil sofresse *ante o mundo e a posteridade, o vexame e o tributo de guerra*, e corresse o risco de perder parte do território. Um desejo

<sup>217</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op., cit. p. 148-158.

<sup>218</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 359.

<sup>219</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil**. (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 16. Varnhagen refere-se à guerra entre Estados Unidos e México (1846-1848), onde os EUA invadiram a possessão espanhola e ao final do conflito anexou quase metade do território mexicano.

compartilhado pelos dirigentes imperiais de meados dos oitocentos, para os quais *força + união = unidade*. Mas para *força + união = unidade*, era preciso que ambas equacionassem com um denominador comum: a centralização do poder. Com uma inversão de sentenças, na equação geral: *centralização + força + união = unidade* nacional. Para aplicar a “fórmula” se fazia necessária a máxima concentração do poder no Executivo, que por meio de mecanismos coercitivos viabilizaria o exercício do controle e da vigilância sobre as transgressões das regras estabelecidas, e a moldagem dos indivíduos que se enquadravam no extrato da sociedade no qual se buscava incutir, ou melhor dizendo impor, a ordem e os princípios da civilização.

Os saquaremas proclamavam a eficácia e a utilidade que o poder forte podia oferecer na promoção da ordem pública e no cumprimento da “razão nacional”, a única indicadora do pensamento e das necessidades públicas. O poder forte estava relacionado à centralização, o governo do Estado era o seu instrumento natural e se associava às questões públicas; já o poder fraco se relacionava à descentralização, política e administrativa, e ao governo da Casa, que por sua vez, representava os interesses particulares das províncias.

Segundo Ilmar de Mattos “governar a Casa” significava, sobretudo, governar a família e incluídos nesta os próprios escravos, fiscalizando-lhes o trabalho, sabendo evitar-lhes as exagerações, mas também criando condições para garantir que as relações de poder que se inscreviam na ordem escravista fossem vivenciadas e interiorizadas por cada um dos agentes, fossem eles os dominadores, ou os dominados. “Governar a Casa” era exercer o monopólio da violência no âmbito do poder privado; ao passo que “governar o Estado”, tarefa exercida pelos componentes da “boa sociedade”, implicava em coibir as exagerações dos que governavam a Casa, tanto no “mundo do Governo” quanto no “mundo do Trabalho”, cuja preservação e reprodução por parte dos grandes proprietários de escravos se via ameaçada pelas crescentes insurreições da massa escrava, e pela política inglesa de repressão ao tráfico intercontinental.<sup>220</sup>

O principal obstáculo à centralização incidia justamente no fato de que o caráter extenso do território nacional, a população excessivamente dispersa e a escassez de recursos financeiros combinavam-se frequentemente e em cada local, constituindo-se num fator que dificultava a ação daqueles que assumiam o posto de agentes do poder central, impondo limites ao objetivo centralizador e possibilitando a ascensão do “governo da Casa”, em outras

<sup>220</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 119-120.

palavras, dos interesses particulares sobre os do governo do Estado. Dessa maneira os “olhos do soberano” deviam estar em todos os lugares, cumprindo sua *rigorosa obrigação de olhar pelos interesses da sociedade*, conforme expõe o Visconde de Itaboraá, saquarema ilustre, na epígrafe deste tópico.

O “mundo do Governo” da “boa sociedade” não se via apenas como tendente a ser organizado, visava igualmente ordenar o conjunto da sociedade, mas na reta oposta à ordem e a civilização que queria imprimir à sociedade estavam os escravos, “inimigos inconciliáveis” que compunham o “mundo do Trabalho” e a massa de homens livres e pobres sem ocupação, predominantemente mestiços e negros alforriados que vagavam pelas ruas aumentando a sensação de intranquilidade, um “mundo da Desordem”.

Diferentemente do conceito moderno de Nação que pressupunha essa ser um conjunto de indivíduos livres e iguais, a “boa sociedade” não a concebia assim, nem assim a sociedade do Império se apresentava. A existência dos três mundos denotava a existência de uma distinção entre “pessoa” e “coisa”; o “Povo” (“mundo do Governo”) e a “Plebe” (“mundo da Desordem”) eram “pessoas”, os escravos (“mundo do Trabalho”) eram “coisas”. Entretanto, “Povo” e “Plebe” só tinham em comum o fato de serem livres, portanto, “pessoas”; de sobra se avolumavam as diferenças que os hierarquizavam: o atributo racial, o grau de instrução, a propriedade de escravos. Então

Governo, Trabalho e Desordem – os mundos constitutivos do Império do Brasil, mundos que se tangenciavam, por vezes se interpenetravam, mas que não deveriam confundir-se, por meio da diluição de suas fronteiras, mesmo que os componentes da “boa sociedade” fossem obrigados a recorrer à repressão mais sangrenta a fim de evitar que tal acontecesse.

O que transferindo para a colocação de Rodrigues Torres significava *empregar todos os meios que estiverem a seu alcance*. E todo esse processo de diferenciação e aprofundamento da hierarquização social fazia parte do próprio movimento de fundação do Império, consolidando a Monarquia, conservando os mundos distintos que o compunham, e os monopólios que construía a identidade dos setores dominantes em classe social. De forma geral

Ao Estado monárquico no seu momento de consolidação competia “construir a Nação”, devendo-se entender por tal a preservação da existência das diferenciação entre pessoas e coisas, por um lado, e da desigualdade entre as pessoas, de outro, de tal forma que se uns eram

considerados cidadãos e súditos, outros deveriam ser apenas súditos.  
221

Um dos mecanismos que possibilitavam essa distinção social era a instrução pública. Tendo a província fluminense como o “laboratório” por excelência, os saquaremas testaram medidas e as avaliaram na busca de estendê-las à administração geral do Estado, com o fim último de consolidar a ordem no Império. A instrução pública tinha por objetivo incluir na sociedade os indivíduos que se apresentavam como futuros cidadãos do Império, superando a “barbárie” dos sertões e a “desordem” das ruas, e incorporando o Brasil ao conjunto das “Nações civilizadas”, e pelo menos em tese pregava o ensino para todas as classes; só em tese mesmo, porque ao privilegiar a “boa sociedade” e inicialmente o povo menos abastado, e interditar o ingresso de negros, ainda que livres e libertos; apenas conservava o lugar que a elite ocupava, reconhecendo e reproduzindo as diferenças e hierarquias que caracterizavam o interior da sociedade.

Na medida em que se revelavam os projetos políticos e a trama de interesses que envolvia, “o construtor era também um herdeiro; o herdeiro, sobretudo, de um nome e um território. E essa herança definiria também os marcos de uma construção”<sup>222</sup>, foi nesse sentido que ao finalizarmos o tópico anterior expusemos um trecho do Memorial Orgânico no qual Varnhagen afirmava a importância de se estudar todo o território para se fazer a associação entre a Corte e as demais províncias. Na realidade estávamos chamando a atenção para um aspecto primordial da construção política da Nação: o intento de se fazer a associação entre o Império do Brasil e a Nação brasileira, de outro modo, Império = Estado = Nação.

Quando Varnhagen propôs a transferência da capital do Império para o interior afirmando que o *Rio seria boa capital se o Brasil tivesse em vista absorver a Africa, assim como o seria a cidade de Cuiabá ou de Matto Grosso se nos quizessemos estender para o Occidente; ou Bagé se quizessemos ameaça os Estados do Sul. Mas se a nossa missam for só conservarmos integro o territorio que era de nossos pais, e melhora-o quanto possivel, a capital n’ um lugar forte e central é a melhor*; seus argumentos expressavam a impossibilidade do Império em se expandir territorialmente por domínios ilimitados, aspecto que fazia parte da concepção clássica de Império. Então, os dirigentes teriam de empreender outro tipo de expansão que não a pautada na lógica do poder territorialista, para *conservarmos*

<sup>221</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op., cit. p. 123-152.

<sup>222</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Brasiliense**. Revista eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8 – 26, 2005. p. 11.

*integro o territorio que era de nossos pais, e melhora-o quanto possível. Uma expansão que fizesse com que as “tradições da côrte e da nação se vão associando pouco a pouco a todas as provincias”* <sup>223</sup>.

Desse modo, o território tinha um valor especial na associação entre Império do Brasil e Nação brasileira, pois esta consistia tanto na reivindicação do Império a um lugar no conjunto das “Nações civilizadas”, quanto na impossibilidade de estender esse território a domínios espaciais ilimitados. Isso gerou a necessidade de se empreender uma “expansão para dentro”, de forma a exercer uma direção moral e intelectual, e definir as diferenciações e hierarquizações que denotavam a existência de diferentes “nações” no interior da sociedade brasileira; num momento em que se buscava forjar a identidade de “brasileiro”, utilizando meios como a criação de símbolos nacionais, a imprensa, e a instrução pública; e que coincidia com a própria construção do Estado imperial e da Nação. <sup>224</sup>

E era assim que iam sendo tecidos os fios da “Teia de Penélope”, o que Mattos denominou de “permanente recomeçar e o eterno desfazer” referindo-se a uma ideia de inacabamento o qual parecia caracterizar a teia de relações que conservava e dava concretude à obra do Império, mas que se encontrava ao mesmo tempo permeada pelas contradições, pelos confrontos entre grupos e projetos políticos, e pelas múltiplas possibilidades históricas de transformação <sup>225</sup>. O jogo entre conservação e transformação onde a direção buscava manter a ordem e difundir a civilização a partir do olhar vigilante, no dizer do autor “os olhos do Soberano teciam a Teia de Penélope” <sup>226</sup>, imprimia uma certa inconclusão à obra saquarema, tanto no concernente ao monopólio da responsabilidade reivindicado pelo soberano, quanto na transformação do senhor de escravos em classe senhorial. Essa conjuntura fazia com que os dirigentes imperiais permanentemente se apresentassem tecendo uma teia.

---

<sup>223</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A questão da capital: marítima ou no interior?** Vienna, Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877. p. 19.

<sup>224</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil**. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, 2004, v. 2, p. 736. Mattos destaca que essa impossibilidade de o Império do Brasil se expandir por domínios espaciais ilimitados, em grande medida, se devia a atuação da diplomacia britânica na região da América do Sul. Um exemplo claro é o do papel desempenhado pelos ingleses intermediando a paz entre o Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, por meio da República Oriental do Uruguai, situação que evidenciava o insucesso das forças militares imperiais e a incapacidade do Imperador em expandir seus domínios espacialmente.

<sup>225</sup> OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Heranças recriadas: especificidades da construção do Império do Brasil. **Almanack Brasiliense**. Revista eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 44-52, 2005. p. 52.

<sup>226</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 218-284.

## CAPÍTULO 4

### Um projeto de Nação civilizada num “*Império de três mundos*”: o Memorial Orgânico e a questão da população

*“Para civilizarmos o Brasil, e fazermos que haja povo brasileiro, necessitamos ir paulatinamente acabando com a escravidão dos africanos, necessitamos, enfim, admitir no país gente branca voluntariamente arregimentada em grupos. Se adotamos já tal sistema, fiquemos descansados que havemos de vir a ter uma população compacta.”*

(Varnhagen. *Memorial Orgânico*, 1851)

Uma população compacta. Nada mais desejável em termos de Brasil nos oitocentos. Tal desejo, no entanto, esbarrava em grandes e enraizadas dificuldades para sua realização: três séculos de escravidão e nativos que nem de longe incorporavam o ideal de civilização exigido. No Memorial Orgânico Varnhagen propõe suas *soluções e remédios* para “resolver” o imbróglio: “*necessitamos ir paulatinamente acabando com a escravidão dos africanos, necessitamos, enfim, admitir no país gente branca voluntariamente arregimentada em grupos*”. Era preciso haver povo brasileiro. É do que trataremos a partir de agora.

#### 4.1 Brancos, índios, negros... e mestiços!

*“Precisamos civilisar o Imperio, fazer todos em toda a sua extensão obedecer ao pacto proclamado, e a experiencia de mais de meio seculo tem provado a insufficiencia dos meios brandos que são justamente os mais gravosos para o estado”.* (Varnhagen. *Memorial Orgânico*, 1851)

O grande “problema” da população nacional na concepção das elites dirigente e pensante do Império era sua heterogeneidade. Brancos *civilizados* de um lado, indígenas *selvagens* de outro, negros *degenerados morais* por outra parte, e ainda mestiços que para muitos intelectuais do século XIX representavam a *decadência da raça*. Tendo o homem branco europeu como portador e exemplo de sujeito civilizado cujo padrão de civilização devia ser imitado, no século XVIII e radicalmente no XIX desenvolveram-se teorias que buscavam explicar a viabilidade ou não de todos os seres humanos se civilizarem. As principais envolviam a possibilidade de civilização do nativo americano.

Segundo Norbert Elias o conceito de civilização é utilizado no mundo ocidental para definir tudo aquilo que pode ser julgado e classificado no comportamento humano: modo de ser, costumes, forma de julgar e punir, entre outros. Esse modo de ser ocidental foi sendo moldado ao longo do tempo, de maneira que no século XIX pensava-se já existir a forma de o homem ser; assim a ideia de civilização passa a ser usada para enfatizar o que é, ou que deveria ser comum a todos os seres humanos. Nesse movimento, à medida que o europeu se reconhece enquanto sujeito civilizado e reconhece os não europeus enquanto os outros que não são como “nós”, o modo de ser do europeu vai se transformando, na ótica deles mesmos, como o mais avançado e humanamente possível. “O padrão de civilização (europeu) era aceito como natural, sendo o que o precedera considerado como bárbaro”<sup>227</sup>. Como portador de uma cultura superior, a missão, o fardo do homem branco era levar a civilização para os mais remotos cantos do planeta que estavam aquém da humanidade.

A “cruzada civilizatória” europeia chegou ao Novo Mundo, e o contato com os nativos americanos gerou a discussão: seria possível civilizar os selvagens? A essa questão, muitas respostas. Sucintamente, vejamos algumas considerações a respeito. No “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” Jean-Jacques Rousseau desenvolveu o conceito de “perfectibilidade”. No pensamento rousseauiano a “perfectibilidade” seria a potencialidade, especificamente humana, que facultaria ao homem a capacidade de se aperfeiçoar. Na luta contra as adversidades, o ser humano tinha se aperfeiçoado tanto que teria perdido sua inocência e espontaneidade naturais, tornando-se um ser social e corrompido. O selvagem era aquele que não havia adquirido nenhum grau de perfeição, vivendo, portanto, em seu estado natural; contudo, podia se aperfeiçoar, o que o distinguia dos animais.<sup>228</sup>

O pensamento do século XIX inverteu a positividade do “bom selvagem” de Rousseau. O naturalista bávaro Karl von Martius reconhecia nos índios, pela sua “natureza primitiva”, “triste e penível quadro” que apresentava, e “dissolução moral e civil”; nada mais senão “ruínas de povos”. O indígena brasileiro do século XIX não passava do “residuum” de uma antiga, porém, perdida história, que decaiu de uma florescente civilização para um estado

---

<sup>227</sup> ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento humano. In: \_\_\_\_\_. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 109.

<sup>228</sup> OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os índios bravos e o Sr. Visconde**: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000. p. 68-69.

de degradação e dissolução <sup>229</sup>. Em posição semelhante à de Martius, Varnhagen afirmou no “Discurso Preliminar” que os índios que habitavam o Brasil à época da conquista portuguesa eram tão somente os últimos invasores do território, não seus primeiros habitantes <sup>230</sup>. Por acreditar na impossibilidade de civilização dos índios pela catequese ou por sua própria vontade, no Memorial Orgânico defendeu a tutela forçada ou protetorado por quinze ou vinte anos, onde os indígenas seriam adotados por famílias respeitáveis, as quais os educariam nos princípios civilizados e na moral cristã: “sujeitemos os nossos selvagens, eduquem-os á força, e quinze ou vinte annos depois, quando elles nam necessitem de tutela, façames delles prestantes cidadaons e bons christaons”. Diante da proposta, como cristão convicto que era, mostrava a preocupação em rogar ao papa “Pio IX, que por fortuna nossa até conhece a America, que nos conceda as faculdades para tomarmos as providências que julgarmos que podem conciliar a civilisaçam com a caridade christam” <sup>231</sup>.

Não demoraram chegar as críticas à tutela proposta por Varnhagen. Os literatos Gonçalves de Magalhães e Manuel Antônio de Almeida se pronunciaram sobre. Magalhães lembrou que se o Brasil devia o incremento de sua civilização aos portugueses, não se podia negar que os indígenas, como filhos da “boa natureza humana”, constituíam os “mais ilustres fundadores” que uma Nação poderia desejar. Varnhagen teria errado ao negar a capacidade de aperfeiçoamento dos índios, e para confirmar o equívoco do Sr. Visconde, o poeta anotou que, inclusive, havia presenciado uma mostra de civilidade dos nativos

Quando estive no Maranhão [...] veio à cidade uma porção de índios Guajajaras, com o seu chefe [...] O Presidente [...] mandou-os logo vestir com mais asseio e deu ao chefe um velho uniforme militar; assim ornado com elegância, o colocou à mesa. Fazia gosto vê-lo com que dignidade natural, sem o menor constrangimento, comia de garfo e faca, e com que fineza nos observava para imitar-nos. <sup>232</sup>

No sugestivo “Civilização dos indígenas: duas palavras ao autor do Memorial Orgânico” Manuel Antônio de Almeida, desconhecendo a autoria do texto posto que Varnhagen não o havia assinado, ocupou-se em analisar o tópico “População e colonização”

<sup>229</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845. p. 385-387.

<sup>230</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Discurso Preliminar: Os índios perante a nacionalidade brasileira. In: **História Geral do Brasil**. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, tomo II. p. XV-XXVIII.

<sup>231</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil**. (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 11-12.

<sup>232</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **RIHGB**, v. XXIII, 1860. p. 214-235.

onde para ele mostrava melhor “o que é que o autor aprendeu, ou deve ter aprendido e agora quer esquecer”. Para Almeida o protetorado indígena proposto por Varnhagen era uma escravidão disfarçada e sem justificativa

A guerra que se pede não tem por causa motivo algum generoso e nobre; não tem por fim senão o sórdido e material interesse de adquirir mais algumas léguas de território, como se não o tivéssemos nós em quantidade capaz de satisfazer a mais desenfreada cobiça! [...] O mesmo que se vai hoje praticar-se na costa d’África quer o autor que se pratique dentro do império. [...], é o maior escândalo que se pode fazer ao bom senso!...<sup>233</sup>

A discussão sobre a inferioridade dos nativos das Américas passava ao largo da *perfectibilidade* na perspectiva rousseuniana. Sem nenhuma chance de aperfeiçoamento os povos do Novo Mundo foram marcados pelas teorias europeias como uma raça inferior e degenerada que nunca atingiria o estágio da civilização. No ilustrado Século das Luzes a “Histoire Naturelle” do conde de Buffon, lançava a tese sobre a debilidade ou imaturidade do continente americano; o naturalista concluiu ter encontrado um continente infantil e retardado em seu desenvolvimento natural. Radicalizando as ideias de Buffon, o abade Corneille de Pauw descreveu a América e seus habitantes como degenerados, assolados por uma incrível preguiça, pela falta de sensibilidade e fraqueza mental; seriam bestas decaídas, muito longe da possibilidade de chegar à perfectibilidade e à civilização<sup>234</sup>. Se inicialmente a exuberância da natureza, a fertilidade do solo, a flora e a fauna tendiam a apontar para uma edenização do novo continente, transformando-se no paraíso dos viajantes, naturalistas e outros cientistas; essa visão construída no século XVIII se afirmou e afirmou no século seguinte a inferioridade do continente americano e de sua gente.<sup>235</sup>

Assim sendo, o Brasil estava na rota da inferioridade racial para os civilizados padrões europeus. E quando Varnhagen escreve que *precisamos civilisar o Imperio, fazer todos em*

<sup>233</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. Civilização dos indígenas: duas palavras ao autor do “Memorial Orgânico”. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1851. Disponível em: [acervodagraphia.wordpress.com/category/manuel-antonio-de-almeida/](http://acervodagraphia.wordpress.com/category/manuel-antonio-de-almeida/). Acesso em 11 de fevereiro de 2014. p. 1-3.

<sup>234</sup> Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, foi um naturalista e escritor francês cujas teorias influenciaram duas gerações de naturalistas, entre os quais se contam Jean-Baptiste de Lamarck e Charles Darwin. Buffon foi um dos primeiros a estudar cientificamente a origem das espécies, já no século XVIII disse que os animais precedem de outros animais. Filósofo, geógrafo e diplomata holandês, Corneille de Pauw tinha a fama de ser a maior autoridade da Europa sobre as Américas. Ele leu os trabalhos de Buffon e outros cientistas, naturalistas e exploradores, e tirou suas próprias conclusões. Como outros cientistas europeus da época, de Pauw acreditava que os nativos americanos eram inferiores aos nativos da Europa do norte e ocidental, e que essa inferioridade era em parte devido ao clima e geografia americanas.

<sup>235</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem. **Afro-Ásia**, nº 18, 1996, p. 80-82. O conceito de “edenização” é melhor tratado em Laura de Mello e Souza no livro “O diabo e a Terra de Santa Cruz”.

*toda a sua extensão obedecer ao pacto proclamado, e fazermos (com) que haja povo brasileiro*, traduzido na formação de uma *população compacta*; é disso tudo, também, que Varnhagen está falando e levando em consideração. Do mesmo modo, quando propõe a civilização forçada dos índios, o fim do tráfico de escravos e a imigração europeia para *equilibrar as raças*, Varnhagen esclarece que a construção de uma *população compacta, branca e europeia* num país multiétnico como o Brasil só se faria através da assimilação das raças que considerava inferiores à raça branca, isto é, a indígena e a negra. Se falamos de cruzamento de raças, falamos de miscigenação.

Varnhagen não trata propriamente do mestiço no Memorial Orgânico. Contudo, ao colocar no opúsculo que adotadas as medidas propostas por ele, em um ou dois séculos o Brasil estaria constituída numa Nação compacta e branca, onde os cruzamentos conduziram ao gradual branqueamento da população, o que supõe que a “etapa” do mestiço tinha de ser superada até chegar no branco; talvez não seja de todo equivocada dizer que o Sr. Visconde fez uma certa “antecipação” do que mais tarde viria a compor o “bando de ideias novas”<sup>236</sup> em termos da questão racial, que invadiriam o país na segunda metade do século, e que teria na mestiçagem o centro do debate. O historiador expôs a respeito da população brasileira de então

E que é a nossa população? Para tão vasto paiz como uma gota de agua no caudaloso Amazonas. Mas peor é sua heterogeneidade que o seu pequeno numero. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inuteis ou antes prejudiciaes, e temos pouquissimos colonos europeus. [...] *É necessário equilibrar as raças, [...] para assim termos daqui a um ou dois séculos uma população homogênea*, condição essencial para se evitar no futuro contínuas guerras civis.<sup>237</sup>  
(grifo nosso)

Esse *equilíbrio das raças*, o branqueamento ao qual Varnhagen se refere na metade do século XIX, continuará sendo defendido por outros intelectuais já na efervescência das teorias científicas europeias que chegaram ao Brasil principalmente na década de 1870. Do

<sup>236</sup> Frase atribuída ao escritor pernambucano Sílvio Romero, referindo-se a entrada, no Brasil, de teorias científicas desenvolvidas na Europa na metade do século XIX, como o Positivismo, o Darwinismo Social e a Eugenia, e que chegaram ao país só na década de 1870, através dos intelectuais que trabalhavam nos museus e institutos históricos, além das faculdades de Direito e Medicina. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>237</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação**. (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 357.

Evolucionismo ao Darwinismo Social e à Eugenia, da frenologia à craniometria; a ciência e os “homens de ciência” incorporaram as ideias estrangeiras e buscaram adequá-las à realidade mestiça de um Brasil miscigenado.

Sobre uma sociedade mestiça, com a palavra alguns “homens de ciência”. Em seu “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” de 1855, um dos primeiros trabalhos sobre eugenia e racismo publicados no século XIX, Arthur de Gobineau postulava que a mistura de raças levaria a raça humana a graus sempre maiores de degenerescência física e intelectual, pois seu cruzamento era sinônimo de degeneração não só racial como também social. Servindo como diplomata no Rio de Janeiro, afirmava que o Brasil, por ser um país marcado pela presença de raças que julgava “inferiores”, não tinha futuro. A mistura racial daria origem a mestiços e pardos degenerados e estéreis, de modo que a degeneração levaria ao desaparecimento da população, sendo a única saída para os brasileiros o incentivo à imigração de raças europeias consideradas “superiores”. Outros viajantes que estiveram pelo Brasil também escreveram suas impressões a respeito, um exemplo é o suíço Louis Agassiz que conclui seu relato dizendo que

que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que a separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental.<sup>238</sup>

Em terras brasileiras Schwarcz relata que João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, quando convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças, realizado em julho de 1911, defendeu uma tese clara e direta com relação ao futuro do país. Em “Sur les métis au Brésil” Lacerda afirmava que "o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução", em uma evidente afirmação de que o negro de hoje seria no futuro cada vez mais branco. Sílvio Romero não só radiografava a posição do Brasil, "somos mestiços isso é um fato e basta", “somos mestiços senão no sangue ao menos na alma”, como acreditava ver em um branqueamento evolutivo e

---

<sup>238</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 13.

darwiniano (“seleção natural”, “sobrevivência do mais apto”, “mais forte”), ou externamente motivado pela via da imigração europeia branca, o futuro e a solução para o país<sup>239</sup>.

Diante do exposto vemos que, guardadas as devidas diferenças de conjuntura, como Varnhagen no Memorial Orgânico de meados do século, a questão da homogeneização da população brasileira dentro de padrões pré-estabelecidos de uma civilização e de uma feição branca e europeia, era tema recorrente no meio intelectual e político da segunda metade dos oitocentos. Novamente guardadas as devidas proporções, como Varnhagen, Sílvio Romero via na imigração europeia branca o futuro do Brasil, e João Batista Lacerda afirmava que *o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução*, o mesmo tempo estipulado por Varnhagen no Memorial; de modo a entender que *o negro de hoje seria substituído por um futuro cada vez mais branco*.

O século XIX foi, portanto, um período de afirmação e de demarcação das diferenças, de quem era “superior” e de quem era “inferiorizado” diante deste. Esse é o contexto de Varnhagen, e foi dentro dele e para ele que o Memorial Orgânico foi redigido.

#### 4.2 Fim da selvageria e da barbárie, em nome da civilização

*“[...] é tempo que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma Nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. [...] cuidemos desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que não se esfarele ao menor toque de qualquer nova convulsão política.”*  
(José Bonifácio de Andrada e Silva. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura, 1823*)

A constituição do Brasil numa Nação homogênea já era uma questão debatida desde o período imediatamente posterior à Independência, como é possível se observar nessa fala de José Bonifácio, na Constituinte de 1823. Quase três décadas depois, Varnhagen, ao redigir o Memorial Orgânico, deixou patente que a heterogeneidade da população brasileira, os *metais*

<sup>239</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem. *Afro-Ásia*, nº 18, 1996, p. 77-101.

*diversos* de que fala Bonifácio, permaneciam um entrave à transformação da sociedade em um *todo homogêneo e compacto, que não se esfarele ao menor toque de qualquer nova convulsão política*. Uma convulsão social resultante do perigo eminente de uma insurreição negra como a ocorrida no Haiti no último quartel do século XVIII, ou como a Revolta dos Malês na Bahia, em 1835. Era necessário, portanto, ir *acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão, combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, para que venhamos a formar em poucas gerações uma Nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes*.

Varnhagen apresentava essa mesma preocupação em ver o Império transformado numa Nação respeitável e verdadeiramente independente, por isso no Memorial Orgânico propôs seis medidas relativas à organização do território (as quais tratamos no capítulo anterior) e da população, que será a temática a partir de agora. Quanto ao “povo brasileiro” sua constituição demasiado heterogênea não propiciava a formação de uma Nação compacta, daí a proposição de Varnhagen em se civilizar os *índios bravios*, extinguir o tráfico de escravos e estimular a vinda de imigrantes europeus para o Brasil. Nesse contexto o autor desenvolve a ideia da *civilização dos índios por tutela*.

Varnhagen explica que, por bem ou por mau, os sertões de Minas foram civilizados por meio da tutela forçada. Também mostra que não era o único a defender o retorno do sistema de bandeiras e cita um trecho do discurso do Senador Nicolau dos Santos Vergueiro no qual disse que

é necessario renovar, restabelecer o antigo systema”, pois, “a raça india não tem a capacidade necessaria para reger-se. Ou porque por sua natureza tenha menos aptidão para a civilização, ou porque está ainda muito longe disso [...]”, por isso “[...] resulta a necessidade de uma tutela: não podem reger-se por si.

Vergueiro lamentava o fato de o Estado português ter acabado com as bandeiras ao considerar que os nativos eram “homens como nós, que deviam gozar de iguaes direitos, sem reflectir que não tinham igual capacidade” (grifo do autor). O Sr. Visconde pensava o mesmo e argumentava evocando as disposições contidas na legislação imperial: “Que mais jus tem elles para, só por sua incapacidade moral, estarem excluidos do codigo penal? Não constituem elles uma rebellião armada dentro do imperio?”.<sup>240</sup>

---

<sup>240</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação**. (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 394-396.

A legislação indigenista no Brasil do século XIX era “flutuante, pontual e, como era de esperar, em larga medida subsidiária de uma política de terras”; sendo o Regulamento das Missões promulgado em 1845 o único documento indigenista geral do Império. Para fins práticos os índios se subdividiam em dois grupos, os “bravos” e os “domésticos ou mansos”, terminologia que denota o caráter de animalidade o qual era atribuído aos nativos. A categoria dos “bravos” comportava os grupos que iam sendo encontrados e guerreados nas fronteiras do Império; na dos “domesticados”, os índios sedentarizados em aldeamentos. Sob novos critérios havia ainda outra classificação dos indígenas, a divisão entre os Tupi e os Guarani, e os Botocudo. Enquanto os primeiros já eram tidos como virtualmente extintos ou supostamente assimilados e figuravam nos emblemas da nova Nação seja por meio de monumentos, caricaturas ou na pintura e literatura do Romantismo (“É o índio bom, e convenientemente, é o índio morto”); a categoria Botocudo era não somente o índio vivo, como também aquele de reputação feroz e indomável contra o qual se guerreava.<sup>241</sup>

Varnhagen e seu colega de IHGB Januário da Cunha Barbosa, mesmo propondo a adoção de métodos opostos, concordavam que os índios tinham de ser civilizados: *pela curteza de suas ideias* os índios eram “crianças pela inteligência”. E parava por aí. Barbosa era “da opinião que a cathequese é o meio o mais efficaz, talvez unico, de trazer os Indios da barbaridade de suas brenhas aos commodos da sociabilidade”. Acreditava que “o unico meio que ha para os domar são as armas da beneficencia, e charidade, que formam o caracter e a base da nossa Sancta-Religião”, pois os nativos, estes “homens sahidos das mãos natureza”, “com muita docilidade abraçam as doutrinas religiosas, que lhes são offerecidas em sua lingua, por que ellas lhes abrem uma esfera maravilhosa, descobrindo-lhes cousas, a que não podiam chegar pela curteza de suas ideias”. Além de que “para a Igreja, e para o Estado, é tanto mais apreciavel, quanto ella foi feita sem se derramar uma só gotta de sangue”.<sup>242</sup>

Mas para Varnhagen os índios eram mais que apenas “crianças pela inteligência”, dada a sua resistência à civilização por meios brandos e, por conseguinte sua permanência

<sup>241</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: \_\_\_\_\_. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras e Secretaria Municipal de Cultura FAPESP, 1992. p. 136-138. Manuela Carneiro informa que “coincidência ou não, os Botocudo são Tapuia, contraponto e inimigos dos Tupi na história do início da Colônia”, e que “até por uma questão de orgulho nacional, a humanidade dos índios era afirmada oficialmente, mas privadamente ou para uso interno no país, no entanto, a ideia da bestialidade, da fereza, em suma da animalidade dos índios, era comumente expressa”.

<sup>242</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Programma: qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos Jesuitas, fundado principalmente na propagação do Christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuaes. **RIHGB**, TOMO SEGUNDO, p. 3-18, jan./mar. 1840. p. 3-14.

num estado de selvageria e canibalismo; constituíam um perigo para a ordem nacional de maneira que só a força seria capaz de reduzi-los para posteriormente serem incorporados ao convívio social. Declarando estar a encarar esta questão “pelo lado para nós mais symphatico, pelo que mais falla ao sentimento”, o autor assinala que

consideramos-los nossos irmaons orfaons desamparados e necessitados de tutela. Mas, se os consideramos estranhos ao pacto social, se os reputamos uma naçam forasteira que nos molesta e prejudica, temos todo o direito de conquistal-os, e nam ha direito de conquista mais justo que o da civilisaçam sobre a barbárie.<sup>243</sup>

Varnhagen coloca que havia duas formas de se conceber e tratar os *indios bravios*: como *irmaons orfaons desamparados e necessitados de tutela* e como *naçam forasteira que nos molesta e prejudica*, em ambos os casos o caminho era a tutela forçada. Assim propõe que os bandeirantes voltassem a agir nos sertões capturando índios para serem catequizados na fé cristã, e iniciados nos princípios da civilização por famílias respeitáveis, durante um período de quinze anos. Do contrário continuariam “vadiando e com as orelhas e beiços furados, em vez de serem guardas nacionaes e vestir uniforme”, porque não cumprindo com nenhuma das obrigações das leis eram “uma gente estranha ao pacto social, que abusa da piedade que com elles se tem, não só para estarem nos matos e impossibilitarem que estes se transitem e se cultivem, mas até para darem assaltadas crueis ás nossas fazendas suas visinhas”. Nesse ponto faz uma dupla indagação

é por ventura verdadeira philantropia consentirmos que tnatos filhos do abençoado territorio de Santa Cruz se estejam devorando uns aos outros nos mattos, e aggredindo, quando pódem, os cidadãos civilisados do imperio? E isso quando há um meio simples (e cobiçado por todos os habitantes das provincias do sertão) de os arrancar em poucos dias dessa miseravel condição que vexa o paiz, e degrada até a humanidade?<sup>244</sup>

<sup>243</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil.** (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 11. Citando o juriconsulto americano Bello, Varnhagen coloca que “Um povo barbaro e que desconhece os deveres da humanidade e as leis da guerra deve tratar-se como inimigo do genero humano”.

<sup>244</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação.** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 393-395. A respeito do ato da conquista Varnhagen cita o filósofo Montesquieu para quem “O objetivo da conquista é a conservação: a servidão nunca, é o objetivo da conquista; mas pode acontecer que ela seja um, meio necessário para se chegar à conservação. Neste caso, é contrário à natureza: da coisa que esta servidão seja eterna. É preciso que o povo escravo, possa tornar-se súdito. A escravidão na conquista é coisa accidental. Quando, após certo espaço de tempo todas as partes do Estado conquistador se ligaram com as do Estado conquistado através de costumes, de casamentos, de leis, de associações e de uma certa conformidade de espíritas á. servidão deve cessar. Pois os direitos do conquistador só se fundam no fato de estas coisas não existirem e de existir uma distância entre as duas nações, deforma que uma não pode confiar na outra”.

Aqui Varnhagen entra no terreno da crítica que dirige aos que chama de “falsos filantropos” ou “philo-tapuyas”, mais especificamente se referia aos intelectuais da geração do romantismo indianista que saíam na defesa do indígena como o grande representante da nacionalidade brasileira. Já foi exposta neste trabalho parte desta polêmica entre Varnhagen e os indianistas românticos, retomaremos agora brevemente sob o ponto de vista do autor do Memorial Orgânico e do poeta Gonçalves de Magalhães. A divergência entre ambos pode ser, resumidamente, bem exemplificada a partir de considerações feitas pelos mesmos em algumas publicações, o que possível de ser observado no quadro abaixo:

PARA VARNHAGEN	PARA GONÇALVES DE MAGALHÃES
<p>“os Índios não eram donos do Brazil, nem lhes é aplicável como selvagens o nome de Brasileiros: não podiam civilisar-se sem a presença da força, da qual não abusou tanto como se assoalha; e finalmente de modo algum podem elles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade.”<sup>245</sup></p>	<p>“se compararmos estes selvagens com os homens eminentes dos povos cultos, [...], a vantagem é toda destes; mas se os compararmos a essa imensa população ignara e embrutecida da Europa, [...]; a vantagem é toda do selvagem, que na independência do seu caráter, na força da sua vontade, na altivez do seu espírito e no garbo do seu porte, conserva todos os belos atributos da espécie humana.”<sup>246</sup></p>

Das conclusões a que os autores chegaram podemos inferir que: a) para Varnhagen o fato de os índios já ocuparem o território do Brasil antes da conquista portuguesa não significava que eles eram os donos do país, pelo contrário, em sua concepção, por serem selvagens, não deviam nem ser considerados brasileiros, portanto, de nenhum modo seriam os representantes da nacionalidade brasileira, e só se civilizariam pela força; b) para Gonçalves de Magalhães os índios estariam em desvantagem se fossem comparados com homens cultos, todavia, se comparados com a *imensa população ignara e embrutecida da Europa*, os nativos do Brasil tinham toda a vantagem, pois conservava todos os *belos atributos da espécie humana* como o caráter independente, a força de vontade, a altivez do espírito e o porte garboso, como se pode perceber, Magalhães lança mão de diversos adjetivos qualitativos para designar o espírito e a nobreza de caráter do elemento indígena; uma característica comum

<sup>245</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Discurso Preliminar: Os índios perante a nacionalidade brasileira. In: \_\_\_\_\_ . **História Geral do Brasil**. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, tomo II. p. XXVIII.

<sup>246</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **RIHGB**, v. XXIII, 1860. p. 9.

aos poetas românticos de sua geração. Ainda que também reconhecesse nos índios uma “inferioridade” se comparados a homens cultos.

Aos que simpatizavam e que embora reconhecessem a rudeza defendiam uma certa pureza dos índios, Varnhagen lembrava que “conta certa exposição official que os Indios do Mocury gostam muito da carne dos negros, aos quaes chamam macacos do chão”, em seguida questionava se “não é vergonha no meio de um paiz civilizado aturar taes canibaes!?!...”. Quanto à posse da terra alegavam os “philo-tapuyas” que os nativos eram “os verdadeiros donos da terra, e por isso...”, a esta ideia Varnhagen argumentou

São os donos da terra? Pois então arranjemossas nossas trouxas e toca a marchar; que somos uns criminosos que estamos de posse do que é de outrem; vós, Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação, para fóra de vossos bancos, que ahi devem estar a arengar os tapuyas: cidades, villas, freguesias, arsenaes, alfandegas, academias, collegios, misericordias, conventos, bispos, conegos, parochos, militares, juizes, empregados, toca tudo a embarcar; porque a terra é dos tapuyas!...

Como *arranjar nossas trouxas, tocar a marchar* e entregar a Nação a uma raça que estava *roubando a civilização*? Os índios não se civilizariam por vontade espontânea, pelo contrário, seu sentimento de vingança para com o homem branco que matou seu povo só aumentaria, de modo que até os *ultimos descendentes bravios* seriam *nossas inimigas de morte*. Então, em tom de alerta avisa

Desenganemo-nos: as raças bravias, que se declararam inimigas de morte de nossos antepassados, serão até os ultimos descendentes bravios, nossas inimigas de morte: e tomarão por cobardia e medo delles quanto se faça com humanidade para os trazer á civilização. Não temos outro recurso, para não estarmos seculos á espera que estes queiram civilisar-se, do que o de delcarar guerra aos que se não resolvam a submeter-se, e o occupar pela força essas terras pingues que estão roubando á civilização.<sup>247</sup>

---

<sup>247</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação**. (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 393-394. O publicista Vattel argumentava que “aquelles que, habitando payzes fertes, descuidam a cultura da terra e preferem viver de rapina, faltam a si proprios, injuriam seus visinhos e merecem ser exterminados como bestas feras e nocivas, &c. O estabelecimento de colonias no continente da America septemtrional só se apresentava como legitimo, visto que as gentes dessas vastas paragens as percorriam em vez de as habitar”. Mas Varnhagen explica estar “longe de nós o adoptar a idéa de exterminio da raça indigena, como ainda hoje se pratica nos Estados-Unidos; por mais que ahi se diga que só os guerreiam para que se vão retirando pelo far west a dentro. Sejamoss mais humanos que Vattel e que os Estados-Unidos: sujeitemos os nossos selvagens, eduquemol-os á força, e quinze ou vinte annos depois, quando já elles não necessitem de tutela, façamos delles prestantes cidadãos e bons christãos. Taes são os principios que desejamos vêr aceitos nesta importante questão. Se o não forem, esperamos que a todo o tempo se fará justiça á abnegação com que defendemos uma causa tão pouco sympathica. E se não mudarmos de systema, e daqui a meio seculo ou mais os

Todos os índios não eram como Filipe Camarão que heroicamente lutou ao lado dos portugueses contra os holandeses invasores. Igualmente todos os negros não eram como Henrique Dias. No Panteão de heróis que Varnhagen foi edificando tinha lugar para as três raças, estes dois e também para Vidal, o herói branco; a razão da coexistência dos representantes das três se deve a afirmação de que era incontestável a supremacia do elemento branco, inclusive porque era esse quem recuperava os melhores homens das civilizações “inferiores”. Era, pois, a afirmação da superioridade da raça branca sobre as demais. Se os negros eram bárbaros incivilizados, e o Império era escravista, Varnhagen propõe a extinção do tráfico. Acreditava ser “[...] cegueira ou perversidade proteger a entrada de mais africanos”, visto que

A escravatura dos africanos torna o paiz escravo de si proprio; pois como diz o M. de Maricá: o captiveiro apostema e torurta os escravos e seus senhores. É urgentissimo impedir-se que entrem mais; e antes pedirmos todos amanhã esmolos e andarmos descalços que ver o bello e risonho Brasil, a nossa patria convertida n’uma catinguenta Guiné. – A este respeito mais haveria que dizer se estivessemos em sessão secreta.<sup>248</sup>

A existência de negros escravizados dentro do Império era indício de ameaça constante a conservação da ordem pretendida pelos dirigentes. A entrada de mais cativos era a intensificação desse perigo. Era *urgentissimo impedir-se que entrem mais*, sob pena de que com o tempo *o bello e risonho Brasil* se visse convertido *n’uma catinguenta Guiné*. Na ótica de Varnhagen a escravidão era um “cancro”, um mal vicioso que corroía a alma humana e que também gerava grande preocupação para as mentes dos que compunham o ***mundo do Governo***. Nesse sentido Cunha Barbosa analisa os efeitos negativos da escravidão africana na civilização dos índios e da própria escravidão negra no desenvolvimento do país, ponderando que

---

índios se acharem como hoje, haverá quem diga em 1900 ou em 2000 que houve alguém que em 1850 apresentou no Brasil uma jurisprudencia capaz de produzir resultados”. p. 397.

<sup>248</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I). p. 363-391. Ao mencionar que “a este respeito mais haveria que dizer se estivessemos em sessão secreta” Varnhagen se referia a argumentos colocados na edição de 1849 do Memorial e não repetidos em 1851. Na ocasião escreveu “é cuidado que eles não dormem tanto como pensa! Já tem feito seus ensaios em vários anos, no dia de Reis, em que se juntam por todo o Brasil, e só é para temer que uma vez se combinem a um tempo... [...]. A mais essencial providência é evitar que não entre um só mais, para o que basta que se declare roubo à Fazenda a posse de um escravo que não se prove que já estava no Brasil na ocasião da publicação da lei. Cumpre pois que uma lei declare já desde quando ficam livres todos os filhos de escravos; que outra lei diga quando será o dia em que deverão deixar o Brasil todos os escravos que ainda haja e que fique só gente que tenha nascido livre [...]. A primeira lei preveniria os senhores para não consentirem mais casamentos em seu prejuízo; a segunda faria gradualmente baixar o preço do capital escravo [...]. [...] e ao passar a livre a geração escrava não seriam tão numerosos os libertos que para segurança do Estado se fariam sair do Brasil”. Ver: OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os índios bravos e o Sr. Visconde**: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000. p. 94.

[...] a escravidão dos índios embaraçou muito a sua civilização; a dos negros torna infructifera a liberdade, a que foram restituídos pelas leis; pois que, desconfiados dos maos tratamentos, que sempre recebêram, embrenharam-se nos sertões, recusando trabalhar. A escravidão dos negros nem aproveita á civilização dos índios, nem á sua propria, nem aos progressos da nossa industria; os damnos que d’ahi resultam são desgraçadamente conhecidos, e só a cobiça poderá negar resultados que a intelligencia, ainda a menos perspicaz, percebe e calcula.<sup>249</sup>

De acordo com Barbosa a escravização dos nativos atrapalhou seu processo de civilização, que ainda foi atrapalhada pela escravização dos negros africanos visto que estes inutilizavam a liberdade que os índigenas conseguiram perante a lei; os índios sempre desconfiariam e se recusariam a trabalhar, escondendo-se nos sertões. Além do mais, a escravidão negra emperrava o progresso da indústria no Brasil, fator que só a cobiça dos grandes senhores de escravos poderia explicar tamanha ignorância em se continuar com um sistema que só atrasava o país. Varnhagen pensava de forma semelhante pois, ao propor o fim do tráfico e a tutela dos índios, vislumbrava a utilização da mão-de-obra destes, “menos perigosa” em sua avaliação, em substituição a negra escravizada, esta que quando viesse a abolição e ganhasse a liberdade só engrossaria o contingente que andava pelas ruas transgredindo a ordem e formando o *mundo da Desordem*.

#### **4.3 Índios “bravios”, negros bárbaros e a idealização de uma população compacta, branca e europeia nos trópicos**

*Escuro e medonho é o vulcão que estão preparando ao Brasil o que, sob pretextos de augmentar os braços e a cultura da canna e do café, sustentam como indispensavel o trafico dos africanos. Egoistas insensatos! E sacrificaes assim o futuro do vosso paiz a um conto de réis de menos ou de mais para as alfandegas!*  
(Varnhagen. Memorial Orgânico, 1851)

*“Se da união nasce a força, da desunião somente fraqueza resulta; e o maior ascendente que em todos os países tem tido a civilização sobre a barbárie vem de que esta, composta de elementos dissolventes, não se une, ao passo que a nação civilizada, que com ela*

---

<sup>249</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Programma: se a introdução dos escravos africanos no Brazil embaraça a civilização dos nossos indigenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que soffre a lavoura Brasileira? **RIHGB**, TOMO I, p. 126-129, jul./set. 1839. p. 128.

*se põe em contacto, tem nas suas mesmas leis os laços de união*". Isso não é um trecho do Memorial Orgânico, mas certamente lhe caberia bem. Unidade pressupunha *união, desunião* seria igual à *fraqueza*, fragmentação; como corolário, *união* equacionava com *civilização*, ao passo que da *desunião* só *barbárie* resultaria. Em defesa dessa *civilização* Varnhagen almejava ver o Brasil constituído numa Nação compacta; mas uma Nação com uma feição bem definida: branca e europeia, a verdadeira raça difusora dos princípios civilizados.

A construção dessa Nação compacta encontrava-se ameaçada pela continuação do tráfico de escravos. *Sob pretextos de augmentar os braços e a cultura da canna e do café*, os grandes proprietários de terras e de escravos estavam preparando um *escuro e medonho vulcão* para o Brasil; no entendimento de Varnhagen, sacrificando *o futuro do paiz por um conto de réis de menos ou de mais para as alfandegas*.

A respeito do tráfico atlântico de escravos para o Brasil, vejamos. Em 1848, o cônsul britânico no Rio de Janeiro Albionte referiu-se ao escravo africano como “um pequeno bárbaro falando uma espécie de dialeto de macaco”, numa nota ao governo brasileiro em que protestava contra um projeto de revogar a lei de 1831 proibindo o tráfico. Nesse mesmo ano de 1831, um senador brasileiro opinara que o maior bem que resultaria da abolição da escravatura “[...] é (era) arredarmos de nós esta raça bárbara, que estraga os nossos costumes, a educação dos nossos filhos, o progresso da indústria, e tudo quanto pode haver de útil, e até tem perdido a nossa língua pura!”<sup>250</sup>. No Memorial Orgânico Varnhagen fez o questionamento

Quereis pois vêr o vosso Brasil daqui a seculos igual ao continente d'África fronteiro, e vosso netos reduzidos talvez á condição de servos dos netos dos africanos? Ora, pois, tenhamos mais patriotismo e não atraioemos o futuro do Brasil. A estas considerações respondem os negreiros: “Histórias! Sem o couro de Guiné, que seria do Brasil?” Barbaros! – O Brasil seria então mais do Brasil e menos dos negreiros!<sup>251</sup>

Dessas três citações podemos depreender que ambos os sujeitos eram a favor da supressão do tráfico, por ver nos escravos uma *raça bárbara que estraga tudo quanto pode haver de útil*, ou por medo de ver o Brasil *daqui a seculos igual ao continente d'África fronteiro*, pertencendo mais aos *negreiros* do que ao próprio Brasil. Quando em nota ao

<sup>250</sup> SLENES, Robert W. “*Malungu, ngoma vem!*”: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez. 1991; fev. 1992. p. 66.

<sup>251</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação**. (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 391.

governo brasileiro o cônsul britânico protestava contra um projeto que visava revogar o fim do comércio atlântico, evidenciava-se a impaciência do governo inglês com a demora do Brasil em obedecer as disposições dos tratados assinados com a Inglaterra e cessar a importação de africanos escravizados. Desde a década de 1810 o Brasil assinava tratados com a Inglaterra com essa finalidade, e o tratado de 1826 dava a Inglaterra o direito de tratar o comércio brasileiro de escravos como pirataria, sendo essencial que as comissões mistas de anglos-brasileiros continuassem julgando navios brasileiros capturados, já que o comércio certamente permaneceria por algum tempo. Pelo acordado, depois do dia 13 de março de 1830, se não extinto, o comércio brasileiro de escravos se tornaria ilegal.

Nesse âmbito, Leslie Bethell informa que durante todo o tempo em que o governo brasileiro se mostrou incapaz ou pouco desejoso de fazer cumprir a sua própria legislação que proibía a importação de escravos no Brasil no período posterior a 1830, a Grã-Bretanha ou, para ser mais preciso a Marinha britânica, representou a única ameaça séria à continuação daquele comércio ilegal. Todavia, o sucesso ou o fracasso da Marinha na repressão ao comércio brasileiro de escravos dependeria mais imediatamente da medida em que, de conformidade com os vários tratados contra o comércio de escravos firmados pela Grã-Bretanha com o Brasil e outras potências estrangeiras, fossem dados poderes aos navios de guerra britânicos para abordar, revistar e capturar navios negreiros destinados ao Brasil.<sup>252</sup>

De fato esses poderes foram concedidos e muitos negreiros que abasteceriam o mercado escravista do Brasil foram apreendidos nas águas da costa africana e mesmo brasileiras. Mas certamente a pressão mais incisiva da Inglaterra sobre o desmantelamento definitivo do tráfico atlântico para o Brasil foi a aprovação, pelo Parlamento, em 8 de agosto de 1845, da Lei denominada de Trade Suppression Act ou Aberdeen Act, mais conhecido no Brasil como “Bill Aberdeen”, em referência a Lord Aberdeen, então Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha. Sobre esse aspecto Herbert Klein coloca que apesar de estadistas e escritores ingleses terem retratado a campanha deles como sendo sempre uma questão moral, já existia considerável literatura contemporânea atacando seus motivos. Cubanos, espanhóis e brasileiros, objetos da maioria dos ataques dos abolicionistas ingleses após 1808, argumentavam que a campanha era motivada por temor de competição, especialmente depois de 1834, quando a safra do açúcar passou a se dar com mão-de-obra livre nas Índias

---

<sup>252</sup> BETHELL, Leslie. Negociações de tratados, 1830-1839. In: \_\_\_\_\_. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 113.

Ocidentais inglesas. Os latinos argumentavam que o motivo da campanha antiescravista inglesa era o de afastar os produtos, eficientemente produzidos por escravos, do mercado europeu, forçando o aumento das despesas com mão-de-obra.<sup>253</sup>

A política britânica com relação ao comércio de cativos gerou protestos no Brasil. Este trecho da Ata do Conselho de Estado Pleno do Império datada de 16 de setembro de 1845 e assinada pelo conselheiro Jose Cesário de Miranda Ribeiro alude a essa situação, recomendando que se continuassem os protestos, e que caso o governo inglês não parasse, que se aumentasse os impostos sobre suas mercadorias.

[...] caso o Governo inglês a nada atenda, antes passe a novos atentados e violências, repitam-se os protestos, aos quais todos devem dar-se a maior publicidade interna e externa, passando-se a tomar todas as medidas, que sem dar direito à guerra, sejam capazes de fazer o Governo inglês arrependê-se dos passos dados, sendo a primeira a intimação de termos como rota e terminada a Convenção de 1826 e depois aumento de imposto em certas ou todas as mercadorias inglesas, confisco em mercadorias próprias no tráfico etc., etc., etc.<sup>254</sup>

Cinco anos depois em mais uma sessão sob a “Augusta Presidência do Muito Alto e Muito Poderoso Senhor Dom Pedro Segundo Imperador Constitucional Perpétuo Defensor do Brasil”, o Secretário do Conselho, conselheiro José Antônio da Silva Maia assinou a Ata do dia 11 de julho de 1850 cuja parte do texto diz o seguinte

Desde que passou o Bill de 8 de agosto de 1845, o Governo Britânico deixou de insistir pela celebração de um tratado para a extinção do tráfico. Declara estar satisfeito com a execução do dito Bill, que lhe dá faculdades mais amplas do que as convenções, que ele mesmo tem proposto. [...] O Governo Britânico fundando-se em que o Brasil não quer, ou não pode reprimir o tráfico, e armado com o Bill de 1845, está deliberado a fazer essa repressão por si mesmo, e com os meios fortíssimos, que tem à sua disposição, visitando, detendo, e julgando as nossas embarcações, entrando em nossos portos, queimando nossos navios, e destruindo toda a resistência, que se lhe opuser. Os fatos o

<sup>253</sup> KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. **R. História**, São Paulo, 120, p.3-25, jan/jul, 1989. p. 22-23. Segundo Klein houve um próspero tráfico de reexportação de escravos destinados ao Brasil para as colônias espanholas nas regiões do Rio da Prata, existindo também um constante movimento de escravos africanos e crioulos entre portos brasileiros, inclusive no apogeu do tráfico atlântico. Esse tráfico interno teria atuado no sentido de transferir o excesso de escravos de um mercado a outro ao longo da costa, mas a movimentação de massa ocorreu após a extinção do tráfico atlântico em 1850. O tráfico interno pós-1850 não foi tão grande nem provocou tantas mudanças na redistribuição da população quanto o anterior, e pode ser dividido em dois tráficos: o inter-regional, que transportou principalmente escravos adultos especializados, das zonas açucareiras nordestinas e de criação de gado sulinas para as grandes regiões de lavoura cafeeira do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; e o intra-regional, diretamente ligado à agricultura de exportação, que consistiu na transferência de escravos de regiões cafeeiras em declínio para novos centros cafeeiros dentro ou fora da mesma província.

<sup>254</sup> ATA do Conselho de Estado Pleno de 16 de setembro de 1845. Arquivo do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.org.br>. Acesso em: 21 mar. 2013.

provam. A posição, em que está o Brasil é muito perigosa. Este estado de coisas abala-o, e agita-o, e há de dar lugar a conflitos, e represálias, que não de agravar o mal, e que é impossível prevenir. Tira a força moral ao Governo, paralisa o nosso comércio, influi sobre as rendas públicas, e agrava terrivelmente as complicações dos nossos negócios no Rio da Prata.<sup>255</sup>

Nesse fragmento do texto da Ata do Conselho observa-se claramente a preocupação dos dirigentes imperiais com as implicações negativas para o país que provinham da aplicação do Bill Aberdeen. Ao impedir o comércio escravo da África para o Brasil a lei inglesa não afetava apenas a economia brasileira baseada na mão-de-obra escravizada, mas também era encarada como uma afronta a soberania nacional, tirando a força moral do Governo, além de complicar os negócios do Império na região do Prata que já se constituía numa área de conflito entre o Brasil e os vizinhos platinos. Mais tarde as tensões e conflitos de interesses na região levaria à deflagração da Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Então, os negros, que formavam o *mundo do Trabalho*, não constituíam somente um problema de ordem interna para o Brasil, a entrada de mais escravos ainda implicava num problema de política externa deixando o Império numa situação complicada perante a Inglaterra. O fato de Varnhagen, em 1849 e reafirmando no ano seguinte, defender a abolição do tráfico de escravos para o Brasil, e aí já num período pós-Bill Aberdeen, só mostra o quanto o historiador estava atento à situação do Império, tanto internamente quanto externamente falando. Entretanto, o governo central ao não reprimir o tráfico negreiro estava concedendo aos proprietários algo muito mais importante do que o próprio reconhecimento legal da escravidão, ele possibilitava o reconhecimento da legitimidade das operações de pirataria atlântica, que por sua vez, permitiam a reprodução da produção escravista. Era “assim (que) se consolidava a ideologia "civilizadora", difundida entre os altos funcionários do Estado, que atribuía às classes dominantes a tarefa histórica de "civilizar" a população brasileira”<sup>256</sup>.

Sobre a escravidão Varnhagen argumentou

Encarámos a questão dos escravos, não pelo sentimentalismo, mas pelo patriotismo; não porque achemos infame o trafico, mas porque tememos pelo futuro do Brasil, se continuamos a importar africanos.

<sup>255</sup> ATA do Conselho de Estado Pleno de 11 de julho de 1850. Arquivo do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.org.br>. Acesso em: 21 mar. 2013.

<sup>256</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe de. O fardo dos bacharéis. **NOVOS ESTUDOS**, nº 19, dezembro de 1987. p. 69-70.

Foram considerações de estado, mais que de caridade e de economia política, que pesaram em nossas opiniões. Temos a escravatura por lícita, e até conforme o Evangelho e com o voto dos publicistas, quando necessária para a segurança do estado, e melhor governo dos captivos. Cremol-a ilícita, barbara e impolítica quando é possível evital-a, e isso se não faz.<sup>257</sup>

Atentemos para algo importante nessa medida proposta por Varnhagen no opúsculo. O autor diz não encarar a questão dos escravos pelo *sentimentalismo*, e sim por *patriotismo* e por temer pelo *futuro do Brasil*. Varnhagen explica que tanto no *Evangelho* quanto no *voto dos publicistas* a escravidão era justificável e lícita, na medida em que ela garantisse a segurança e a melhor forma de controlar os elementos escravizados. Como uma *consideração de estado*, cessar a importação de escravos africanos era tido como uma solução para resolver o problema gerado quando esse sistema não se fazia mais necessário, ou antes, prejudicial, para a segurança do Estado. Nesse ponto Varnhagen a classifica como *ilícita, barbara e impolítica*.

Nesse movimento o historiador relatava que uma Nação com escravos poderia vencer a imoralidade destes enquanto os encontrassem num estado ainda rude, o que devia ser o caso dos cativos brasileiros por não terem tomado parte nas últimas guerras civis. Porém, não cabia ao governo esperar que isso acontecesse, além do mais a possibilidade de civilização dos escravos era muito remota, o que não compensava a ameaça interna e externa que constituíam. A insurreição escrava do Haiti era lembrança recorrente para Varnhagen. No opúsculo ele afirmou que “os exemplos da joven América nos dam a cruel certeza de que a raça, ou a cor da pelle, nam fazem variar as tendencias de todos os escravos, e nos aconselham a nam deixar de consulatar a verdadeira *mestra da vida*” (grifo do autor); e completou dizendo que “o triunfo exclusivo dos africanos no Haity é um aviso a todos os pardos da América, sobre a sorte que os esperaria, se eles se unissem aos negros contra os brancos”<sup>258</sup>. Um aviso que ele mesmo, bem como a experiência histórica do próprio continente estavam dando para que não se repetisse no Brasil o que ocorreu na ex-colônia francesa.

Mas para deixar logo “cravado o punhal nessa tremenda hydra da escravidam africana” Varnhagen propunha cautela, não “matal-a de um tiro (o que) equivalia a soltal-a, e solta ella nos devoraria...”, pelo contrário; recomendava que se fizesse no Brasil o que os

<sup>257</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação**. (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 392.

<sup>258</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil**. (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 8-10.

européus fizeram na Idade Média, isto é, melhorar as condições dos escravos que estavam sujeitos à legislação do paganismo, convocando os corpos colegiadores a fazerem pelos escravos o que os concílios medievais fizeram em proveito do cristianismo, para o bem do país e das instituições. Por outro lado, também não previa que os proprietários tivessem prejuízos com o fim do comércio, desse modo postulou que se tratasse de ir “suavisando, sem lezar os proprietários e a indústria do país, os vexames que soffrem os nossos escravos, que contra sua vontade nos trouxe d’alem dos mares a cobiça”, e que sendo vendidos como “brutos”, viam-se privados “dos agradaveis laços de familia”<sup>259</sup>.

Então, se era para se extinguir o tráfico, mas sem totais prejuízos para os donos de escravos e da indústria do Brasil, o que gerava a necessidade de se ir *suavisando* o trato com os cativos, Varnhagen expunha que se devia aprovar uma Lei que acabasse definitivamente com o tráfico ilícito na Costa, e não uma Lei que determinasse o enforcamento do “fazendeiro criminoso em cujo poder se encontrem alguns negros novos”, mas uma Lei que declarasse que no Brasil os escravos deixariam de ser *mercadoria*, mesmo continuando a servir com obediência aos seus senhores. O texto integral do parágrafo é o que segue.

A lei que devemos fazer e promulgar, a lei que unicamente é capaz de dar o golpe mortal ao trafico ilicito da Costa, é ao mesmo tempo a mais essencial, reclamada pela civilisaçam e pela politica, que necessitamos para melhorar a condiçam dos nossos escravos. Essa lei é a que deve declarar que no Brasil os escravos *deixam de ser mercadoria*; continuam servos de seus respectivos senhores, e a prestar-lhes a mesma obediencia, os mesmo serviços, mas nam podem mais ser vendidos como se vende um animal. Reformemos esta parte mais odiosa da nossa servidam: esta pode ser uma necessidade, um facto, e nam atacar a dignidade do pobre servo; mas a idea de ser-se vendido a dinheiro quando já nam se é boçal, deve ser a mais humilhante para um homem, de qualquer cor, que tenha sentimentos. Nam plantemos mais a ignominia, pois por fructo nam pode ella dar senam rancorosa vingança.<sup>260</sup> (grifo do autor)

Observa-se que há uma preocupação por parte do autor em reformar o que chama de *parte mais odiosa da nossa servidam*, referindo-se ao fato da venda do cativo como uma mercadoria, porém, em sequência, alerta para uma ideia que se repete ao longo da parte do Memorial Orgânico que trata da questão dos escravos, que é a da ameaça representada pelos negros escravizados, no dizer de Varnhagen, *nam plantemos mais a ignominia, pois por fructo nam pode ella dar senam rancorosa vingança*.

<sup>259</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte II). p. 8-9.

<sup>260</sup> Ibid. p. 9.

Com relação ao intenso contrabando que se seguiu ao decreto que taxava como ilícito o comércio atlântico de escravos para o Brasil, Varnhagen acrescentou que se desse um prazo qualquer de tolerância para essas compras e vendas de cativos, mas findado este prazo não se vendesse mais no “mercado de carne humana”. Por conseguinte, os “bucaneiros da Guiné”<sup>261</sup> iriam contrabandear escravos para outro lugar. Cuidou também em ressaltar que na primeira província (Fronteira sul, do Uruguay, meridional ou outro nome que se escolhesse), nas ilhas da costa e outras regiões do Império, não deveria ser mais permitida a escravatura, para já irem ensaiando os novos sistemas de colônias europeias.

De fato em 1850 a Lei Eusébio de Queiroz aboliu o tráfico brasileiro de escravos. A pressão inglesa, sobretudo, mas também o medo de rebeliões de escravos<sup>262</sup>, o surto de febre amarela associado com o tráfico; possibilitou uma mudança que justificou a ação saquarema no sentido de implementar uma política contrária aos interesses imediatos de muitos senhores de escravos, em boa parte eles mesmos. Se antes a direção saquarema defendia o tráfico como forma de reprodução da região mercantil-escravista, a nova conjuntura levou-a a agir de outra maneira que garantiu o cessar do comércio ilegal, e, contraditoriamente, consolidou um novo tipo de escravidão, fazendo sua ação parecer como ação da Coroa. Nas palavras de Ilmar de Mattos “a derrota Saquarema tornava-se, pela própria forma como se constituiu o Estado e os dirigentes conservadores, uma quase vitória”<sup>263</sup>.

Basta lembrar que Eusébio de Queirós fazia parte da chamada “trindade saquarema” que assumiu o ministério em 1848, portanto, dois anos antes da promulgação da Lei que levou seu nome, e que serviu igualmente ao projeto de centralização do Estado imperial, reforçando o papel das referências centrais junto aos poderes locais, além de que o fim do tráfico não significava o fim da escravidão, que acabou durando até 1888. Enquanto os ingleses viam a Lei de 1850, a classe senhorial via a expansão dos seus interesses agora sem as restrições

---

<sup>261</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil.** (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.. p. 9.

<sup>262</sup> Robert Slenes anota que as autoridades levaram muito a sério o plano de rebelião escrava descoberto em 1848 e que envolvia vários municípios do Vale do Paraíba. O temor devia-se ao fato de que a época coincidia com o momento de maior pressão inglesa para acabar com o tráfico transatlântico, e havia o receio de possíveis ligações entre os cativos e os ingleses; posto que existiam evidências de que os escravos, inclusive, esperavam receber a ajuda de soldados britânicos. Ver: SLENES, Robert W. “*Malungu, ngoma vem!*”: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez. 1991; fev. 1992. p. 66.

<sup>263</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema.** São Paulo: HUCITEC, 1987. p. 231-245.

britânicas, de modo que no Império do Brasil o acabar com o tráfico significou a construção de um novo tipo de escravidão.<sup>264</sup>

Olhando para trás, já em 1877, Varnhagen escreveu com um tom de lamentação ao imaginar o quão adiantado estaria o Brasil naquele momento se tivesse adotado as medidas que propôs quase trinta anos antes. Assim, menciona a Lei do Ventre Livre aprovada só em 1871 e o evento que ficou conhecido como Questão Christie; nome em alusão ao ministro plenipotenciário inglês William Christie que esteve a frente dessa questão, que consistiu em dois incidentes envolvendo a Marinha britânica em território brasileiro, e que acabaram levando ao rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra de 1863 a 1865.

Quanto mais avantajado, - moral, material, intellectual, e até commercialmente, não se veria hoje o Brazil, se esta e outras propostas sustentadas nos ditos dois folhetos, incluindo a da libertação do ventre escravo (só decretada dahi a 20 annos), se tivessem, já nesse tempo (1851), lévados á execução! Desde logo, não cabe dúvida que não teriamos passado pela humilhação Christie, ás barbas da propria capital....<sup>265</sup>

A decepção de Varnhagen em ainda não ter visto executadas as propostas que destinou aos dirigentes da Nação é notória nesse fragmento de um dos últimos trabalhos publicados pelo historiador em vida. Como já tivemos a oportunidade de ver no capítulo anterior, vinte e sete anos antes no Memorial Orgânico ele havia “alertado” o governo imperial sobre a possibilidade de o país vir a sofrer humilhações perante os *poderosos*, na ocasião escreveu que o Brasil, por não ter grande desenvolvimento na Marinha de Guerra, deveria concentrar sua principal força no interior, para assegurar que pudesse *pelo menos fazer cara e bater o pé quando o insultem, em vez de se pôr a chorar*. Essa era a forma de o Brasil conseguir *rivalizar com os poderosos*.

#### 4.4 A colonização europeia e a homogeneização da população: o homem branco brasileiro

*“O sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluents das raças India e Ethiopica.”*  
(Karl F. P. von Martius. *Como se deve escrever a História do Brasil*, 1843)

<sup>264</sup> ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. 1850. In: \_\_\_\_\_. **Tráfico de escravos e direção Saquarema no Senado do Império do Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. 188 f. p. 169.

<sup>265</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A questão da capital: marítima ou no interior?** Vienna, Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877. p. 16.

Com a famosa frase “Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer italianos”<sup>266</sup>, Massimo d’Azeglio teria expressado a intenção de, após ser construída a Nação italiana, construir seu povo; Auguste de Saint-Hilaire em viagem pelo Brasil afirmou que “havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros”<sup>267</sup>. Assim, no caso do Império, extinto o tráfico de escravos africanos, civilizados os índios, resolvidos os problemas de ordem territorial, restava construir o povo brasileiro, para finalizar a construção da Nação brasileira. É isso o que Varnhagen expressa no seguinte trecho da conclusão da segunda parte do Memorial Orgânico

Para civilisarmos o Brasil, e fazermos com que haja povo brasileiro, necessitamos ir paulatinamente acabando com a escravidam dos africanos, necessitamos prender e avassallar (nam escravisar) temporariamente os índios bravos; e necessitamos, em fim, admittir no paiz gente branca voluntariamente arregimentada em grupos. Se adoptamos já tal systema cujas disposiçoens se poderam consignar em um codigo africano-indio-colonial, fiquemos descansados que havemos de vir a ter uma populaçam compacta, logo que possamos sair dessa situaçam forçada.<sup>268</sup>

A ideia de civilizar e tornar compacta a população brasileira em um determinado espaço de tempo dependia em grande medida do incentivo a vinda de colonizadores europeus. Os sujeitos do Velho Mundo trariam a cultura, os costumes e os princípios civilizados para os sujeitos do Novo Mundo, além é claro, da cor branca que diluiria as demais cores que davam o tom do povo que habitava o Brasil; na metáfora de von Martius epigrafada acima o sangue europeu num *poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica*.

“O Brasil pertence é civilização [...], pelo legítimo direito de conquista, [...], o da civilização sobre a barbaria”<sup>269</sup>, a conquista da *civilização* europeia branca sobre a *barbaria* indígena e negra que acometia o Império desde o início da colonização portuguesa no século XVI. Varnhagen assinalava que todo aquele que não obedecesse à lei e ao chefe era considerado criminoso, crime que dispensava a alegação de ignorância, pois, se a justificativa

<sup>266</sup> HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 56.

<sup>267</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Brasiliense**. Revista eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8 – 26, 2005. p. 16.

<sup>268</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil**. (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 15.

<sup>269</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação**. (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 394.

fosse válida todos os dito ignorantes que se rebelassem contra a lei seriam destituídos da posição de criminoso, ao invés de julgados e punidos. Que viessem os imigrantes da Europa, mas antes fazia-se essencial a promulgação de uma outra Lei agrária que promovesse a vinda de novos povoadores. Pelo texto ter sido escrito em 1850 (segunda parte do Memorial) entendemos que a primeira Lei a que Varnhagen se referiu foi a Lei de Terras do mencionado ano de 1850; porém o autor ainda esperava ver aprovada uma “uma verdadeira lei promotora da colonisaçam branca”<sup>270</sup>.

No fomento a colonização caberia aos indivíduos que tivessem mais interesses na prosperidade das colônias se encarregarem de engajar, pagar as passagens e cuidar dos primeiro estabelecimento dos colonos no Brasil; e não ao governo da Nação por ser uma “tarefa humilhante perante os estrangeiros”, podendo dar lugar a “muita immoralidade tolerada”<sup>271</sup>. Ao governo cumpria dar proteção a esses colonos e tornar acessível sua chegada ao interior do país através de uma eficiente rede de estradas e transportes. Quanto à forma, a colonização deveria ser feita não de maneira dispersa, e sim por grandes grupos, ou colônias, que possuíssem um código simples e severo, e governados por um chefe cuja autoridade reunisse todas as faculdades administrativas, fiscais e judiciais. O respeito à Lei era essencial para que o povo não se firmasse como uma população quase bárbara.

Varnhagen propunha colonizar os sertões do Brasil ao estilo da Europa durante o período feudal como uma necessidade dessa etapa inicial do empreendimento, o que seria superado posteriormente. Nesse momento cumpria ao governo fazer algumas concessões aos colonos como, por exemplo, o benefício de um lote de terra de primeira qualidade para dividir por cada 25 indivíduos que trouxessem, contando as crianças. Não faltariam famílias “nas Canarias, na Irlanda, na Europa toda, que a troco de segurança da subsistência, para si e seus

---

<sup>270</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil.** (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 13. A Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras, e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país o governo se viu pressionado a organizar esta questão. Foi uma das primeiras leis brasileiras após a Independência a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro e estabelecia a compra como a única forma de acesso a terra abolindo em definitivo o regime de sesmarias. Teve origem em um projeto de lei apresentado ao Conselho de Estado do Império Colonial, em 1843, por Bernardo Pereira de Vasconcelos; ao longo do Quinquênio Liberal (1844 a 1848) o projeto de lei tramitou lentamente, sendo aprovado finalmente na vigência do gabinete saquarema de 1848. A Lei foi regulamentada em 30 de janeiro de 1854 pelo decreto imperial nº 1318.

<sup>271</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação.** (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851. p. 398.

filhos, vão até ao fim do mundo, sujeitando-se a quaesquer condições”<sup>272</sup>. Na viagem que fez ao interior do país, na década de 1870, demarcou alguns lugares ideais para se localizar uma povoação, uma delas ficava numa região

bastante elevada, de facil accesso, bem ventilada, suaves esconates, bellos horizontes e com capacidade sufficiente para estender-se e chegar a receber até mais de um milhão de almas. É uma delas a chapada, por alguns denominada serra da Gordura, perto de quatro leguas a O. N. O. Desta villa, na paragem onde, a menos de um tiro de fuzil umas das outras, se veem as cabeceiras dos ribeirões Santa Rita, vertente ao rio de S. Francisco pelo Preto; Bandeirinhas, vertente ao Amazonas, pelo Paranan e Tocantins; e Sitio-Novo, vertente ao Prata, pelo S. Bartholomeu e grande Paraná.<sup>273</sup>

Ao defender a substituição da mão-de-obra escrava negra pela do indígena civilizada Varnhagen acreditava ter um aumento de braços menos perigosos que o dos cativos africanos, e também que mais tarde os indígenas estariam misturados com os brancos em tudo, inclusive na cor, possibilitando a formação nas províncias de um povo, algo que nem todas podiam dizer que tinham. Para que a constatação de Saint-Hilaire não permanecesse viva o Império precisava de um povo, que por sua vez é formado por homens. Cabia ao homem brasileiro formar o povo brasileiro. Mas quem era esse homem brasileiro? Ou melhor, quem deveria ser o homem brasileiro? E como constituí-lo?

No século XIX intelectuais como Varnhagen conceberam uma representação de Nação fundada na imagem de uma sociedade com traços e valores comuns. Diante da diversidade humana a atitude era a de negá-la, pois o outro só seria bom e aceitável se pudesse ser reduzido àquilo que estava estabelecido como o padrão da sociedade. Desse modo, a miscigenação e o branqueamento eram o caminho a ser seguido pela sociedade no intuito de “salvar-se” da desintegração. Ao construir um modelo de Nação demarcava-se o campo no qual a diversidade racial e cultural poderia existir, à diversidade restava o direito de miscigenar-se e desaparecer dentro do outro. Se índios e negros eram selvagens inferiores, a conquista e a miscigenação representavam uma possibilidade de regeneração e de supremacia dos valores, padrões, costumes e da religião dos brancos<sup>274</sup>. Era dever do Estado como força tuteladora ser o instrumento de formação dessa Nação que se pretendia homogeneizar. Um dever funesto, posto que era muito difícil acomodar as diferentes nações existentes no Império

<sup>272</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte I). p.399.

<sup>273</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A questão da capital**: marítima ou no interior? Vienna: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877. p. 29.

<sup>274</sup> OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os índios bravos e o Sr. Visconde**: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000. p. 19.

dentro de uma Nação brasileira única, e quando falamos em diferentes nações referimo-nos à brancos, índios e negros, e várias etnias destes.

Se controlar as ansiedades da população manifestadas sob a forma de revoltas e insurreições foi sendo percebido como fundamental para garantir as “liberdades” da elite imperial, um dos modos vislumbrados de realizá-lo foi a amalgamação da diversidade racial e cultural dessa população, constituindo-a numa população homogênea. Assim, para que a Nação viesse a existir concretamente segundo os parâmetros que foram sendo edificados por essa elite era fundamental que os indígenas, embrenhados nos sertões, fossem rapidamente localizados e civilizados. Umbilicalmente ligada à construção de uma representação de Nação estava a ideia da formação de um povo coeso. Nesse processo concebeu-se que era preciso afastar os índios de sua condição de “selvagem”, pois na situação que se encontravam até então nem sequer eram *súditos do Imperador do Brasil*; e dar um fim no comércio de negros escravizados para livrar o país de receber mais elementos que só potencializariam a ameaça que os já aqui existentes representavam. Para Varnhagen cabia aos intelectuais apontar o caminho a ser trilhado para construir a Nação e salvá-la da desagregação, cujo perigo já se delineava pela própria heterogeneidade da população.

Para protagonizar a história da Nação brasileira estava o homem branco, o grupo vencedor; o grupo vencido apenas participaria pela assimilação, via miscigenação. O processo de miscigenação do qual resultaria o homem branco brasileiro não era simplesmente uma fusão racial, visto que seu significado maior era dado pelo fato de que a miscigenação possibilitaria a existência do homem brasileiro com a supremacia dos valores brancos, os quais constituiriam o cerne de seu ser moral, da mesma forma que para o índio representaria a superação da sua condição de “selvagem”. Tratava-se do embate entre duas sociedades, não entre duas Nações, os indígenas não constituíam uma Nação. O homem branco brasileiro tinha de preservar os valores que fizeram de seus antepassados, o conquistador branco, o grupo vencedor.<sup>275</sup>

Quando Varnhagen analisa a presença do índio<sup>276</sup> e do negro na História do Brasil o faz no sentido de deplorá-la, porque para ele eram etnias que se confundiam com um baixo

---

<sup>275</sup> ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 39-90.

<sup>276</sup> Em Varnhagen “o elemento indígena não é colocado no mesmo nível do elemento negro; enquanto este é uma aberração e o fruto de um erro histórico, o indígena, ao contrário, é uma presença obrigatória que não se pode elidir; ele representa, por suas origens supostas e pelo que transmite ao branco de conhecimentos da terra, um componente histórico importante na formação da nacionalidade”. Ibid. p. 101.

nível de civilização e que, portanto, tinham de ser assimiladas para que a nova Nação branca pudesse partir do grau de civilização que caracterizava os povos europeus, e não regredir aos estágios de selvageria e barbárie dos quais nativos e negros faziam parte. Diferentemente do que acontecia com relação aos índios, não se preocupava em fazer uma análise aprofundada ou buscar a origem étnica dos negros, restringia-se a expressar que a escravidão no Brasil, mesmo que um “erro histórico”, somente substituíria outra que já havia no continente africano; contudo, em terras brasileiras os cativos tinham a “sorte” de poder usufruir da civilização branca com a qual estava em permanente contato, o que nunca aconteceria na África.

O ideal do branqueamento da raça resultava do processo de fazer do Brasil uma sociedade branca e europeia. Nesse âmbito, e como ressalta Nilo Odália, o importante a ser notado é que Varnhagen foi o primeiro a formular concretamente a teoria do branqueamento da população brasileira. A partir disso

O instrumento central para essa política de branqueamento é a miscigenação biológica; os que o seguirem terão um arsenal mais rico e amplo de argumentos pseudocientíficos para a defesa do branqueamento e procurarão ultrapassar as fronteiras do biológico, por meio da ampliação da miscigenação que passa ser também um fato cultural.<sup>277</sup>

Era só o começo do que mais tarde constituiria o “bando de idéias novas” que chegariam ao meio intelectual brasileiro; ou na expressão de Lilia Moritz Schwarcz, um prelúdio do “espetáculo das raças”.

Tomadas todas as medidas propostas no Memorial Orgânico para a organização do território, que vimos no capítulo anterior, e para a população que tratamos neste, Varnhagen acreditava que *só então o Imperio imporá ao estrangeiro como uma nação verdadeiramente independente*, e, ao se inserir no conjunto das Nações civilizadas, poderia ser uma *nação respeitável*.

---

<sup>277</sup> ODÁLIA, Nilo. Op., cit. p. 96-97. Ver tópico 4.1.

Entre o dito e o não dito  
algumas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*“Se, em vez de madurar, apodrecemos roídos dos vermes, melhor fora acabarmos já de existir e nam pensarmos a vir occupar um logar menos honroso na historia das nações. Deixar-nos invadir por hordas selvagens vindas do polo visinho – nunca”.*  
(Varnhagen. *Memorial Orgânico*, 1850)

No Memorial Orgânico Varnhagen tratou de estudar e propor medidas para organizar as duas maiores riquezas de que se pode dispor uma Nação: o território e a sua população. De maneira análoga ao senador Francisco Gê de Acaiaba Montezuma, Varnhagen também enxergava “o terreno e a população, o Território e os Cidadãos seus habitantes, [...] (como) as duas idéias simples, que formam a complexa de Reino, Império ou Nação: esta jamais se pode conceber sem aquelas”<sup>278</sup>. Assim, afirmava que

[...] se legislarmos uma circunscripçam de provincias mais rasoavel e precisa; se pozermos em facil e prompto contacto as do norte com as do sul; e os sertoes com o do mar, e se nam desconsiderarmos a questam da capital poderemos ser uma naçam respeitavel.<sup>279</sup>

É claro, somadas as demais medidas relativas à organização da população, civilização dos índios por tutela, extinção do tráfico de escravos e imigração europeia. No interior Varnhagen vislumbrava a construção de uma Nação brasileira compacta, civilizada, e com uma feição branca e europeia, em cima de uma sociedade ainda caracterizada pela heterogeneidade populacional e pela fragmentação (o *bairrismo*, *provincialismo*) herdada do período colonial, aspectos que não faziam parte da concepção oitocentista de Nação, como se pode observar.

De acordo com Nilo Odália uma nova Nação recobre uma série de significados e valores que vão desde a etnia à civilização. Dessa maneira compõe o seguinte panorama

Uma certa etnia, a do grupo vencedor; um certo tipo de colonização e de conquista, a do povo vencedor; um certo tipo de povo conquistado, a do autóctone; um certo tipo de erro histórico, a escravidão de povos não conquistados; um certo tipo de correção histórica, a miscigenação; um certo tipo de civilização, a do vencedor; um certo tipo de Estado,

<sup>278</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Brasiliense**. Revista eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 22.

<sup>279</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil**. (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850. p. 15.

instrumento de realização da Nação; um certo tipo de homem, o brasileiro, fruto e construtor, ao mesmo tempo, da nova Nação.<sup>280</sup>

Se a missão política fundamental do século XIX era estruturar e tornar efetivo um projeto de Nação, aí estava o de Varnhagen. Contudo, o historiador morreu em 1878, o ano de 1889 proclamou a República e o fim do Império, regime para o qual foram idealizadas as medidas contidas no Memorial Orgânico. Conclusão, o projeto não teve aplicação prática, o que praticamente nos obriga, ou no mínimo nos tenta, a refletir sobre o que teria acontecido se tivesse ocorrido o oposto.

Ao propor as seis medidas de cunho político-administrativo Varnhagen assumia o papel de construtor de uma ideia de Nação para o Império, ao mesmo tempo, quando propôs que estas medidas fossem tomadas para organizar o território e a população do país, se comportava também como um herdeiro deste. Varnhagen, igualmente aos dirigentes imperiais de meados do século XIX, se colocava e fazia parte do grupo dos “construtores e herdeiros na trama dos interesses na construção da unidade política”, na feliz colocação de Ilmar de Mattos.<sup>281</sup>

No final da segunda parte do Memorial Orgânico Varnhagen alertava que nenhuma Nação poderia viver sem cumprir uma das duas missões de qualquer existência política: ou guerrear para ganhar mais glória e se fazer respeitável, ou adquiri-la aperfeiçoando-se, quando já não se temesse uma agressão externa; e a Nação que falta um ou outra dessas missões suicida-se e tem de abdicar em mãos estranhas sua nacionalidade. Conclui finalmente dizendo

[...] Assim nol-o ensina a historia da humanidade; da qual o autor deste escripto, movido pelo patriotismo e auxiliado pela meditaçam, colheu as ideias que professa, e que graças á imprensa seram a todo tempo um protesto de que houve quem dissesse ao paiz, em vez de adual-o, muitas verdades amargas; calando só as que a discriçam fez calar.<sup>282</sup>

No mais, o que é possível se dizer é que Varnhagen, como um indivíduo do século XIX, foi um homem do seu tempo, que escreveu uma obra característica do seu tempo, a partir de ideias do seu tempo. Um historiador/intelectual datado, mas que por sua importância dentro da História do Brasil continua sempre presente, pelo menos para quem se propõe a estudar o pretérito período oitocentista do almejado “poderoso Império” brasileiro. Chamá-lo

<sup>280</sup> ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 39-40.

<sup>281</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Brasiliense**. Revista eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8 – 26, 2005.

<sup>282</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op., cit. (Parte II). p. 16.

de racista ou preconceituoso soaria no mínimo anacrônico, e menos ainda possuiria alguma significação para a compreensão de sua obra. Neste trabalho, se em momentos fizemos uso excessivo de expressões e palavreados que denotam a visão crítica e irônica de Varnhagen, não o fizemos com outro objetivo senão o de buscar ser o mais fiel possível ao pensamento deste sujeito que muito bem representou as inquietações do seu tempo.

Se fizermos agora o esforço de voltar à epígrafe posta na introdução deste trabalho, observaremos que as propostas contidas no Memorial Orgânico fecham a intenção de Varnhagen em organizar a Nação brasileira com a epígrafe colocada no início desta conclusão. Fazer *do Império do Brasil a Nação brasileira*, como postulamos no título geral deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), demandaria muito esforço e *coragem política*.

Considerações finais são só considerações finais, limitadas, tal qual o trabalho que se propõe a fazê-las. Talvez agora possamos retornar ao questionamento posto na introdução deste trabalho: era o Brasil uma Nação em meados do século XIX? Muito do que aqui foi dito claramente, ou implicitamente, buscou ir nessa direção. Se obtivemos êxito no intento, só o leitor poderá dizer, ou numa concepção bem varnhageniana, nos dar sua sentença. Deve ser este o resultado de situações em que não escolhemos o tema, mas que parecemos ser escolhidos por ele. Caso tenhamos falhado, temos a consciência de que pelo menos lançamos alguns indícios; ou quem sabe, subsídios para uma outra História.

## FONTES E REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

### a) Fontes:

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico oferecido á nação**. (Parte I). Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out/nov 1851.

\_\_\_\_\_. **Memorial Orgânico. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil**. (Parte II). Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

\_\_\_\_\_. **A questão da capital: marítima ou no interior?** Vienna: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877.

ATA do Conselho de Estado Pleno de 16 de setembro de 1845. Arquivo do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.org.br>. Acesso em: 21 mar. 2013.

ATA do Conselho de Estado Pleno de 11 de julho de 1850. Arquivo do Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.org.br>. Acesso em: 21 mar. 2013.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845.

### b) Revista do IHGB:

BARBOSA, Januário da Cunha; MATOS, Raimundo José da Cunha. Proposta de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aos Illmos Srs. do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. **RIHGB**, TOMO I, 1839.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, TOMO I, 1839.

\_\_\_\_\_. Programma: qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos Jesuitas, fundado principalmente na propagação do Christianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os actuaes. **RIHGB**, TOMO SEGUNDO, p. 3-18, jan./mar. 1840.

\_\_\_\_\_. Programma: se a introdução dos escravos africanos no Brazil embaraça a civilização dos nossos indigenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que soffre a lavoura Brasileira? **RIHGB**, TOMO I, p. 126-129, jul./set. 1839.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, n. 388, jul./set. 1995, p. 469-613.

IHGB. Discurso do Imperador D. Pedro II. **RIHGB**, n.16, out./dez. 1849. p. 552.

LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. **RIHGB**, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967.

LESSA, Clado Ribeiro. Formação de Varnhagen. **RIHGB**, vol. 186, p. 55-88, jan./mar. 1945.

\_\_\_\_\_. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 225, p. 82-297, abr./jun. 1954.

\_\_\_\_\_. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 227, p. 109-317, jul./set. 1954.

\_\_\_\_\_. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 226, p. 03-168, jan./mar. 1955.

\_\_\_\_\_. Vida e obra de Varnhagen. **RIHGB**, v. 227, p. 85-236, abr./jun. 1955.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do orador. **RIHGB**, TOMO XLI, p. 471- 506, out./dez. 1878.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. **RIHGB**, v. XXIII, 1860.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Artigo do orador publicado na Revista Guanabara a respeito da Sessão de 15 de dezembro de 1849. **RIHGB**, n. 13, jan./mar. 1849.

\_\_\_\_\_. Discurso do orador do Instituto. **RIHGB**, TOMO 11, 1848.

RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. **RIHGB**, v. 275, p. 175-196, abr./jun. 1967.

TAVARES, Augusto de Lyra. O Segundo Reinado e a unidade nacional. **RIHGB**, v. 314, p. 261-284, jan./mar. 1977.

VARNHAGEN, F. Adolfo de. Carta dirigida ao 1º Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, n. 15, jul./set. 1849.

\_\_\_\_\_. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. **RIHGB**, TOMO III, nº 9, p. 53-63, 1841.

\_\_\_\_\_. Primeiro Juízo: submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, á cerca do “Compendio da História do Brasil” do Sr. José Ignácio de Abreu Lima. **RIHGB**, vol. 6, n. 21, 1844, p. 65-66.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, n. 338, p. 7-16, jan./mar. 1983.

### c) Livros completos, dissertações

ABREU, João Capistrano de. **Necrológio do Visconde de Porto Seguro**. In: Ensaios e Estudos. 1ª série. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JANKE, Leandro Macedo. **Lembrar para mudar**: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a constituição do Império do Brasil como uma nação compacta. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

KHALED JR., Salah H. **Horizontes identitários**: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. **Os índios bravos e o Sr. Visconde**: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

#### **d) Artigos de revistas, capítulos de livros e de dissertações**

ALENCASTRO, Luis Felipe de. O fardo dos bacharéis. **NOVOS ESTUDOS**, nº 19, dezembro de 1987. p. 68-72.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. Civilização dos indígenas: duas palavras ao autor do “Memorial Orgânico”. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1851. Disponível em: [acervodagraphia.wordpress.com/category/manuel-antonio-de-almeida/](http://acervodagraphia.wordpress.com/category/manuel-antonio-de-almeida/). Acesso em 11 de fevereiro de 2014.

BASILE, Marcelo Otávio. Consolidação e crise do Império (Parte B). In: LINHARES, Maria Yedda. (org). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

\_\_\_\_\_. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**: 1831-1889. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 55-119.

BETHELL, Leslie. Negociações de tratados, 1830-1839. In: \_\_\_\_\_. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 113-148.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Verbetes Nação e nacionalismo. In: **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **TOPOI**, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez., 2007.

CHÂTELET, François (et al). O Estado-Nação. In: \_\_\_\_\_. **História das ideias políticas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: \_\_\_\_\_. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras e Secretaria Municipal de Cultura FAPESP, 1992. p. 133-154.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: \_\_\_\_\_. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Falameda, 2005.

ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento humano. In: \_\_\_\_\_. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** 2. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. 1850. In: \_\_\_\_\_. **Tráfico de escravos e direção Saquarema no Senado do Império do Brasil.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. 188 f.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Uma história da história nacional:** textos de fundação. Disponível em: <http://www.coresmarcasefalas.pro.br>. Acesso em: 20 mar. 2013.

HOBBS, Thomas. Do Estado. In: \_\_\_\_\_. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** São Paulo, 1979.

HOBBSAWM, Eric. A construção das nações. In: \_\_\_\_\_. **A Era do Capital (1848-1875).** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 127-128.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **A Era do Capital (1848-1875).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. **R. História**, São Paulo, 120, p.3-25, jan/jul, 1989.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **A utopia do poderoso império.** Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo. A utopia do centro na obra de Varnhagen. In: \_\_\_\_\_. **Brasília, a utopia do centro**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. **Terra Brasilis** (Nova Série), 4-5, 2003. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/343>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Por uma arqueologia da narrativa nacional. **REVISTA USP**, São Paulo, n.49, p. 134-142, março/maio 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Brasiliense**. Revista eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8 – 26, 2005.

\_\_\_\_\_. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil**. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, 2004, v. 2, p. 727-736.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Heranças recriadas: especificidades da construção do Império do Brasil. **Almanack Brasiliense**. Revista eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 44-52, 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Como deveria ser reescrita a história pátria. In: \_\_\_\_\_. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

RENAN, Ernest. Que é uma nação? Tradução de Samuel Titan Jr. **Plural**, Sociologia, USP, São Paulo, 4, 154 – 175, 1. sem, 1997.

ROCHA, Justiniano José. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES Jr, Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Academia Brasileira de Letras, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem. **Afro-Ásia**, nº 18, 1996, p. 77-101.

SIQUEIRA, Antonio Jorge. Nação e Região: os discursos fundadores. **Cadernos de Estudos Históricos**, Recife, v. 19, nº 2, p. 247-268, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fundarj.gov.br/observatorionordeste/obte025.pdf>>. Acesso em: 17/01/2013.

SLENES, Robert W. “*Malungu, ngoma vem!*”: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez. 1991; fev. 1992.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil (Memória)**. In: Anuário do Museu Imperial. Petrópolis (RJ): Ministério da Educação e Saúde, 1948, v. 9. p. 229-230.

\_\_\_\_\_. Discurso Preliminar: Os índios perante a nacionalidade brasileira. In: \_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil**. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857, tomo II. p. XV-XXVIII.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.